

**Estelas Medievais do Distrito de Beja**

**Volume I**

**José Daniel Braz Malveiro**

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia**

**Janeiro, 2013**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação  
científica do Professor Doutor Mário Varela Gomes



*Aos meus Pais.*



# AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o contributo, das mais variadas formas, de pessoas e entidades. Assim, não poderia deixar de exprimir o meu profundo agradecimento a todas elas.

Desde já, desejo expressar o profundo reconhecimento pelo contributo do orientador científico da presente dissertação, Prof. Doutor Mário Varela Gomes, pelos fecundos ensinamentos e princípios de integridade científica que sempre me soube transmitir desde os primeiros momentos, e pela disponibilidade demonstrada na partilha da sua larga experiência como notável investigador.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Historia que de forma directa ou indirectamente me auxiliaram ao longo de todo o meu percurso académico.

Os mais profundos e sinceros agradecimentos ao Museu Regional de Beja, pela disponibilidade, oportunidade e ajuda que me prestou e a todos os funcionários que me receberam com alegria e simpatia nos momentos difíceis que o Museu ultrapassou e está a ultrapassar.

Agradeço, ainda, às restantes entidades envolvidas que me possibilitaram a realização desta dissertação, nomeadamente, os Municípios de Beja e Serpa; os Museus Municipais de Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Moura; as Santa Casa da Misericórdia de Alvito e de Vila Alva; ao Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja; à Pousada de São Francisco de Beja; ao Campo Arqueológico de Mértola e ao Centro de Arqueologia Caetano Mello Beirão de Ourique. Agradeço especificamente às seguintes pessoas, envolvidas directamente no presente trabalho: Padre João Paulo, Dr. Jorge Feio, Professor João Taborda, Dra. Susana Gómez, Dra. Deolinda Tavares, Dra. Ana Sofia, Sr. Zé Horta, Dr. Miguel Serra, Dr. José Carlos, Dr. Francisco Paixão, Sr. Faustino. E também ao Dr. Leonel Borrela pela disponibilidade de registo dos monólitos que estão à sua guarda, e às vastas informações fornecidas acerca das estelas medievais do Distrito de Beja.

Ao Instituto de Arqueologia e Paleociências da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que me apoiou na realização deste trabalho, especificamente à Dra. Joana Gonçalves.

Aos meus amigos e colegas, que durante a elaboração deste trabalho, que constantemente e sobretudo nos momentos menos bons, me ofereceram amparo de inimaginável valor. A todos gostaria de expressar um muito obrigado, em particular àqueles que me ajudaram em diferentes tarefas, nomeadamente, ao José Mestre, Eng. Nuno Mamede, Ivo João, Ricardo Pereira, João Ninitas e à Professora Rosalina Miguel.

Por último, disponho o meu mais sincero e profundo agradecimento à minha família, em particular aos meus Pais, à minha avó, às minhas irmãs, e ainda à minha companheira Ana Margarida, cujo reconhecimento ultrapassa, em grande escala, algo que eu seja capaz de exprimir.



# **RESUMO**

## **ESTELAS MEDIEVAIS DO DISTRITO DE BEJA**

**JOSÉ DANIEL BRAZ MALVEIRO**

Palavras-chave: Estelas Funerárias, Idade Média, Iconografia, Distrito de Beja

Apresenta-se o resultado do estudo de conjunto constituído por duzentas e quarenta estelas medievais, provenientes do Distrito de Beja, também conhecidas por estelas discóides e estelas rectangulares ou bem como cabeceiras de sepultura.

Foi elaborado catálogo de todos os exemplares até agora descobertos, na região mencionada, procedeu-se ao seu enquadramento histórico-arqueológico e estudaram-se os diferentes aspectos que aqueles monólitos proporcionam, nomeadamente a diversa simbologia que patenteiam, onde se destaca iconografia relacionada com práticas religiosas, actividades económicas e níveis tecnológicos, permitindo assim um melhor conhecimento das populações que os produziram e utilizaram.



# **ABSTRACT**

## **MEDIEVAL STELAE FROM THE DISTRICT OF BEJA**

**JOSÉ DANIEL BRAZ MALVEIRO**

Key words: Funerary Stelae, Middle Ages, Iconography, District of Beja

This is the result of the study of two hundred and forty medieval Stelae found in the District of Beja. These Stelae are also known as Discoid Stelae, Rectangular Stelae or Gravestones.

A catalogue of all the Stelae found in this district, until now, has been made, as well as its historical-archaeological frame of reference. The different aspects of these monolithic stones have been studied, namely the diverse symbolism shown. We can point out the iconography of religious rites, economical activities and technological levels that allow us to understand better the people who made and used them.



# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO .....	IV
ABSTRACT .....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
I – METODOLOGIA .....	5
I. 1- LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO .....	5
I. 2- PROSPECÇÃO E RECONHECIMENTO .....	5
I. 3- ANÁLISE E REGISTO .....	6
II - O ESTADO DA QUESTÃO .....	9
II. 1 - HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO .....	9
II. 2 - TERMINOLOGIA .....	13
II. 3 - RESULTADOS .....	15
III - O TERRITÓRIO DE BEJA NA IDADE MÉDIA .....	17
III. 1 - LIMITES ADMINISTRATIVOS .....	17
III. 2 - AMBIENTE NATURAL E RECURSOS .....	23
III. 3 – POVOAMENTO E VIAS.....	27
IV - ESTELAS, SUPORTES E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO .....	33
IV. 1 - MATÉRIAS-PRIMAS. ORIGENS E TRANSPORTE .....	33
IV. 2 – ELABORAÇÃO. FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE TALHE .....	36
IV. 3 - TIPOLOGIAS E DIMENSÕES .....	41
IV. 4 - DISTRIBUIÇÃO.....	45
IV. 5 - REUTILIZAÇÃO.....	46
V - ICONOGRAFIA .....	49
V. 1 - MOTIVOS CRUCIFORMES.....	50
V. 2 - MOTIVOS GEOMÉTRICOS .....	57
V. 3 - MOTIVOS FITOMÓRFICOS.....	61
V. 4 - ARTEFACTOS – AGRÍCOLAS, OFICINAIS E MILITARES.....	63
V. 4.1 - Alicate de ferreiro .....	65
V. 4.2 - Arados .....	66
V. 4.3 - Bestas .....	74
V. 4.4 - Crestadeira ou foice roçadora. ....	78
V. 4.5 – Fusos e rocas .....	80
V. 4.6 - Grade.....	83
V. 4.7 - Lançadeiras .....	85

V. 4.8 - Machados .....	86
V. 4.9 – Espadela ou maço, grama ou cutelo .....	89
V. 4.10 - Navalha, pincel, tesoura e bacia de barbeiro.....	94
V. 4.11 - Pá de padeiro .....	95
V. 4.12 - Podoas .....	97
V. 4.13 - Punhal ou espada curta.....	99
V. 4.14 - Relhas.....	101
V. 4.15 – Rodizio .....	102
V. 4.16 - Serra de carpinteiro .....	103
V. 4.17 – Solas ou formas de sapatos.....	104
V. 4.18 - Tesouras .....	107
V. 5 - MOTIVOS EPIGRAFICOS.....	109
V. 6 - MOTIVOS HERÁLDICOS .....	112
V. 7 - MOTIVOS ZOOMÓRFICOS .....	117
V. 8 - MOTIVOS ANTROPOMÓRFICOS .....	120
V.9 - MOTIVOS SOLIFORMES .....	120
V. 10 - MOTIVOS INDETERMINADOS.....	122
VI – CONCLUSÕES.....	127
BIBLIOGRAFIA .....	131
VOLUME II - ANEXO DOCUMENTAL	

# INTRODUÇÃO

*“La riqueza de estelas medievales en el vecino país es assombrosa”* (C. de la Casa Martínez e M. Doménech Esteban, 1993, p. 458)

A afirmação acima transcrita, devido a dois arqueólogos espanhóis, tornou-se um dos incentivos que conduziram ao presente trabalho.

Os ritos funerários e o culto aos mortos constituem uma constante da presença humana desde tempos remotos, sabendo-se que já os neandertais ritualizavam pelo menos alguns dos seus mortos e usavam a necropolização. As cabeceiras de sepultura, como os monumentos funerários da Idade Média, representam prática humana, transversal a várias culturas e épocas, ligada ao desejo de melhor immortalizar os mortos, com origens, apesar da sua difícil temporização, na Pré-História Recente, durante o Neolítico e o Calcolítico.

As estelas funerárias medievais são indissociáveis dos rituais funerários e das sepulturas dos indivíduos que memorializavam. As necrópoles nos adros das igrejas, com as suas estelas, ou seja no interior do espaço urbano por vezes amuralhado, corresponde a inovação da autoria dos conquistadores cristãos no Distrito de Beja.

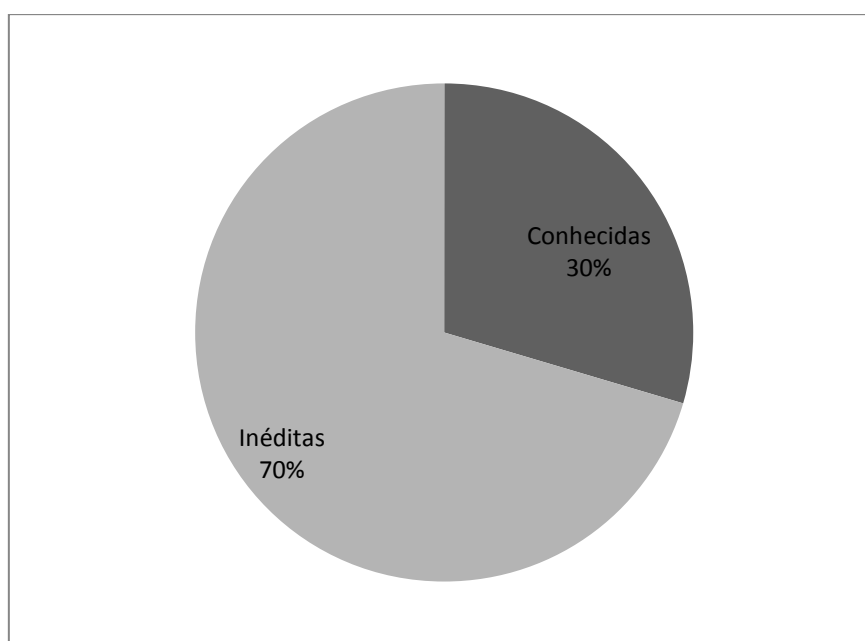
Os monumentos agora estudados são artefactos culturais, produzidos pela mão do homem, capazes de fornecerem informações sobre a cultura da época, mas também da dos seus criadores e usuários.

Depois da sua própria presença ou ausência, é a iconografia das estelas medievais que constitui, sem dúvida, o aspecto mais relevante para o seu estudo, dada a enorme gama de conhecimentos, quer ao nível dos próprios símbolos utilizados como dos artefactos neles figurados, alguns dos quais correspondem a instrumentos de ofício. Estes possibilitam estabelecer quadro referente à importância relativa e distribuição das profissões representadas, deduzindo-se aspectos das características económicas e sociais do Distrito de Beja na Idade Média. Os temas religiosos também poderão oferecer algumas conclusões, entre as quais o grau de religiosidade da população e a evolução tipológica das várias cruces patentes nos monumentos, algumas conotadas com a presença de ordens militares.

O Distrito de Beja apresenta elevado número de estelas medievais, encontrando-se em segundo lugar, com cento e quarenta e oito monólitos, depois do de Lisboa, que conta com duzentas e cinquenta e dois de tais monumentos (Moreira, 1984, p. 3). Todavia, o número de estelas do Distrito de Beja conhecidas na bibliografia é muito escasso. Abel Viana deu a conhecer quarenta e oito monólitos (Viana, 1949; 1950; 1954; 1955; 1956; 1962) e José Beleza Moreira, em cinco estudos publicados, vinte e nove, embora meia dúzia delas já tivessem sido estudadas, pelo arqueólogo anteriormente referido (Moreira, 1987; 1993; 1994; 2002, 2006).

As escavações arqueológicas realizadas em necrópoles medievais do Distrito de Beja têm sido escassas, importando referir duas intervenções em Serpa: A primeira correspondeu a projecto de investigação, que teve como objectivo o estudo do Castelo daquela vila (Soares e Braga, 1986), proporcionando uma estela, enquanto a segunda circunscreveu-se a acompanhamento realizado pela empresa Palimpsesto (Serra, 2009, no prelo) e conduziu à identificação de dois monólitos, de um grupo de três, dado que um deles tinha já sido estudado por Abel Viana (1949, p. 75).

A quando do início deste trabalho, conheciam-se as mencionadas setenta e uma estelas publicadas, correspondendo a 29% do conjunto agora estudado, totalizando duzentos e quarenta exemplares, ou seja, mais cento e sessenta e nove monumentos inéditos, correspondendo a 71% do conjunto (Figura 1).



**Figura 1** – Estelas do distrito de Beja, conhecidas em estudos e inéditas.



O presente trabalho inclui catálogo da totalidade das estelas medievais conhecidas no Distrito de Beja, constituindo a base para o seu estudo integrado, numa perspectiva histórico-arqueológico e cognitiva. Pretendemos, assim, contribuir para uma melhor protecção, conservação, pesquisa e divulgação destes monumentos e da sociedade que os produziu e usou em contexto ritual.

Importa, ainda, detectar reutilizações e a história das estelas chegadas até aos nossos dias, numa perspectiva da “biografia dos objectos”, como analisar a diversificada simbologia nelas patente, procurando entender aspectos do pensamento e da arte do homem medieval.



# I – METODOLOGIA

## **I. 1- Levantamento bibliográfico**

O levantamento bibliográfico consistiu na detecção e leitura de livros, artigos e documentos que contivessem estelas ou referissem aspectos do contexto da presente investigação. Também procurámos fotografias e cartografia correspondente à área estudada.

A pesquisa bibliográfica incidiu sobre trabalhos realizados para o território nacional, não só para o Distrito de Beja, mas alargou-se também nos trabalhos realizados tanto em Espanha como em França, países onde se produziram estelas do mesmo tipo.

Tais trabalhos foram capazes de fornecer dados actuais e relevantes para presente estudo.

O levantamento bibliográfico constituiu, pois, fonte indispensável de informações, não só no que concerne à documentação empírica, como às construções teóricas sobre o uso e simbologia das estelas.

## **I. 2- Prospecção e reconhecimento**

Após o levantamento bibliográfico das estelas, principalmente dos trabalhos de Abel Viana e de José Beleza Moreira, procedemos ao seu reconhecimento nos locais de depósito e, posteriormente, ao seu registo, gráfico e fotográfico.

Com base na pesquisa bibliográfica foi possível localizar 29% das estelas publicadas. O mesmo trabalho permitiu que se procedesse à prospecção no terreno dos locais das necrópoles, a partir das estelas descobertas, tentando-se identificar outros possíveis monólitos ainda inéditos.

A prospecção realizada permitiu reconhecer estelas inéditas no Castelo de Beja, Igreja de Santo Amaro e Igreja de Santa Maria, daquela mesma cidade, cemitério velho de Garvão e em Serpa. Contudo, prospecções em outros locais, que foram dotados de

certa importância na Idade Média, não conduziram à identificação de novos monumentos, como é o caso das antigas sedes dos concelhos de Messejana (Aljustrel), Panóias (Ourique), Albergaria dos Fusos (Cuba), Vila Ruiva (Cuba), Santa Cruz (Almodôvar), Marmelar (Vidigueira), Água de Peixe (Alvito), Colos (Odemira) e Entradas (Castro Verde).

### **I. 3- Análise e registo**

Depois do reconhecimento ou descoberta, foi levado a cabo o estudo analítico e o registo de cada monólito. Para sistematizar a análise individual de cada estela concebeu-se ficha com os atributos julgados pertinentes, incluindo-se breve descrição das decorações de cada uma delas.

A análise e registo, encontraram-se, por vezes, limitados devido a diversos problemas, havendo a necessidade de adaptar o método de trabalho a cada sítio.

O registo desenhado de cada exemplar fez-se a partir do seu decalque directo, tendo-se procedido aos seguintes passos: 1) limpeza do monólito; 2) fixação de plástico transparente ao monólito, com ajuda de fita-cola (fita-cola de pintor); 3) decalque dos contornos da estela, das fracturas, decorações, marcas de talhe e de outros vestígios, contemporâneos do uso primário da estela ou ulteriores, tanto para o anverso como para o reverso; 4) elaboração de corte longitudinal.

Quando se procede ao levantamento desenhado de gravuras ou relevos, a técnica usada habitualmente é a da iluminação com luz rasante. Contudo, nem sempre é possível de a usar, por diversos motivos entre os quais as estelas encontrarem-se inacessíveis, em zonas onde seria necessário a montagem de andaimes ou escadas para as alcançarmos. Todavia, aquela técnica permitiu identificar particularidades e extrair o máximo de informações, tal como decorações, esboços, marcas de talhe, etc...

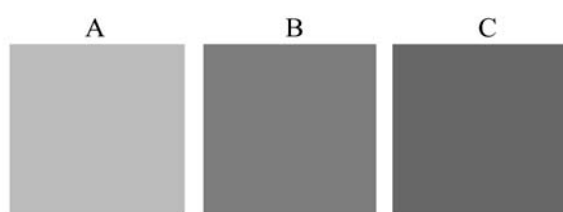
Na representação desenhada, as linhas de fractura foram figuradas por traços mais ténues e para se obter a ilusão de relevo optou-se pela utilização de três tons de cinzento. Assim, usou-se o cinzento claro para os relevos ligeiros, o cinzento médio para os relevos medianos e o cinzento escuro para os relevos mais profundos. Todas as incisões ficaram a traço negro.

Tentámos sempre que o resultado obtido reflectisse a mais correcta e fidedignamente as formas, as decorações, as fracturas e outros elementos existentes nas estelas, designadamente os resultantes das suas reutilizações.

Obtiveram-se reduções dos decalques e cortes, à escala 1/5. Depois da análise e do registo gráfico de cada estela procedeu-se ao seu registo fotográfico, com escala.

Todas as estelas possuem ficha descritiva dos seus atributos, ordenados a partir de código e de atributos organizados em três módulos: Proveniência, Caracterização e Bibliografia. Na Proveniência registou-se o concelho, a freguesia, a origem ou contexto a que pertencia o monólito, o número da *Carta Militar de Portugal* do local do achado e a sua localização actual.

Na caracterização registou-se o estado da estela (completa, fragmentada ou fragmento), a matéria-prima em que foi talhada, a forma, se possui ponto orientador (anverso e reverso), linhas orientadoras e reutilizações, as dimensões (altura total, largura, espessura, diâmetro do disco e moldura) e a descrição da decoração, tanto do anverso como do reverso, caso as tenha, tal como marcas de talhe e regularização, se as possuir. O último módulo corresponde à Bibliografia, se não for inédita. Integra a ficha o desenho da estela, com anverso, corte e reverso. Se alguns dos campos acima descritos, estiver vazio é porque não foi possível obter esses dados.



**Figura 2** – Profundidade dos relevos: A – Até 0.05 m; B – De 0.05 m e a 0.10 m; C – Mais que 0.10 m.

**CATÁLOGO**

**Proveniência** **Nº:** ALVI.1  
 Concelho: Alvito Freguesia: Alvito  
 Proveniência: Igreja de S. Romão C.M.P. Nº: 488  
 Localização Actual: Santa Casa da Misericórdia de Alvito

**Caracterização**  
 Completa:  Fragmentada:  Fragmento:   
 Matéria-prima: Mármore.

Forma: C  C1  C2  C3  R1  R2

Ponto orientador: Anverso:  Reverso:   
 Linhas orientadoras: Anverso:  Reverso:   
 Reutilizações: Anterior:  Posterior:

**Dimensões**  
 Altura Total: 0.78 m Largura: m  
 Espessura: 0.15 m Diâmetro do disco: 0.39 m  
 Moldura: Anverso: 0.04 m Reverso: m

**Descrição:** Anverso: Cruz de Cristo em relevo, com braços curvilíneos e extremidades côncavas. Reverso: não apresenta decoração. Marcas de ponteiro e gradina.

**Bibliografia:** Inédita

**Figura 3** - Exemplo de ficha do registo empregue no catálogo.

## II - O ESTADO DA QUESTÃO

### II. 1 - História da investigação

As estelas medievais portuguesas encontram-se referenciadas e publicadas desde os finais do século XIX, destacando-se artigo de José Leite de Vasconcellos, de 1895, com o título “*Cabeceiras de Sepulturas Christãs*”.

Decorreriam mais de vinte anos até que Vergílio Correia publicasse, em 1918, “*Cabeceiras de Sepultura Medievais*” e elaborasse capítulo sobre cabeceiras de sepultura na obra “*Monumentos e Esculturas, séculos III-XVI*”, editada em 1919.

Eugeniuz Frankowski, a quem muito se deve o estudo e a divulgação das estelas discóides, publicou, em 1920, “*Estelas Discóideas de la Península Ibérica*”. Bem mais tarde, em 1949, Abel Viana, deu a conhecer, “*Estelas discóides do Museu de Beja*”.

Mais de três décadas depois José Beleza Moreira (1982) elaborou “*Catálogo das Cabeceiras de Sepultura do Museu de Torres Vedras*”, com que iniciou série de estudos, como “*Subsídios para o estudo das cabeceiras de sepultura no Concelho de Sintra*” (1982-1983), “*Typologie des stèles discoidales du Portugal*” (1984), “*Instrumentos de ofício de lavrador em estelas discóides portuguesas*” (1990), “*Algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas*” (1994), “*Mais algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas*” (1994), “*Profissões representadas em estelas rectangulares portuguesas*” (2002) e “*Cabeceiras de sepultura do Museu Nacional de Arqueologia*” (2006).

Ana Gonçalves, em 1993, dá a conhecer estelas medievais do Castelo de Montemor-o-Novo, em “*Novos dados sobre a vila antiga de Montemor-o-Novo. Resultados dos trabalhos de 1992-1993*”.

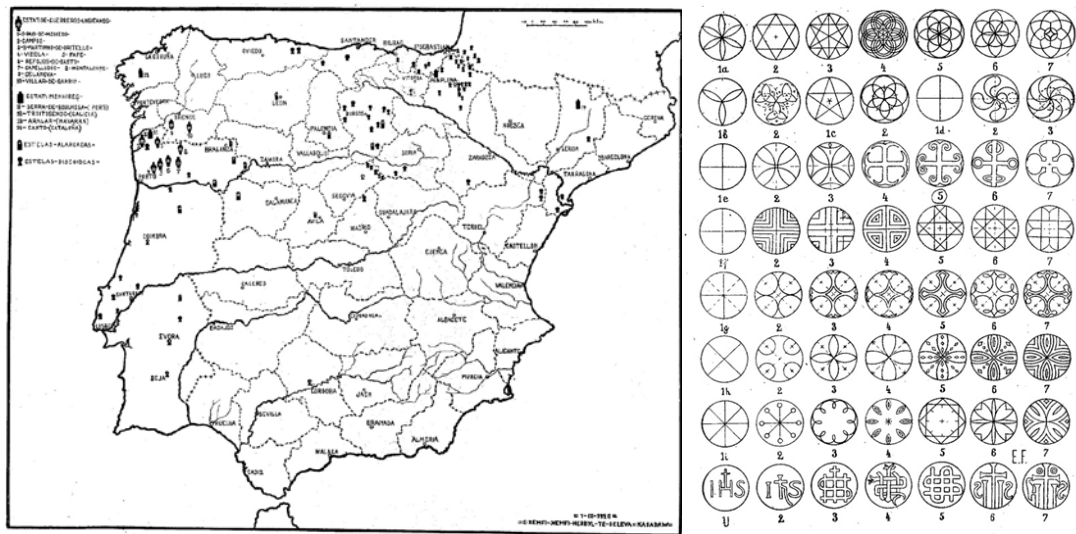
Mário Varela Gomes publicou “*Estelas discóides do Museu de Loulé*” (1996), “*Estelas discóides de Silves. Iconografia e contexto cultural*” (1999), e com Rosa Varela Gomes, em 2006, “*Estelas discóides da necrópole da Sé de Silves*”.

Guilherme Cardoso inventariou e descreveu as “*Estelas do Concelho de Cascais*”, em 2006.

Os trabalhos acima mencionados, constituem, quanto a nós, os de maior interesse e de referência obrigatória no estudo das estelas discóides em Portugal, aos quais se seguiram outros, de investigadores portugueses e estrangeiros, que deram a conhecer novas estelas, nomeadamente no VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias, que se realizou na cidade de Lisboa em 2005, com subsequente publicação das actas em volume de anexos ao *Arqueólogo Português*.

O artigo anteriormente citado de Vergílio Correia (1918) inclui estelas de Sabrosa, Sousel, Alandroal, Alhandra, São Miguel de Odrinhas, Mafra, Alcochete, Viseu, Beja e de outros locais, tanto do Norte como do Sul de Portugal.

E. Frankowski publicou, anteriormente à sua monografia peninsular, trabalho sobre cabeceiras de sepulturas na revista *Terra Portuguesa* em 1918, apresentando na sua obra de referência várias estelas de diversos pontos de Espanha e de Portugal (Lisboa, Santarém, Évora, Tomar, Figueira da Foz e Beja). Apresenta também quadro evolutivo das decorações mais comuns, gravadas ou em relevo, das estelas discóides da Península Ibérica e que ainda hoje é de grande utilidade (figura 4).



**Figura 4** - Distribuição das estelas discóides e de outros monumentos na Península Ibérica. Quadro evolutivo das decorações gravadas mais comuns sobre as estelas discóides da Península Ibérica (seg. E. Frankowski, 1920, p. 165, fig. 73, est. XI)

Segundo Eugeniuz Frankowski (1920, p. 175), a origem das estelas medievais e nomeadamente das estelas discóides encontrar-se-ia nas estátuas menires neolíticas ou da Idade do Bronze. Por sua vez, Abel Viana, seguindo aquele autor, diz-nos que «a



*estela discóide não é senão a representação antropomorfa, em que o disco simula a cabeça e o pé corresponde ao corpo»* (Viana, 1949, p. 37).

Aquele mesmo arqueólogo dá a conhecer, nas suas muitas publicações, quarenta e oito estelas (Viana, 1949; 1950; 1954; 1955; 1956; 1962). No seu artigo principal, inserido em “*O Arquivo de Beja*”, de 1949, intitulado “*Estelas discóides do Museu de Beja*”, propõe-se examinar um conjunto de trinta e duas estelas discóides, pertencentes à coleção do Museu Regional de Beja, mas onde algumas procedem de Serpa, Moura, Albergaria dos Fusos, etc..., pretendendo explicar quer a origem e evolução das estelas discóides, como igualmente o seu significado. A. Viana apoia-se principalmente no trabalho de Eugeniusz Frankowski, mas refere também obras como *Monumentos e Esculturas, séculos III/XVI*, de Vergílio Correia, entre outros.

Sustentado no trabalho de E. Frankowski, A. Viana identifica como antecedentes das estelas discóides as pedras antropomórficas, tais como as estátuas menires dos Pirenéus, Galiza e Portugal. As estelas discóides difundiriam-se por toda a Península Ibérica, apresentando cronologia variada. No entanto, contrariamente àquela tese elas tomariam o seu perfil físico, alguns séculos antes de Cristo, apresentando E. Frankowski (1920) os exemplos das estelas de Clunia.

Em 1979 surge, em Espanha, o primeiro congresso dedicado às estelas discóides. Subsequentes congressos tomaram a denominação de *Congresso Internacional de Estelas Funerárias*, que se realizaram nos anos seguintes, onde autores portugueses, espanhóis e franceses contribuíram, de forma significativa, para o melhor conhecimento e divulgação daqueles monumentos.

É precisamente no decurso de tais congressos que J. Beleza Moreira contribuiu para a divulgação do potencial iconográfico das estelas medievais e modernas de Portugal. No primeiro trabalho apresentado no II Colóquio Internacional de Estelas Discóides (1984), aquele arqueólogo expõe estudo tipológico baseado na análise de mil cento e vinte cinco estelas discóides observadas em Portugal. O mesmo autor apresentou trabalhos nas Jornadas de Carcassone em 1987, no IV Congresso, em Donostia, no V Congresso Internacional de Estelas Funerárias em Sória, no VII Congresso Internacional de Estelas Funerárias em Santander e no VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias, realizado em Lisboa (Moreira, 1990; 1993; 1994; 2002; 2006)

Na década de noventa do passado século, trabalho de Mário Varela Gomes e de Rosa Varela Gomes dá a conhecer conjunto de estelas discóides de Silves, em uma das quais se observa os símbolos correspondentes ao ofício de sapateiro. Este monólito encontrava-se associado a sepultura de que conservava esqueleto, apresentando significativas patologias, sendo acompanhado por espólio cerâmico e por numisma. Trata-se de artigo com grande importância por se ter publicado a primeira datação absoluta, através do método do radiocarbono (14C), para esqueleto associado a estela, indicando cronologia entre os séculos XIII e XIV, compatível com a do numisma ali encontrado, cunhado no reinado de D. Afonso III (1258-1279) (Gomes e Gomes, 2006 p. 309).

Vários trabalhos realizados por diversos arqueólogos no território português conduziram a novas informações. Entre estes cita-se Guilherme Cardoso que em escavação arqueológica, efectuada em 2001, no adro da igreja de Alcabideche, colocou à vista sepulturas medievais e modernas, com estelas *in situ*. Dois dos monumentos ali exumados continham junto aos esqueletos moedas, o que possibilitou a obtenção de datações relativas entre 1248 a 1557, séculos XIII a XVI (Cardoso, 2006).

Escavações no Castelo de Montemor-o-Novo, conduziram à descoberta de cemitério, dos séculos XIII a finais do século XV, junto à Igreja de São Tiago, tendo-se encontrado algumas estelas, embora tombadas mas junto das sepulturas (Gonçalves, 1993, pp. 9,10).

No VIII Congresso Internacional de Estelas Medievais, realizado em Lisboa no ano de 2006, apresentaram-se vários trabalhos realizados no território nacional mas também em Espanha e França. Entre os artigos divulgados pelos investigadores portugueses contam-se: *Cabeceiras de sepultura do adro da Igreja Matriz de Loures (2003)* (Guedes e Costa, 2006), *Cabeceiras de sepultura do Concelho de Loures* (Oliveira, 2006), *Castelo de Torres Vedras – Cabeceiras de sepultura medievais (1984-2004)* (Cunha e Amaro, 2006), *Novas cabeceiras de sepultura do concelho de Torres Vedras* (Cardoso e Luna, 2006), *A estela funerária medieval: questões de origem e de terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social* (Ribeiro, 2006) e a já mencionada *Estelas discóides da necrópole da Sé de Silves* (Gomes e Gomes, 2006).

## II. 2 - Terminologia

Os duzentos e trinta e nove monumentos que constituem este trabalho, apesar de alguns se encontrarem incompletos, ou por falta do espigão ou do disco (ou parte de ambos), apresentam diversas formas.

Pela quantidade destes monólitos cremos ser conveniente antes de passar a abordar a terminologia usada, mencionar os exemplares que se encontram fragmentados ou o que conhecemos da sua estrutura morfológica.

Das estelas analisadas, cinquenta e nove conservam o espigão, o que significa 25% do total. Encontraram-se fragmentadas ou sem espigão, noventa e nove, representando a maioria com 43%. Os fragmentos são sessenta e dois, constituindo 27% e as que se encontram com a parte discoidal à vista, embora com o espigão erecto, são doze, correspondendo a 5%.

Podemos classificar as estelas medievais, do Distrito de Beja, com base na sua estrutura morfológica, em dois grandes grupos: discóides e rectangulares.

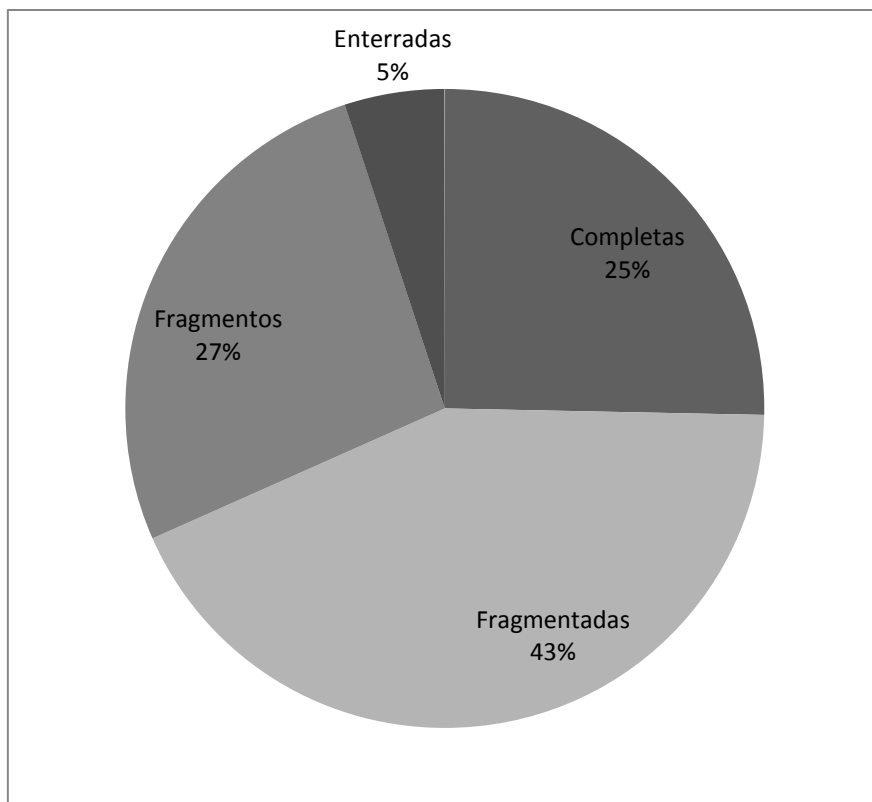
No presente contexto, entende-se por estela, monólito, de diferentes dimensões e formas, produzido para ser colocada verticalmente a assinalar sepultura.

Estelas discóides - Correspondem a este tipo de monumentos duzentos e trinta e quatro exemplares, que representam 98% do inventário. Mostram grande unidade formal. A denominação discóide faz referência à forma circular, ou de disco, que a estela oferece.

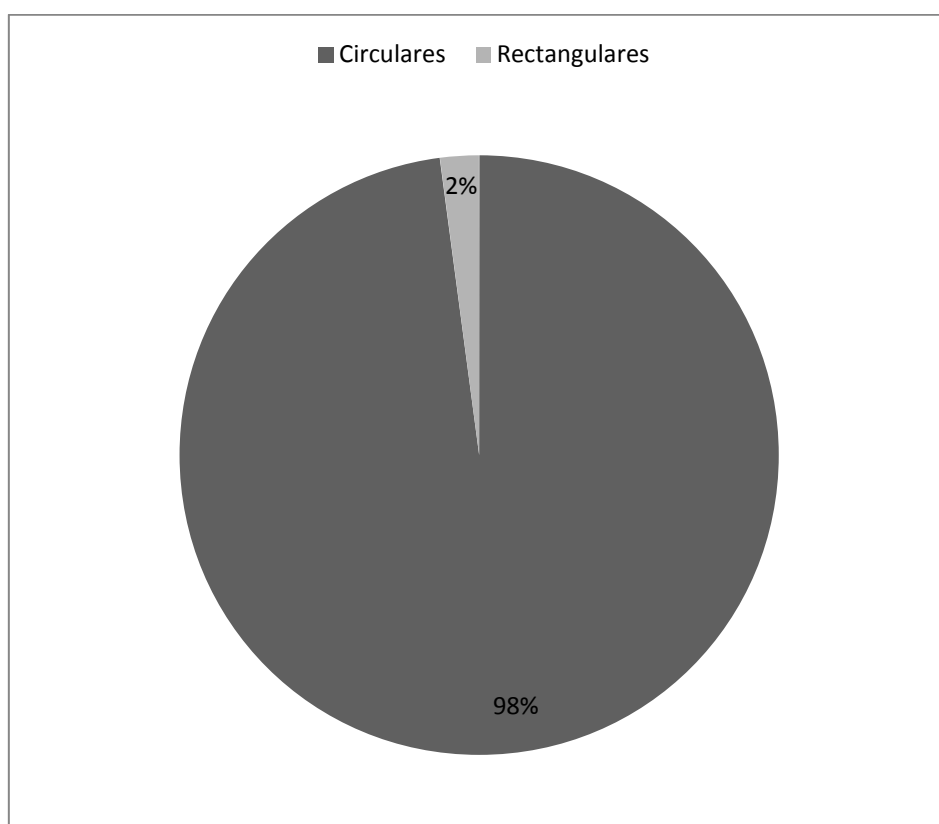
Devemos notar que os exemplares, correspondentes a estelas discóides, apresentam variantes morfológicas, nomeadamente em relação às formas que adquirem os seus espigões.

Estelas rectangulares - A este tipo correspondem cinco estelas, o que perfaz 2% do total do conjunto. De todas elas somente uma, supostamente encontrada na freguesia de Messejana (ALJU.MESS-03) e embora um pouco danificada, apresenta forma rectângular no espigão e ligeira curvatura no volume distal.

As restantes quatro estelas apresentam formas rectangulares, oferecendo espigão com algumas variações.



**Figura 5** – Gráfico com o estado de conservação das estelas funerárias medievais do Distrito de Beja.



**Figura 6** – Gráfico com os dois grandes grupos de estelas medievais do Distrito de Beja: Circulares e rectangulares.

## II. 3 - Resultados

Existem bastantes informações no que respeita à descoberta de estelas, mas ainda há grande escassez de trabalhos arqueológicos que nos permitam conhecer cronologias, designadamente datações absolutas, e a integração sócio-económica cultural e cognitiva de tais monumentos. Apenas o trabalho sobre estelas de Silves, antes citado, constitui excepção.

A cronologia conferida a estes monumentos, segundo os resultados obtidos pelos diferentes investigadores portugueses, encontra-se compreendida entre os séculos XIII e XVI.

O presente estudo, que conta com conjunto constituído por duzentas e quarenta estelas medievais, corresponde, sem dúvida, ao que reúne o maior número de tais monumentos, dado que o trabalho até agora conhecido com mais exemplares é “*Estelas Medievales de la Provincia de Soria*”, com cento e doze peças (C. de la Casa Martínez e M. Doménech Esteban, 1993, p. 136).



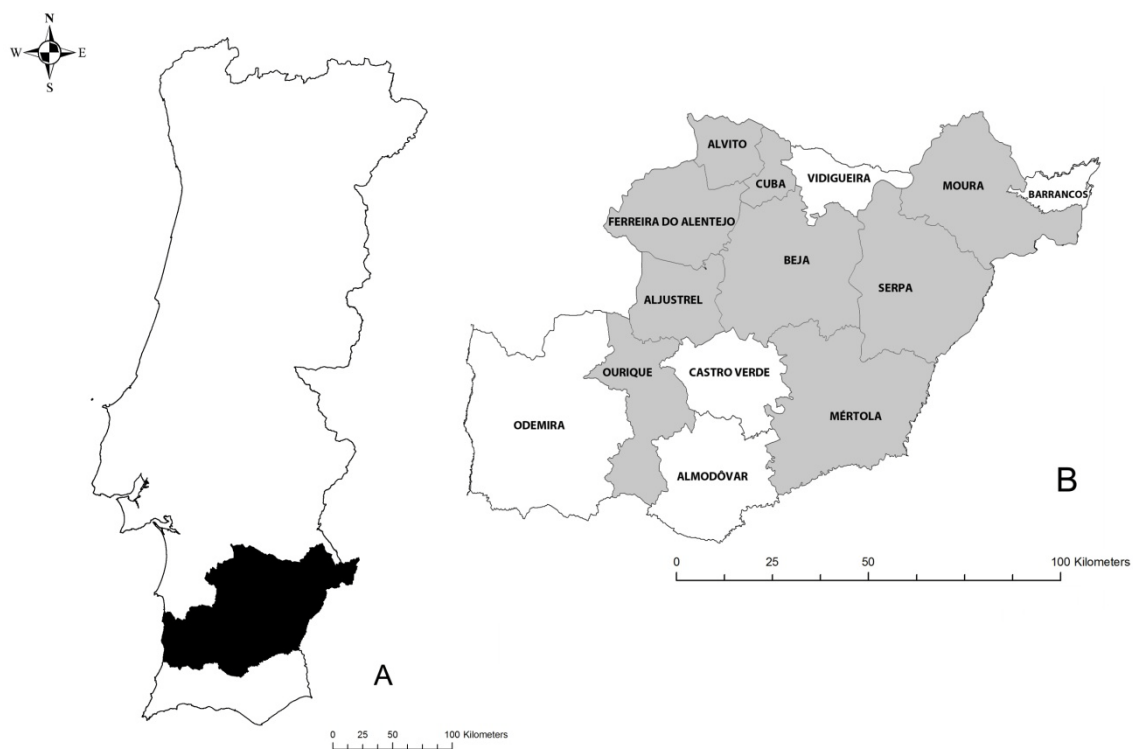
# III - O TERRITÓRIO DE BEJA NA IDADE MÉDIA

## III. 1 - Limites administrativos

O Distrito de Beja contando com 10,225 Km<sup>2</sup>, localiza-se no coração da vasta planície Alentejana, sendo a própria cidade de Beja a sua capital e igualmente sede do Município.

Aquela cidade foi o principal centro funcional do Baixo-Alentejo na Época Romana, Muçulmana, durante a Idade Media e até aos dias de hoje.

O Distrito de Beja é constituído pelos concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Cuba, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira.

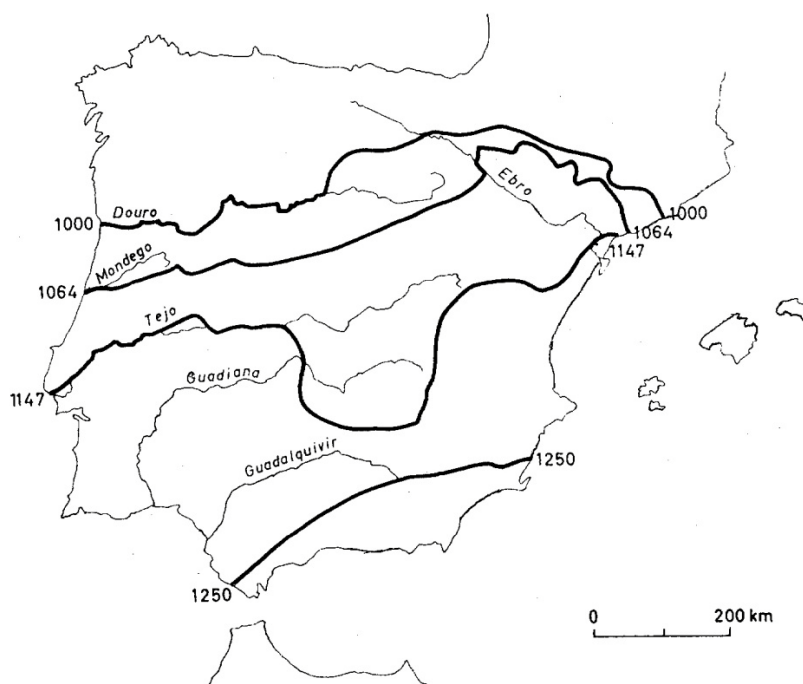


**Figura 7** – A- Portugal e o Distrito de Beja; B- Distrito de Beja e actuais Concelhos (a cinzento onde ocorrem estelas medievais).

A sociedade europeia, na transição do século XI para o século XIII, foi marcada por profundas alterações no mundo cristão, existindo forte crescimento demográfico

(Mattoso, 1995, p. 17; Marques, 1997, p. 150), o interesse pela defesa da Terra Santa, do Santo Sepulcro e dos peregrinos, exigindo medidas por parte dos cristãos contra os infiéis, que ameaçavam os lugares santos. Na Península Ibérica processava-se um movimento de reconquista e nos países além Pirenéus a par do aumento demográfico, observava-se certa instabilidade provocada pelos filhos segundogénitos, afastados da linha sucessiva e de qualquer herança, reservada ao filho mais velho, segundo o exemplo da sucessão régia, unilinear e masculina, restando-lhes somente a via clerical ou militar.

A reconquista aos infiéis da Península Ibérica, promovida pelos vários reinos cristãos, descendentes do reino visigótico, que se tinha refugiado nas montanhas do Norte, não só reclamava um espaço ancestral mas, unida numa fé comum, tinha todos os condimentos para a ajuda nas cruzadas e aceitar a vinda de cavaleiros de além Pirenéus afastados da herança linhagista<sup>1</sup> cujo caso mais paradigmático, encontra-se na figura do conde D. Henrique de Borgonha,<sup>2</sup> pai de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.



**Figura 8** – Avanço da reconquista Cristã (seg. Oliveira Marques, 1997, mapa 25).

<sup>1</sup> Esta classe de nobres, segundogénitos, iriam, igualmente, no reinado de D. Afonso III, desempenhar uma acção importante nas pretensões ao trono pelo Conde de Bolonha, futuro D. Afonso III em oposição ao seu irmão D. Sancho II.

<sup>2</sup> Nasceu em Dijon por volta de 1057, e faleceu em 1114 na cidade de Astorga. Quarto filho do duque Henrique de Borgonha e de Sibila, era igualmente neto de Roberto I, duque da Baixa-Borgonha, e bisneto do rei da França, Roberto.



O aumento populacional a que se assistia na Europa, e o afastamento dos filhos segundogénitos da herança familiar, se por um lado reforça o movimento cruzadístico, por outro, a confirmar-se a extensão do crescimento demográfico à Península Ibérica, teremos de colocar a própria fundação da identidade nacional em tais factores.

Se a pressão demográfica, vinda do norte, misturou gentes com várias procedências, moldou assim o conceito de nacionalidade, não deixando, também, de absorver politicamente e culturalmente o Centro e o Sul na unidade política em formação, denominada “Portucale”. Apesar das diferenças culturais entre um Norte Cristão e um Sul Islamizado, a progressão deste movimento unificador e a consolidação não só territorial, mas essencialmente religioso-cultural, dinamizada pelo rei, absorve, inevitavelmente, as assimetrias regionais encontradas no território, mesmo para aqueles nascidos longe do espaço onde teve origem este movimento de reconquista (Mattoso, 1995, pp. 13, 14, 26).

A fundação das ordens religioso-militares encontra-se, originalmente, na necessidade de assistência aos peregrinos que visitavam a Terra Santa, principalmente depois da primeira cruzada e da conquista de Jerusalém em 1099, assistindo-se à formação de tais instituições naquela região.

O novo conceito de milícia-cristã conciliava as necessidades tanto assistenciais como defensivas na figura do monge-cavaleiro, pois a posição meramente assistencial evoluiu para a posição de defesa e, posteriormente, para a conquista territorial como se veio a observar nas cruzadas. Nestas se poderá encontrar o ideal dos monges-cavaleiros de que se não deve dissociar do contexto global cruzadístico.

*“ (...) esta nova função guerreira acaba por ser aceite, ao longo do século XII, quando o protagonismo dos freires resultava na defesa dos lugares santos da ameaça do Islão e na reconquista territorial em cenários mais ocidentais, como, por exemplo, na Península Ibérica.”* (Fernandes, 2002, p. 32)

A actuação da ordem religioso-militar de Santiago em Portugal, vocacionada para a reconquista cristã da Península Ibérica, pauta-se tanto pela defesa e povoamento dos territórios conquistados como pela expansão territorial para sul. Mercê de numerosas doações, como reconhecimento pelo enorme contributo que a Ordem de Santiago e do seu mestre Paio Peres Correia ofereceram nas reconquistas a sul do Tejo,

pelos monarcas portugueses e castelhanos, é nos campos do Sul que aquela vai desenvolver uma série de conquistas e, através de doações régias, expandir os seus já vastos territórios, principalmente a partir de Navas de Tolosa, com a desagregação do Império Almóada.

Sob o comando do mestre Paio Peres Correia e a partir de Alcácer do Sal, os freires da Ordem de Santiago dilataram os territórios da Cristandade, através da conquista de grande parte do Sul Alentejano e do Sotavento Algarvio, ao tomarem as possessões muçulmanas de Aljustrel e Alvito, em 1234, Mértola em 1238, Cacela em 1239/40, tal como Tavira e Paderne em 1242. Já antes, em 1239, numa acção concertada entre D. Sancho II e os monges-cavaleiros de Santiago, tinham conquistado Aiamonte e a linha de castelos do Guadiana, isolando os territórios muçulmanos de ambos lados do Guadiana, facilitando assim a conquista definitiva do Algarve em 1249.

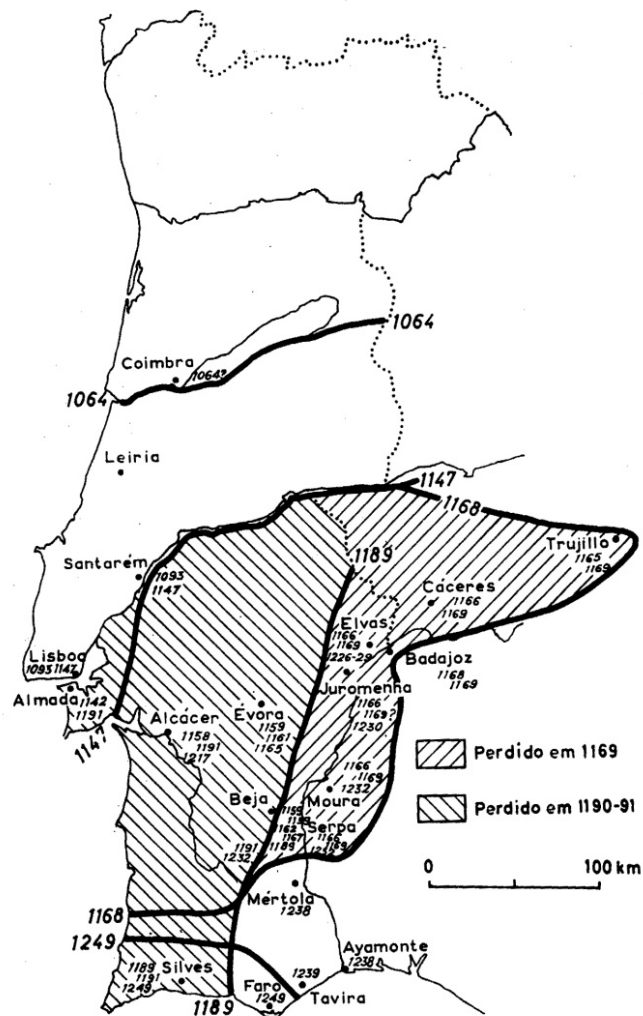
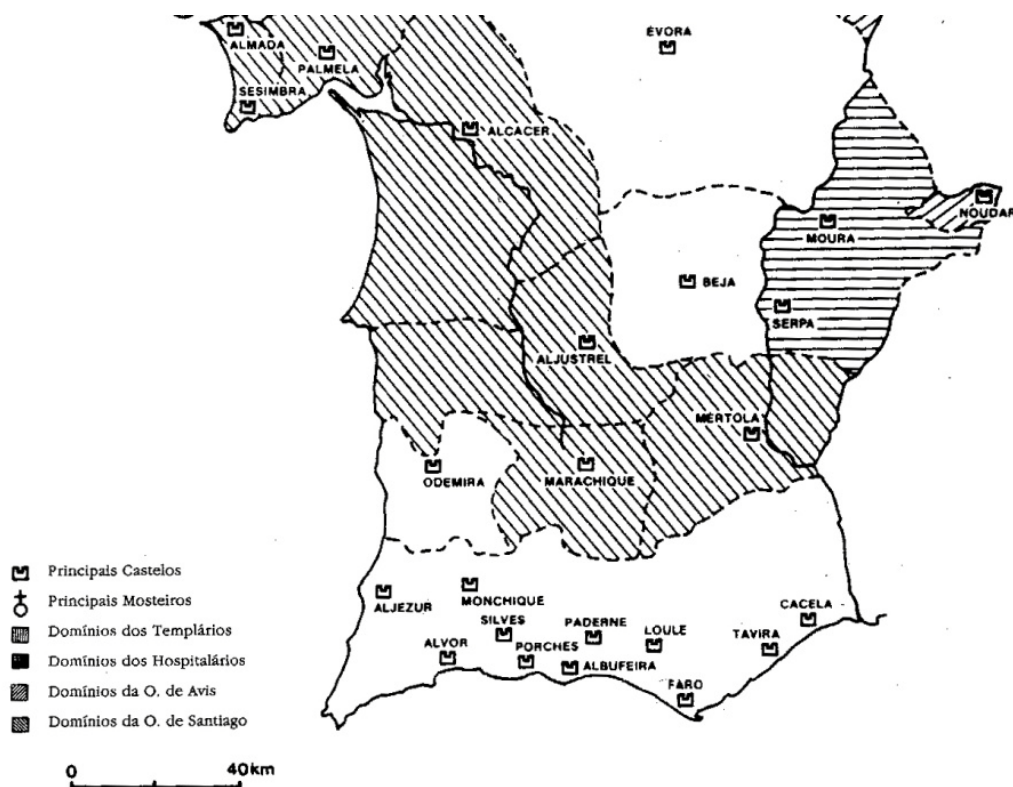


Figura 9 – A «Reconquista» cristã em Portugal, (seg. O. Marques, 1976, fig. 19).



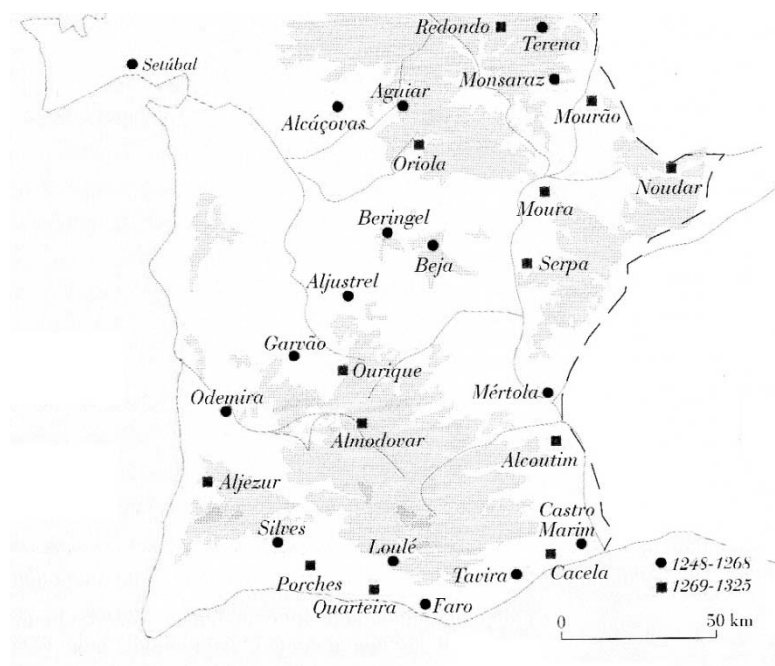
**Figura 10** – Domínios das Ordens Militares, (seg. J. Mattoso, 1995, mapa 17).

Os rendimentos patrimoniais da Ordem de Santiago advinham de duas vertentes distintas, uma no plano material, resultante das rendas provenientes das propriedades situadas nos territórios que administravam, e outra, no plano espiritual, decorrente do direito de padroado nas igrejas sob sua administração.

A atribuição do foral a várias terras, demonstra, claramente, a hegemonia da Ordem de Santiago e a sua importância no povoamento, administração e consolidação territorial. A posição da Ordem vai-se reforçando ao sabor da reconquista com doações territoriais e privilégios, nomeadamente, como a nomeação de procuradores e juizes nas suas terras e nos seus poderes jurisdicionais, nas áreas cível e criminal, assim como na proibição de corregedores reais entrarem nos seus domínios sem sua autorização.

Numa altura em que as armas da reconquista estavam adormecidas, lavrava-se, não somente os campos mas, também, as actas da consolidação territorial, não só no paço real e nos conventos mas, inclusivamente, nas sedes concelhias e nas irmandades locais. Desenvolveram-se, nesses longínquos e arcaicos tempos medievais, a génese administrativa mais significativa da fundação da nacionalidade: os concelhos-

municípios. Se primeiramente estas comunidades autónomas se desenvolveram no isolamento territorial e político, posteriormente, sob sancionamento régio e em oposição ao regime senhorial/feudal, viriam a ser absorvidas pelo reino em formação e constituírem parte integrante duma política fiscal, de defesa e povoamento do território pela outorga das Cartas de Foral.



**Figura 11** – Localidades a que foram dadas cartas de foral entre 1248 e 1325, (seg. J. Mattoso, 1993, p. 157).

Com o advento do Liberalismo, foram promulgadas várias leis tendentes à supressão dos forais, até serem definitivamente abolidos em Agosto de 1832. O fim destes documentos fundadores da maioria dos concelhos portugueses, obedecia às exigências de uma nova burguesia liberal, endinheirada, centralizadora, representada no governo e denunciadora da origem social dos respectivos membros, inserindo-se em uma mais ampla reforma da sociedade que, inevitavelmente, à revelia dos próprios concelhos ou dos apelos de Alexandre Herculano que via a centralização e qualquer modelo uniformizador como sinónimos de tirania (propondo uma solução apoiada nos concelhos enquanto núcleos descentralizados), acabou por dissolver grande parte dos municípios medievais portugueses.

Até 1878, o número de concelhos do Distrito de Beja passou de trinta e dois para catorze (Oliveira, 1996, p. 207).

<i>Actuais Concelhos</i>	<i>Antigos Concelhos</i>
Aljustrel	Messejana
Almodóvar	
Alvito	Vila Nova da Baronia
	Água de Peixes
Barrancos	Noudar (extinto em 1825)
Beja	Beringel
Cuba	Faro do Alentejo
	Vila Alva
	Vila Ruiva
	Albergaria dos Fusos
Ferreira do Alentejo	
Mértola	
Moura	
Odemira	Vila Nova de Milfontes
Ourique	Garvão
	Panóias
Serpa	Vila Verde de Ficalho
Castro Verde	Casével
	Entradas
	Padrões
Vidigueira	Vila de Frades

**Figura 12** – Antigos concelhos medievais e actuais concelhos do Distrito de Beja.

### **III. 2 - Ambiente natural e recursos**

Ao contrário do Norte de Portugal, condicionado pela montanha e pela frequência dos vales, o Sul caracteriza-se pelas suas planícies. No Norte a altitude média ronda os 400 metros e pode subir frequentemente aos 1200 metros, enquanto no Sul a média anda pelos 250 metros e as altitudes máximas raramente ultrapassam os 500 metros. (Mattoso, 1995, pp. 33, 34).

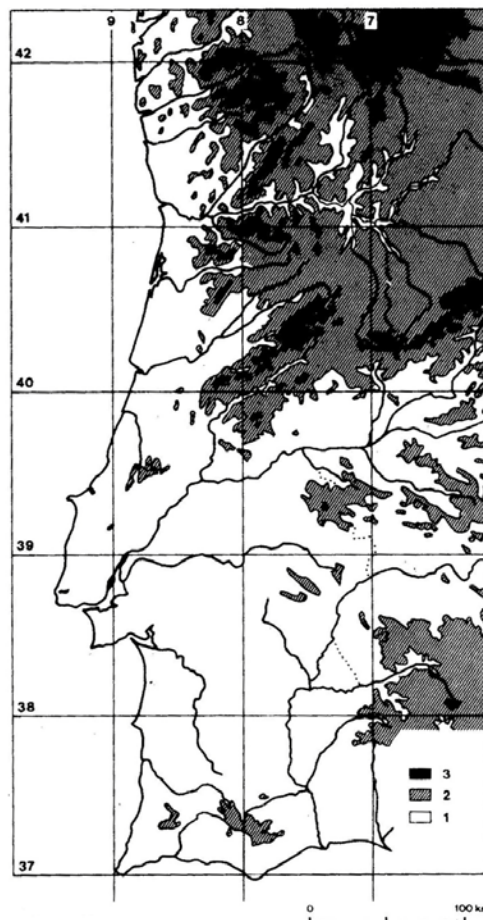
O Distrito de Beja corresponde à metade sul da planície alentejana, pontuada aqui e ali por serras baixas e pouco inclinadas. O seu principal acidente geográfico é o vale do rio Guadiana, que atravessa de norte para sul a sua parte oriental, separando a planície principal de território situado entre o rio e a fronteira espanhola que, conjuntamente com as serras algarvias, limitam o distrito a sul (Serra de Monchique, Serra do Caldeirão e Serra de Espinhaço de Cão). As áreas mais acidentadas e de maior altitude do distrito são a Serra da Adiça e os primeiros contrafortes da Serra Morena espanhola, que ultrapassam os 500 m de altitude. Para além destas elevações, só a Serra do Cercal, no limite com o distrito de Setúbal, perto de Vila Nova de Milfontes, e a Serra do Mendro, no limite com o Distrito de Évora, e a norte da Vidigueira, são dignas de nota, atingindo 341 m e 412 m de altitude, respectivamente.

Na rede hidrográfica, para além do Guadiana e dos seus muitos afluentes, há duas outras bacias hidrográficas importantes: a do Sado, que nasce no distrito, nas imediações do concelho de Ourique, e se dirige para o distrito de Setúbal, e a do rio Mira, que nasce na Serra do Caldeirão e vai desaguar no Atlântico, junto a Vila Nova de Milfontes.

Além daquelas redes, penetram também no distrito partes da bacia hidrográfica do rio Arade, cuja nascente é muito próxima da do rio Mira, mas se dirige para o Algarve e da ribeira de Seixe, cujo vale serve de fronteira com o Distrito de Faro.

A costa é rochosa e estende-se quase em linha recta de norte para sul, sendo os principais acidentes a embocadura do rio Mira e o Cabo Sardão.

No Sul, espessa charneca, e matagais, cobriam muitas áreas até ao século XIX, caracterizando-se pela concentração da população nos centros urbanos e a exploração das planícies arroteadas pelas culturas de sequeiro.



**Figura 13** – Altitudes do território continental português. 1- Abaixo de 400 metros, 2- De 400 a 900 metros, 3: Acima de 900 (seg. J. Mattoso, 1995, mapa 1; extraído de O. Ribeiro 1967, mapa 1).

A grande variedade de formações geológicas existentes no Distrito de Beja deu origem a solos diversos, com diferente fertilidade e aptidão agrícola. A zona sul do Distrito conhecida por “terras galegas” é ocupada por formações xistosas sendo os seus solos delgados e pobres (pedregosos, areno-argilosos) ou medianamente férteis (argilosos). A norte das “terras galegas”, estende-se a zona de solos de textura argilosa (formação de dioritos) relativamente profundos, de cor escura e de grande produtividade. Uma outra mancha de solos argilosos de menor produtividade média é a que se estende também de Leste/Oeste a Norte de Beja (pórfiros) (C. M. B, 1987, pp. 7, 8, 9).

Segundo Orlando Ribeiro, no Alentejo, *“A cultura fazia-se apenas à roda das povoações e ao longo dos cursos de água. Sobre o terreno ondulado, nas cascalheiras que enquadram o curso dos rios, apenas havia o matagal interminável de estevas e medronheiros. De longe em longe denotava-se um pedaço, chegava-se fogo aos ramos ressequidos, semeando-se na cinza fertilizante. Mas depois de dois ou tres anos de seara, tudo volvia ao bravio primitivo.”* (Ribeiro, 1967, pp. 296, 297).

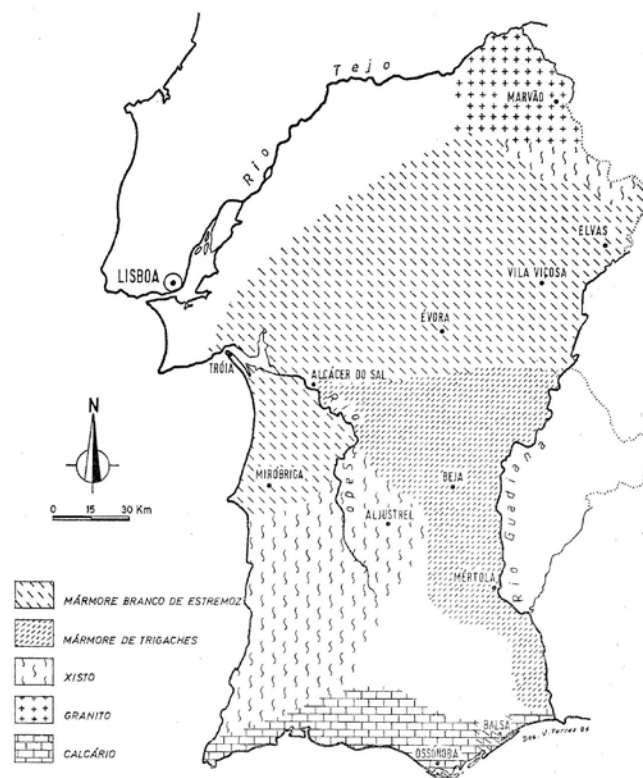
Para José Mattoso, o Sul não podia viver do autoconsumo, mas da cultura intensiva e da troca maciça dos géneros e nunca pôde subsistir sem moeda nem comércio. Nas cidades, a massa populacional não pode contar apenas com a agricultura das hortas e da vinha, mas deve complementar a sua economia com a produção artesanal, criadora de riqueza susceptível de ser trocada (Mattoso, 1995, pp. 33, 34).

A cultura dos cereais desde sempre se encontra generalizada a todos os terrenos cultivados, mesmo sob olival ou sob montados de sobro e azinho. Por ordem decrescente de importância as culturas de sequeiro repartem-se pelas seguintes espécies: trigo, aveia e cevada. Entre as outras culturas distinguem-se as oleaginosas e algumas leguminosas. A ocorrência de outras utilizações do solo está circunscrito, no plano agrícola, à horticultura, à vinha, aos pomares e ao olival. Representa ainda uma área importante no Distrito a ocupada por espécies florestais, a saber: o azinho, o sobreiro e, mais a sul do Distrito, o medronheiro. Também devemos referir a importância da criação de gado: ovinos, bovinos e suínos (C. M. B. 1987, p. 24).

Sobre a actividade mineira e ao contrário da Época Romana, de que se conhecem vestígios de mineração e inclusivamente a descoberta de uma lâmina de bronze, com inscrição jurídica de *Metallvm Vipasca* (Aljustrel), não se tem encontrado

vestígios ou outras provas da actividade mineira durante a Idade Média, não se negando, contudo, a exploração de minas. Segundo conclui a tentativa de síntese de Luís Miguel Duarte, houve intensa actividade mineira sob domínio romano e um vazão de fontes ou quase total de vestígios, no que respeita à Idade Média. Apesar de os Romanos terem esgotado as minas mais importantes, na Idade Média ter-se-ia trabalhado igualmente na exploração mineira, apenas não se conhecem vestígios que atestem tal actividade com a mesma intensidade. L. Duarte (1995, p. 107) refere sítios, do Distrito de Beja, como Aljustrel (onde se exploraria cobre e prata, talvez ouro, ferro e chumbo) e São Domingos, no concelho de Mértola, onde se exploraria cobre.

Exploraram-se ainda, no Distrito de Beja, os mármore, que durante o Período Romano em Portugal é frequentemente utilizado e transportado para a construção de monumentos públicos, designadamente templos, teatros e balneários, decorando-os com esculturas, capitéis e entablamentos (Maciel e Coutinho, 1990, p. 83). No *Conventus Pacencis*, território administrativo que incluía o Distrito de Beja, o suporte mais frequente para os monumentos epigráficos são os mármore de Trigaches e, na área sudoeste, o xisto (Encarnação, 1984, p. 821, 822).



**Figura 14** - Mapa de distribuição das matérias-primas usadas nas estelas epigrafadas romanas (seg. José D'Encarnação, 1984, vol. II, p. 850, mapa 2).



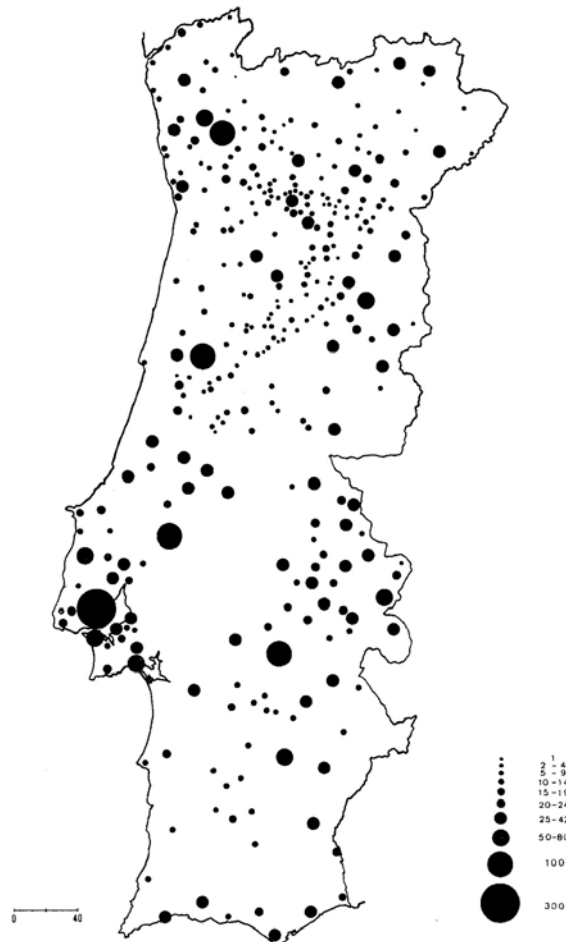
A utilização dos mármore na cidade de Beja remonta, pelo menos, ao século III d.C. e chega aos dias de hoje. Constitui prova disso a igreja de Santo Amaro, edificada sobre templo visigótico e que ainda hoje exhibe umas das melhores colecções de capitéis visigóticos do país, ou o Castelo de Beja, com a Torre de Menagem construída em mármore de Trigaches.

### **III. 3 – Povoamento e vias**

As características da reconquista e povoamento dos territórios do Sul, que vieram a integrar o reino de Portugal divergem do Norte, dado que a lentidão do processo permitiu a consolidação de uma classe feudal, ou senhorial, na perspectiva de José Mattoso e a feudalização/senhorização da ordenação do poder, da sociedade e da produção. A reconquista processou-se em expansão territorial caracterizando-se pela falta de recursos humanos, privilegiando a consolidação de comunidades autónomas, concretizadas nos concelhos e caracterizada pelas cartas foralengas que os moldaram às especificidades de um reino em formação (1995, pp. 50-61).

Assim, no Norte onde a sobre-população obriga ao aproveitamento das terras incultas, desbravamento de florestas e drenagem dos pântanos, no Sul o estado constante de guerra e a escassez demográfica, reduz a área cultivada a curta distância das protectoras muralhas dos castelos, de onde partem as expedições militares de pilhagem e rapina nas terras sarracenas ou protegem, ao longe, o pastoreio dos gados nas grandes extensões despovoadas da planície.

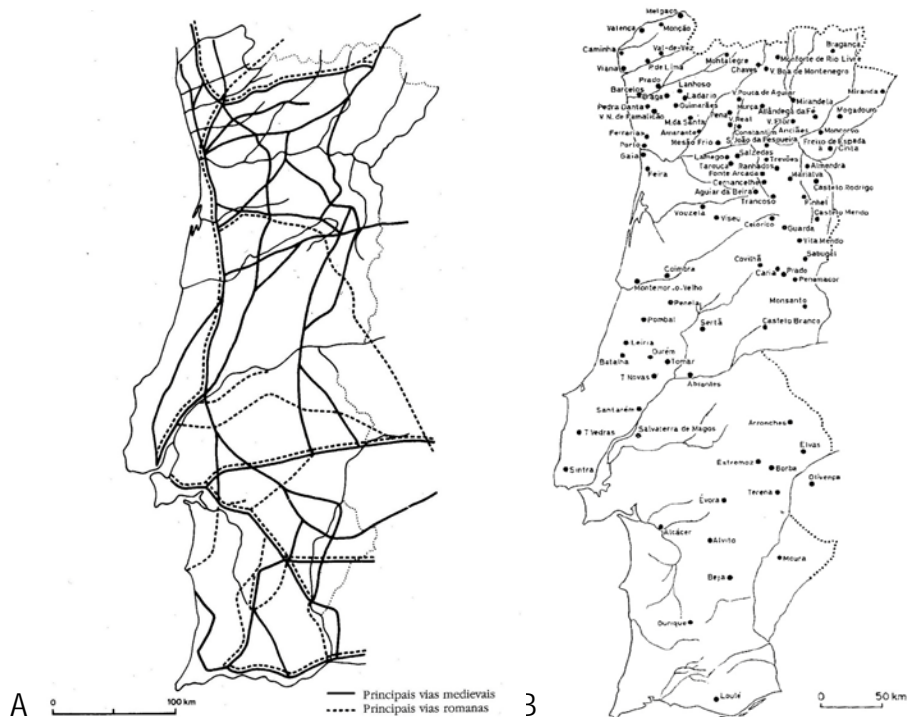
Foram realizadas, durante a Idade Média, vários censos, mais ou menos extensos, tendo preocupações sobretudo de ordem militar, como documentam os róis de besteiros. A população de Portugal no século XIII não excedia provavelmente o milhão de habitantes e os grandes centros populacionais continuavam a existir no Sul, graças à tradição romana e muçulmana. Constitui exemplo a cidade de Beja e outras povoações menores (Marques, 1976, pp. 71, 130).



**Figura 15** – O povoamento em 1422 (segundo o rol de besteiros do conto da mesma data). Cada círculo indica o número de besteiros (seg. Oliveira Marques, 1997, mapa 31).

Sobre a dinâmica das cidades, José Mattoso refere que, durante o século XIII, no Alentejo nota-se o contraste entre a zona nordeste, onde as povoações crescem e proliferam em torno de Évora, e a zona sul, com um único pólo em Beja, ligado à via do Guadiana, por Mértola, que estabelece contactos com o Algarve. O resto da província é um grande descampado ou de zonas densamente florestadas, onde vagueiam os rebanhos das ordens militares (Mattoso, 1995, p. 188).

Um dos legados da tradição romana e depois muçulmana é o sistema viário, tanto crucial no desenvolvimento da economia como decisivo na eficaz ocupação e colonização de novos territórios, garantindo a circulação de pessoas e bens, aproximando o mundo rural com o mundo urbano. Não esqueçamos que a Idade Média é ainda época de invasões, como das cortes itinerantes, do comércio ambulante e das feiras, da reconquista e das peregrinações.



**Figura 16** – A- Rede viária romana e medieval (seg. J. Mattoso, 1995, mapa 18); B- Feiras medievais portuguesas (seg. V. Rau, simplificado por Oliveira Marques, 1976, fig. 19).

Sabe-se pouco do sistema viário medieval do Distrito de Beja, por isso aceita-se a reutilização das grandes vias herdadas do passado romano e muçulmano. Neste sentido, Oliveira Marques haveria de escrever para os tempos islâmicos.

*“Todo o Andaluz estava coberto por uma rede de estradas e caminhos baseada, em grande parte, na rede vial romana mas aumentada e modificada com o andar dos séculos.”* (Marques, 1993, p. 168)

As vias romanas têm sido consideradas como a mais colossal obra de Roma e como extraordinário factor da Romanização. Segundo Jorge de Alarcão, *Pax Iulia* capital do *Conventus Pacensis* tinha ligações com Moura, Serpa e Mértola, e esta com o rio Guadiana navegável até ao Mediterrâneo. O mesmo autor refere uma possível passagem na área de Almodôvar ou Castro Verde que ligava com *Ossonoba* (Faro). Da parte ocidental do Distrito havia de partir caminho que vinha do Algarve, passava pela serra de Monchique (multiplicidade de vestígios de calçadas) e alcançaria a zona de Garvão (possível capital de *civitas*), daí seguindo pelo rio Sado ou iria ter a Aljustrel e depois a Beja. De Aljustrel, uma outra via seguiria para Santiago do Cacém (*Mirobriga*) (Alarcão, 1988, pp. 100, 101).

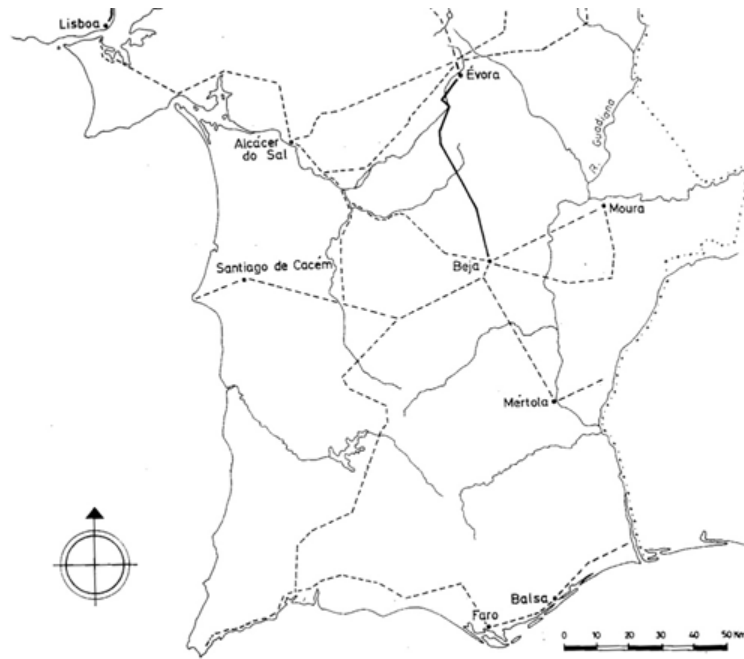


Figura 17 – Vias romanas no Sul de Portugal (seg. J. Alarcão, 1973, fig. 20).



Figura 18 – Vias romanas, segundo traçado sugerido por Vasco Mantas, (seg. J. D'Encarnação, 1984, mapa 4).

De Silves (*Silb*) para S. Bartolomeu de Messines existia velha estrada romana que depois seguia para norte, atravessando o Alentejo, com passagem por Santa Clara-velha, Garvão, Aljustrel, Odivelas, Torrão e alcançando Alcácer do Sal. Um ramal fazia

a ligação entre Garvão e Ourique, Castro Verde, Albernoa e permitia chegar a Beja (*Baja*). Ao longo do Guadiana, a partir de Alcoutim chegava-se a Mértola (*Martula*), bifurcava-se a partir daí para oriente, pela estrada para Serpa e, para ocidente, para Beja (Marques, 1993, p. 168).



**Figura 19** – Vias muçulmanas (seg. O. Marques, 1993, mapa 12).

A importância das vias de comunicação terrestres, para além da sua evidente função económica, reside em permitir desenvolver conhecimentos de carácter social e nomeadamente político das regiões que integram, aspectos bem expressados no texto que transcrevemos: “A estrada dos veículos, dos transportes materiais e das mercadorias, das viagens, dos correios e dos exércitos supõe já um relativo grau de desenvolvimento e organização social, de relações inter-regionais, nacionais e internacionais. Uma rede de estradas reclama já uma unidade política à escala de nação. A história dos caminhos tanto no seu traçado como na sua nomenclatura mostra-nos bem as variações das estruturas políticas através dos tempos. Uma estrada é via imperial, essencialmente estratégica e administrativa, nos tempos romanos. Na Idade Média ela recebe o nome de via pública e liga povoações próximas, refletindo uma economia fechada e senhorial. Na época seguinte adopta o nome de estrada real e expressa a centralização política. Os encargos e os cuidados da sua manutenção vão caindo mais e mais sob alçada real. Esta época é também marcada por uma revolução nos transportes e comunicações, com a mala-posta, as diligências e os coches.”

(Almeida, 1968, p. 4)

De facto, também podemos concluir que os maiores conjuntos de estelas agora estudadas, provêm de sítios que tiveram grande importância nos períodos sob administração romana e muçulmana, conforme aconteceu com Aljustrel (*Metallum Vipascense*), Mértola (*Myrtilis, Martula*), Moura (*Arucci*), Garvão (*Arandis*) e Serpa (*Sirpens*), existindo continuidade de povoamento entre aqueles tempos e os da presença cristã da Idade Média.

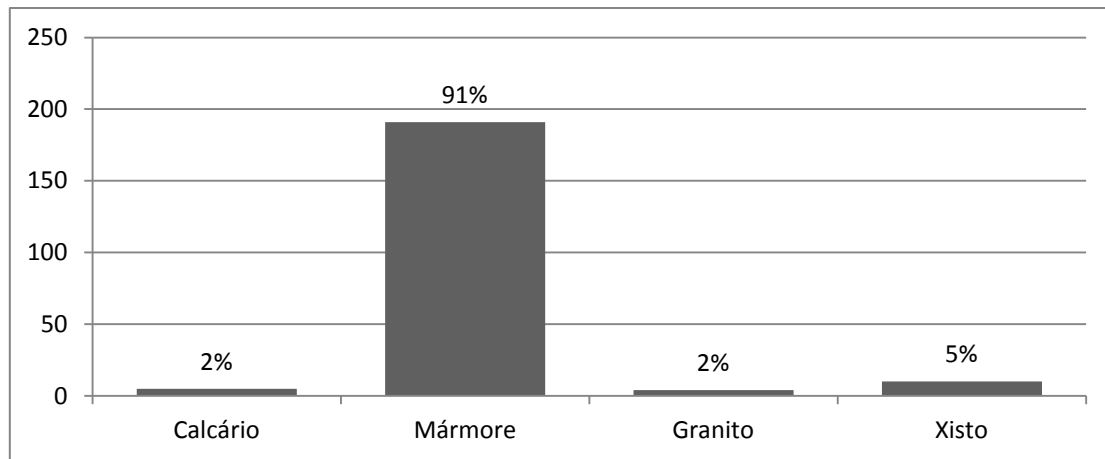
# IV - ESTELAS, SUPORTES E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

## IV. 1 - Matérias-primas. Origens e transporte

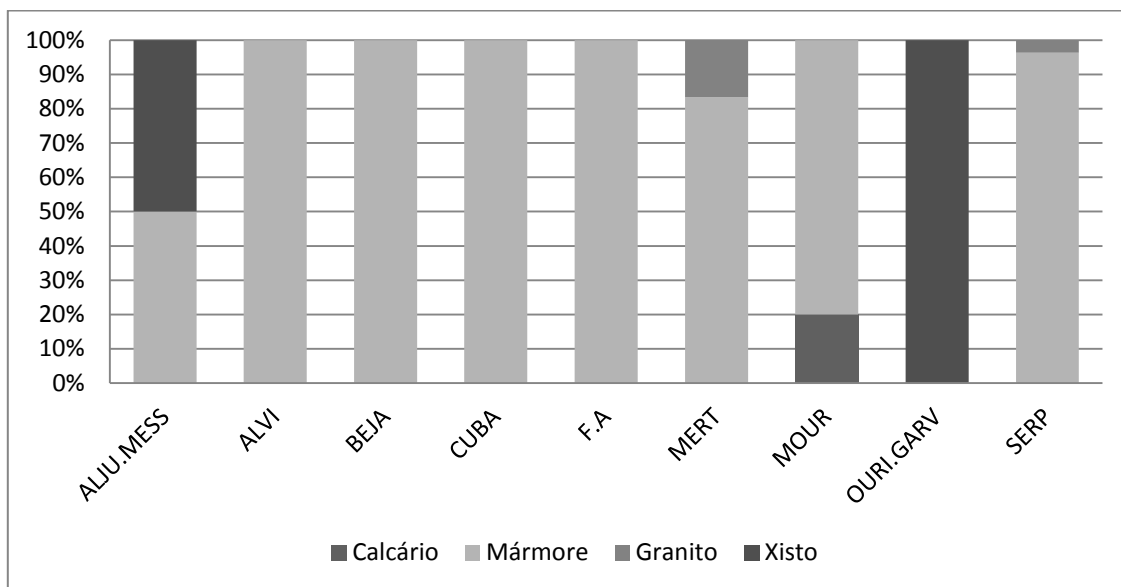
A área do Distrito de Beja insere-se no Maciço Antigo e é fundamentalmente constituída por rochas eruptivas (pórfiros, dioritos, microdioritos, gabros, granitos e granodioritos), que ocorrem predominantemente na sua área norte. Rochas sedimentares, mais ou menos metamorfizadas do Paleozoico (desde o Câmbrico ou Carbónico), xistos metamórficos, xistos argilosos, grauvaques e rochas do complexo xisto-grauváquico, integram formações a sudoeste do Distrito de Beja. Existe também mancha importante das mesmas rochas que afloram no seio da zona das rochas eruptivas, a leste da cidade de Beja. A doze quilómetros a oeste de Beja encontra-se pedreira de onde é extraído o denominado mármore de Trigaches, também conhecido como de S. Brissos, pois a pedreira de onde se extrai fica situada a meio daquelas duas localidades. Oferece cor cinzenta clara a azulada escura, com cristalizações esbranquiçadas que podem atingir 1 cm.

Os tipos de rochas utilizados no fabrico das estelas, do Distrito de Beja, foram o mármore, com cento e noventa e um monumentos, correspondendo a 91 % do conjunto, seguido pelo xisto (5%) com dez monólitos, existindo cinco em calcário (2%) e quatro em granito (2%). Não foi possível averiguarmos nos trinta e um monólitos restantes qual matéria-prima nelas usada.

O xisto apareceu nas oito estelas de Garvão e só em duas das cinco da Messejana. O calcário surgiu apenas no concelho de Moura e o granito nos de Mértola e Serpa. O mármore, possivelmente de Trigaches, concentra-se principalmente na cidade de Beja, correspondendo à matéria-prima usada em todos os cento e vinte e cinco monumentos ali presentes.



**Figura 20** - Matérias-primas das estelas medievais do Distrito de Beja.



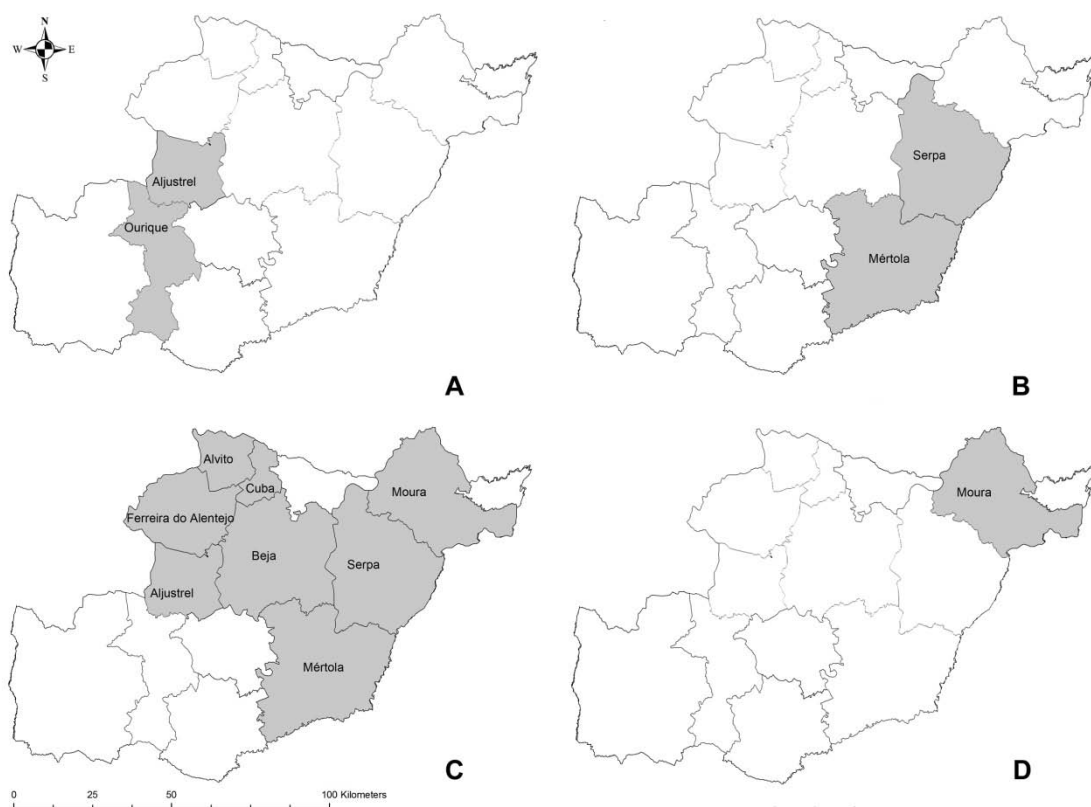
**Figura 21** – Concelhos e matérias-primas usadas nas estelas medievais do Distrito de Beja.

Como se pode observar a distribuição das matérias-primas das estelas medievais do Distrito de Beja é quase idêntica à apresentada no mapa das matérias-primas das estelas romanas elaborado por José D` Encarnação (1984, p. 850).

É difícil podermos afirmar que o mármore, das estelas medievais do Distrito de Beja (91%), seja todo ele procedente da pedreira de Trigaches/São Brissos. Foram recolhidos por nós relatos orais da presença de pequenas pedreiras a norte do Alvito e a norte de Marmelar. Estas permitiam mais fácil acesso e, por isso mesmo, tornaria a matéria-prima muito menos dispendiosa no que toca ao seu transporte.



Os estudos dos monumentos funerários não se devem quedar pela simples descrição dos suportes e com o lançamento de hipóteses sobre a sua origem. Deve-se recorrer a uma análise petrográficas, que tirem as dúvidas quanto aos locais de extracção dos monólitos, dando ao investigador a segurança de que necessita para apresentar informações fidedignas, fundamentar interpretações históricas, localizar escolas e convencionalismos, determinar proveniências e circuitos económicos, etc. (Maciel e Marques, 1990, p. 84).



**Figura 22** – Distribuição das matérias-primas das estelas medievais no Distrito de Beja. A) xisto; B) calcário; C) mármore; D) granito.

Se a proveniência das estelas de mármore de Beja for de facto da pedreira de Trigaches, conclui-se que algumas daquelas teriam sido transportadas até Mértola, que se encontra à distância de cerca de 70 Km, até Moura, mais ou menos a 65 Km, à Messejana, percorrendo perto de 55 Km ou a Serpa, a aproximadamente 44 Km de distância.

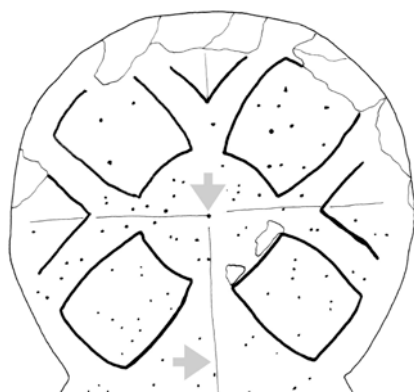
As distâncias apresentadas são muito significativas, tendo em conta a rede viária e as condições de transporte então disponíveis, aspectos que, por certo, em muito

encareceriam aqueles monólitos, tornando-os, desde logo, apenas acessíveis a populações com maior poder económico.

## IV. 2 – Elaboração. Ferramentas e técnicas de talhe

Temos tido em consideração, a quando do estudo e do inventário das estelas, uma série de questões que caberia aprofundar, designadamente a relação entre as matérias-primas utilizadas e as técnicas de talhe, incluindo as ferramentas usadas na sua elaboração.

Em determinadas estelas foi observada, a existência de pequenas incisões no disco, em sentido horizontal ou vertical, assim como de pequena marca no centro daquele, fruto do uso de compasso no desenho da estela. Estas marcas constituem pontos e linhas orientadoras para o corte da peça (estereotomia) como para a elaboração da sua decoração.



**Figura 23** – Ponto e linhas orientadoras do motivo inciso (SERPA.MMAS-17).

Observa-se, também, diferença no trabalho entre o disco e o pé (espigão), sendo o primeiro mais bem acabado ou polido e o segundo, apenas desbastado. Este aspecto deve-se ao facto daquele último volume ser enterrado no solo e, portanto, quase não ser visível como, ainda, por não conter decoração.

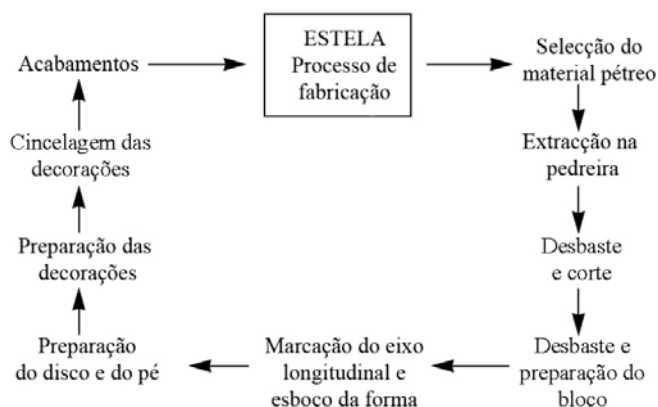
Quanto às decorações elas são muito variáveis. Todavia, observam-se um certo número de figuras, especialmente geométricas, construídas fazendo uso de compasso, combinando diferentes raios e arcos, de tal forma que se pode perfeitamente falar do uso quase constante deste instrumento na elaboração das decorações. Não esqueçamos que a

própria forma do disco, no caso das estelas discóides, era obtida com o compasso.

Em algumas estelas, podem-se observar erros nas combinações geométricas, fruto sem dúvida da imperícia da mão do artífice, havendo decorações que parecem ser realizados sem esta preparação do desenho.

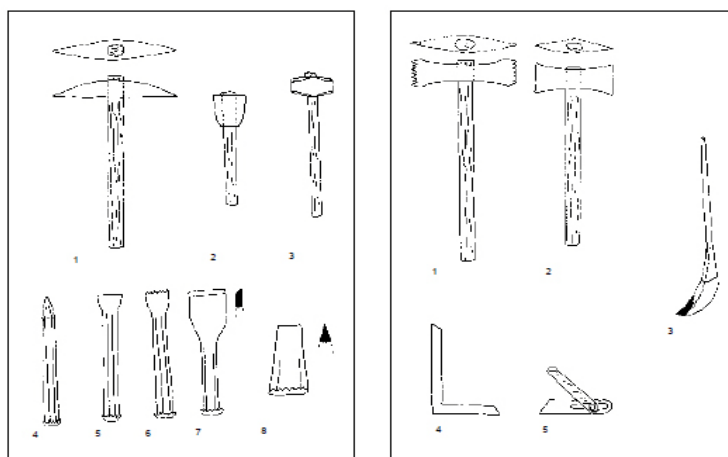
Também podemos hipotizar a utilização de formas ou modelos pré concebidos para marcar algumas decorações, pois a ausência de traços orientadores ou de marcas de compasso, assim como pequenos erros na orientação daquelas, inclusivamente falhas com o cinzel ou decorações claramente invertidas, parecem demonstrar este aspecto.

Enquanto no talhe das decorações se observam diversos acabamentos, que indicam sem dúvida o uso de diferentes ferramentas, presentes no estudo elaborado por Francesc Xavier Solé i Borràs e Joan Menchon i Bes (1994). Observa-se na figura 24, o processo de fabricação de estelas proposto pelos autores acima citados. O seu procedimento pode dividir-se em sete etapas e em cada uma delas estudaram-se as ferramentas empregues (Solé i Borràs e Menchon i Bes, 1994, p. 518).



**Figura 24** - Processos de elaboração de uma estela discóide (seg. Solé i Borràs e Menchon i Bes, 1994, p. 522).

As ferramentas empregues foram várias. No primeiro passo procede-se à extração do suporte, utilizando-se a marreta, cunhas e picão. A marreta ou maço, é um martelo grande e pesado, usado como percutor das cunhas que fendem a pedra nas pedreiras. A cunha é uma ferramenta de ferro, em forma de prisma apontado em uma das extremidades. A sua função é cortar a pedra, impulsionado pela marreta. As marcas que particularizam a acção de extrair e cortar os blocos na pedreira, já não se observam nas estelas devido ao seu afeiçoamento.



**Figura 25** – Ferramentas usadas na elaboração das estelas. À esquerda: 1-Picão; 2- Maceta; 3-Marreta; 4- Ponteiro; 5- Cinzel; 6- Cinzel dentado; 7- Cinzel plano; 8- Cunha. À direita: 1- Trinchante; 2- Trinchante dentado; 3-Goiva, 4- Esquadro e 5- Falso esquadro, (seg. Solé i Borràs e Menchon i Bes, 1994, fig. 1).

O picão é uma ferramenta de percussão directa. É uma espécie de martelo ou de marreta, mas de menores dimensões que esta, com a cabeça metálica de secção quadrangular e que é utilizado para marcar os rasgos para as cunhas e debastar a peça que se quer obter. As suas marcas apresentam-se longas e uniformes, conferindo textura rugosa às superfícies das estelas.

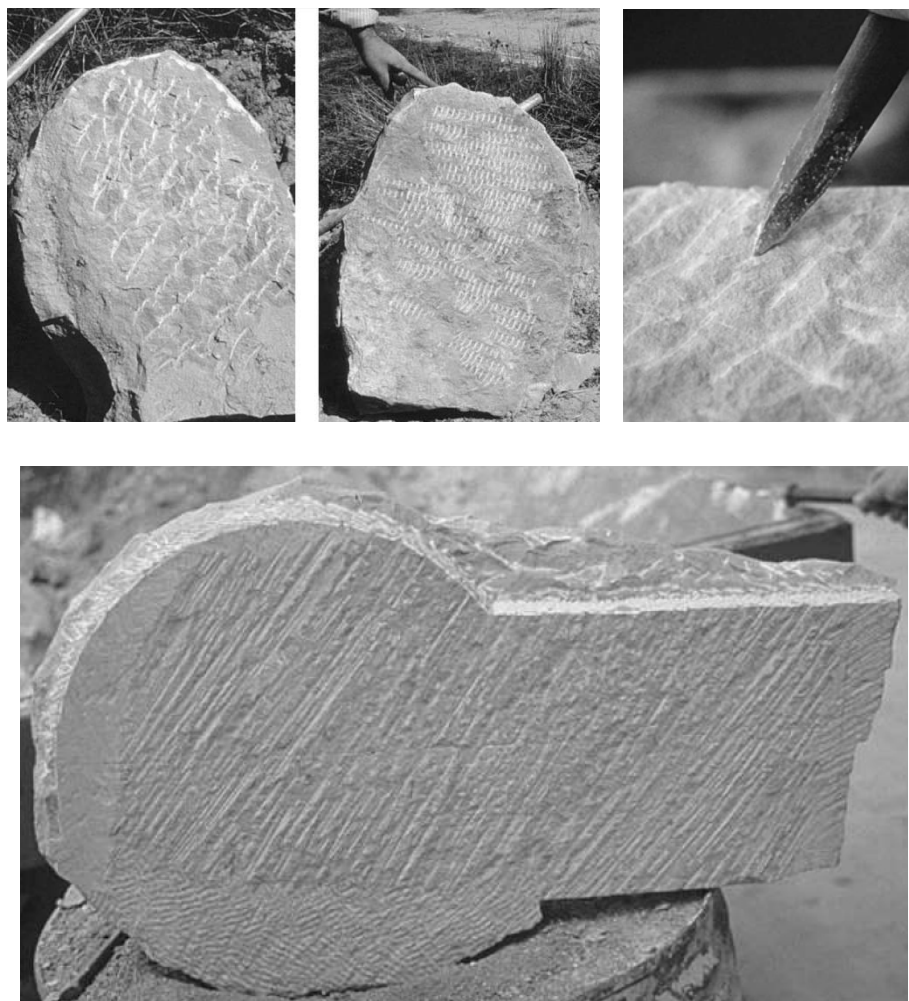
Para o desbaste da pedra as ferramentas empregues são a maceta, o ponteiro, o cinzel de corte, cinzel dentado, trinchante e trinchante dentado. A maceta é um martelo de cabo curto de madeira e cabeça pesada, geralmente de ferro. É utilizada como percutor de diferentes ferramentas de desbaste e trabalho fino.

O ponteiro é uma ferramenta de ferro, que serve para quebrar superfícies duras com algum grau de precisão. É semelhante a um prego, com uma ponta rematada em bico e a outra de forma plana, servindo à percussão. Tem a mesma utilidade que o picão, mas permite trabalho mais fino e preciso. Deixa marcas mais alargadas que o picão se for trabalhado fazendo ângulo obtuso ou agudo com a superfície da estela. Se for trabalhado perpendicularmente produz pequenos impactos, mais ou menos redondos e sem ordem, provocando textura algo rugosa.

O cinzel de corte, geralmente com ponta larga e cortante, era utilizada para desbaste da pedra. Produz marcas, mais ou menos grandes, segundo a força aplicada e o ângulo de impacto.

O cinzel simples é um instrumento de ferro de secção rectângular com uma extremidade de corte, mais ou menos afilada, e a outra lisa para receber a percussão da maceta. É utilizado para desbaste e trabalhos finos, podendo com ele obterem-se superfícies lisas. O cinzel dentado é utilizado no desbaste e no trabalho fino, deixa as marcas dos dentes, largas e paralelas.

O trinchante é uma ferramenta de percussão directa, caracterizada por ser instrumento de corte, muito parecido com um machado, sendo utilizado para o desbaste final. Uma variante do trinchante é o trinchante dentado ou de dentes, de uso similar, deixando marcas idênticas ao cinzel dentado, mas mais largas.



**Figura 26** – Em cima, à esquerda, monólito com marcas de picão, ao meio com marcas de trinchante dentado e à direita detalhe do desbaste com ponteiro e marcas do mesmo. Em baixo, vista da peça a meio do processo de elaboração. Observam-se marcas de trinchante e cinzel dentado. No perfil vêem-se marcas de ponteiro e cinzel (seg. Solé i Borràs e Menchon i Bes, 1994, figs 7, 8, 11, 12 e 13).

Para a preparação das formas dos elementos decorativos e linhas orientadoras,

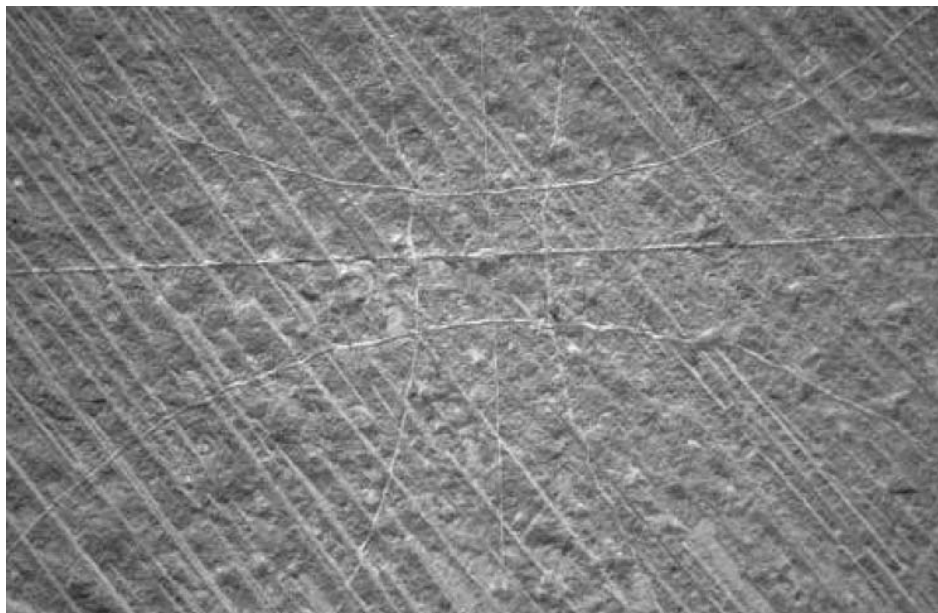
usava-se a régua, o compasso e o esquadro. Estas marcações deixam por vezes marcas incisadas nas estelas.

A régua é um instrumento utilizado para traçar segmentos de recta e medir distâncias.

O compasso é um instrumento formado por dois braços móveis unidos num ponto, sendo reutilizado utilizado para marcar circunferências e arcos de circunferência. Deixa marcas muito características nas estelas, designadamente um pequeno ponto incisado no centro daquelas, assim como uma boa geometria e simetrias, no caso do seu uso correcto.

O esquadro é um instrumento composto por duas réguas fixas que formam ângulo de  $90^\circ$ . Serve para traçar perpendiculares e ângulos rectos. O falso esquadro composto por duas réguas móveis, que se deslocam sobre um eixo, servindo para copiar e marcar ângulos.

Por fim, importa mencionar o uso de formas, onde modelos de cartão, madeira ou noutro material, serviam para marcar o desenho da face a decorar. A sua principal característica é não deixar marcas, pontos ou incisões.



**Figura 27** – Marcas de trinchante, tal como do uso do compasso e de régua: incisões leves e marca do centro da circunferência (seg. Solé i Borràs e Menchon i Bes, 1994, fig. 16).

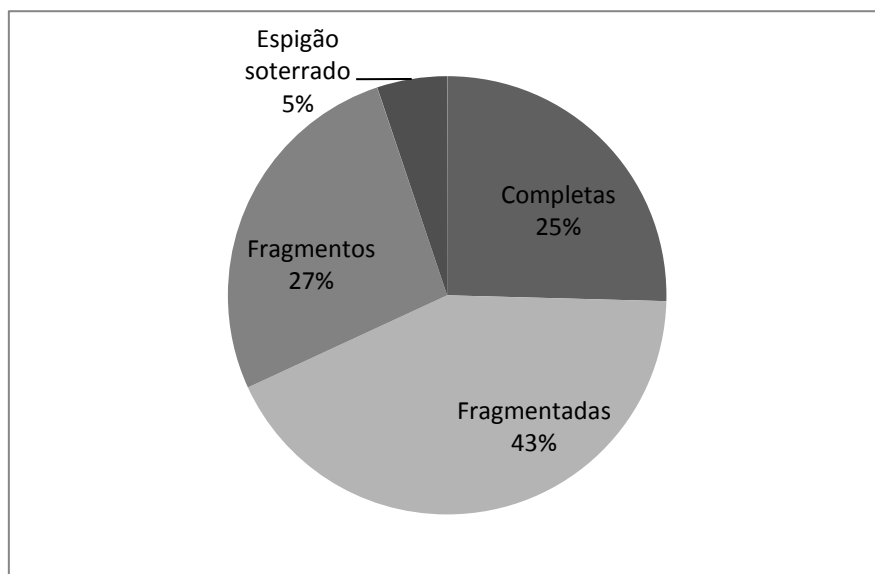
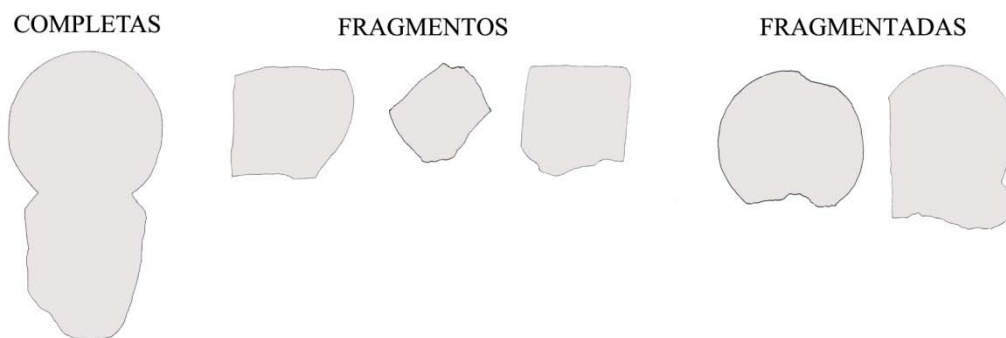
As ferramentas empregues em cada fase de elaboração de uma estela seguem a seguinte ordem: primeiro é executado o desbaste e corte da pedra - marreta, cunhas, picão, régua e marcador; em segundo lugar é feito o desbaste e preparação do bloco - picão, maceta, ponteiro, cinzel dentado, cinzel plano, trinchante e trinchante dentado; em terceiro lugar procede-se à marcação do eixo longitudinal e esboço da forma - régua, compasso, esquadro, falso esquadro e marcador; a quarta etapa respeita à preparação do disco e do pé - picão, maceta, topo, ponteiro, cinzel dentado, cinzel plano, trinchante e trinchante dentado; o quinto passo consiste na preparação das decorações - modelos ou formas, marcação à mão alçada, com régua, compasso, esquadro, falso esquadro e marcador; a sexta etapa constitui o cinzelamento das decorações - maceta, ponteiro, cinzel, cinzéis de escultor, cinzel dentado; por fim o sétimo e último passo corresponde aos acabamentos - abrasivos, pedra e cinzel.

#### **IV. 3 - Tipologias e dimensões**

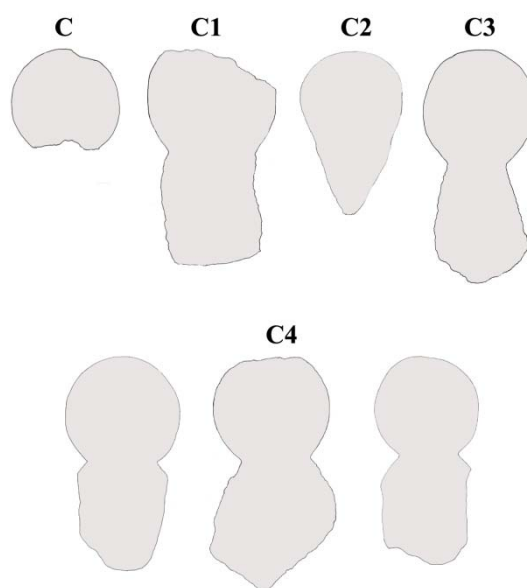
A quantidade dos monumentos estudados permite-nos classificá-los formalmente e abordar a construção tipológica. Importa desde já notar que os duzentos e quarenta monólitos registados, correspondem a duzentas e trinta e quatro estelas discóides e apenas seis a exemplares rectangulares, que diferenciamos sobretudo seguindo as formas dos espigões.

Das estelas analisadas, somente cinquenta e nove conservam o espigão, o que significa 25% da amostragem. As estelas fragmentadas ou sem espigão (C de circulares e R de rectangulares) são noventa e nove, representando a maioria com 43%. Os fragmentos são sessenta e dois, correspondendo a 27% e estelas que se encontram com o disco aparente, embora com o espigão soterrado são doze, representando 5% do total.

As estelas discóides correspondem a duzentos e trinta e três monumentos, que representam 98% do inventário. Estas possuem o espigão de forma prismática (C2), triangular (C3), rectângular (C1), com duas escotaduras ou entalhes na base do disco (C4).



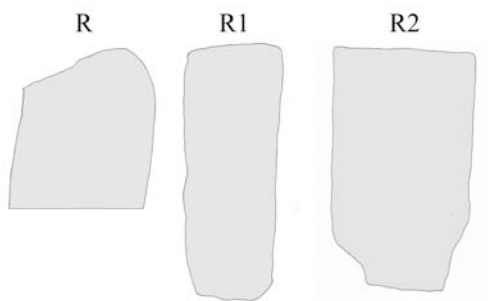
**Figura 28** – Em cima, estados de conservação das estelas estudadas: fragmentos (< 50% da zona distal), fragmentadas (> 50% da zona distal) e completas (> de 75% da estela). Em baixo gráfico do estado de conservação dos monumentos analisados.



**Figura 29** – Variantes formais das estelas discóides do Distrito de Beja (C, C1, C2, C3 e C4).



As formas rectangulares correspondem a sete estelas, o que constitui 2% do total do conjunto analisado, embora com duas variantes: totalmente rectângular (R1) ou rectângular com variações no espigão (R2).



**Figura 30** – Variantes formais das estelas rectangulares do Distrito de Beja (R, R1 e R2).

Importa referir a presença de decorações nos lados de três monólitos: na totalidade do bordo (M.R.B-73), nos bordos laterais e no bordo superior (M.R.B-36), tal como decoração em volta do disco, formando uma ara (M.R.B-72). Este tipo de decoração encontra-se em território nacional conforme estelas de Torres Vedras (estelas nº 24-s e 99-s) (Moreira, 1982, pp. 42,43,60), em Tarragona (Espanha), em monumentos dos séculos XII-XIV, com decorações no bordo, mostrando instrumentos de ofício (Menchon Bes, 2006, p. 365).

Também é patente a presença de covinhas no bordo superior de três estelas (M.R.B.-44, 39 e 25), duas delas suficientemente profundas para conter líquidos ou usadas como suporte, de velas ou pequenos vasos.

Na prospecção realizada em Marmelar (concelho de Vidigueira), identificámos antiga necrópole que ainda continha estelas, com a data de 1918, situada próxima da sua igreja paroquial. Algumas possuem forma idêntica à de estela da Messejana (ALJU.MESS-03), e mostram, cada uma delas, perfuração de forma cilíndrica e com mais ou menos cinco centímetros de profundidade.



**Figura 31** – Cavinhas patentes em estelas bejenses (fotos de José D. Malveiro)

Observa-se que as estelas discóides dominam no Distrito de Beja, embora só estudos arqueométricos, possam aportar dados que nos permitam proceder a afirmações relacionadas com certos aspectos formais, conduzindo a estudos comparativos e ao estabelecimento de análises mais amplas.

Como é logico, algumas das estelas que se incluem no presente trabalho carecem de dimensões (43% sem espigão e 27% fragmentos), por estarem em pontos inacessíveis ou erectas (5%).

A estatística que efectuámos para determinar médias do conjunto das estelas discóides do Distrito de Beja indicam que a média da altura total é de 0,63 m, o diâmetro do disco é de 0,34 m e a espessura de 0,11 m. No entanto, a média da altura total só foi possível de determinar para 25% do conjunto, o diâmetro do disco para 68% e a espessura para 99% dos exemplares.

	altura total (m)	diâmetro do disco (m)	espessura do disco (m)
<b>Alj. Messejana</b>	-	0,41	0,13
<b>Alvito</b>	0,78	0,39	0,15
<b>Beja</b>	0,58	0,32	0,12
<b>Cuba</b>	-	0,34	0,10
<b>F. do Alentejo</b>	0,50	0,30	0,11
<b>Mértola</b>	0,59	0,29	0,12
<b>Moura</b>	0,58	0,32	0,09
<b>Our. Garvão</b>	0,75	0,37	0,09
<b>Serpa</b>	0,64	0,34	0,12

**Figura 32** – Médias, da altura total, diâmetro do disco e espessura do disco, dos monumentos analisados.

#### IV. 4 - Distribuição

Encontraram-se estelas medievais, em nove dos actuais catorze concelhos do Distrito de Beja, no total de 240 monumentos. Os concelhos onde não ocorrem estelas medievais são, Almodôvar, Barrancos, Castro Verde, Odemira e Vidigueira.

Concelho	Freguesia	Quantidade
Aljustrel	Messejana	5
Alvito	Alvito	1
Beja	São João Baptista, Santiago Maior e Salvador	148
Cuba	Albergaria dos Fusos	1
Cuba	Vila Ruiva	3
F. do Alentejo 5	Alfundão	2
F. do Alentejo	Ferreira do Alentejo	2
F. do Alentejo	Peroguarda	1
Mértola	Mértola	15
Moura	São João Baptista	26
Ourique	Garvão	8
Serpa	São Salvador	28

Figura 33 – Quantidades das estelas medievais do Distrito de Beja por concelhos.

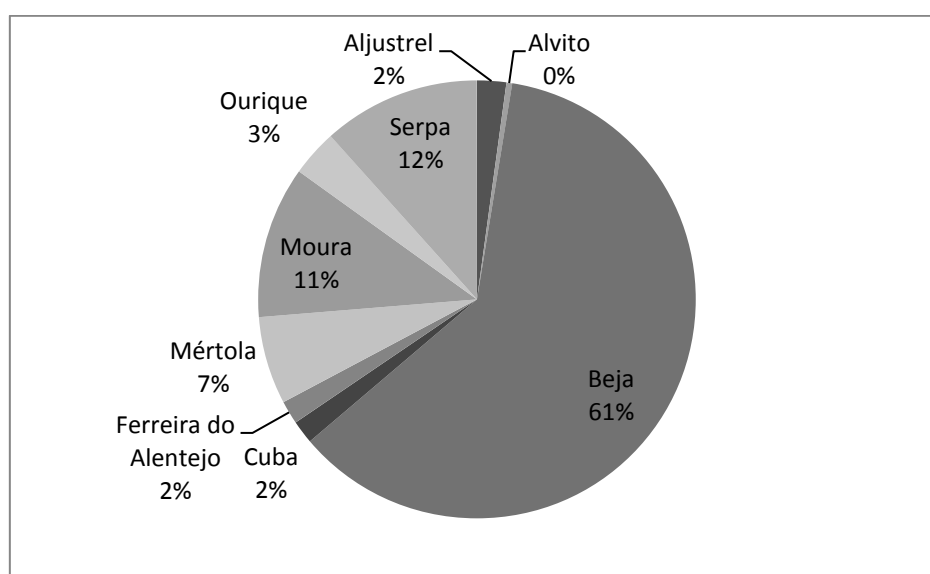


Figura 34 – Percentagens de estelas funerárias medievais por concelho.

## IV. 5 - Reutilização

Das duzentas e quarenta estelas estudadas, identificámos noventa e três casos de reutilizações ulteriores à sua função primária ou seja, só cerca de 40 % do conjunto de monólitos não foi reutilizado. Apenas uma estela mostra reutilizar bloco que teve outra função, ou pré-existência (0,43%). Cento e trinta e oito monumentos aparentemente não apresentam reutilizações (60%).

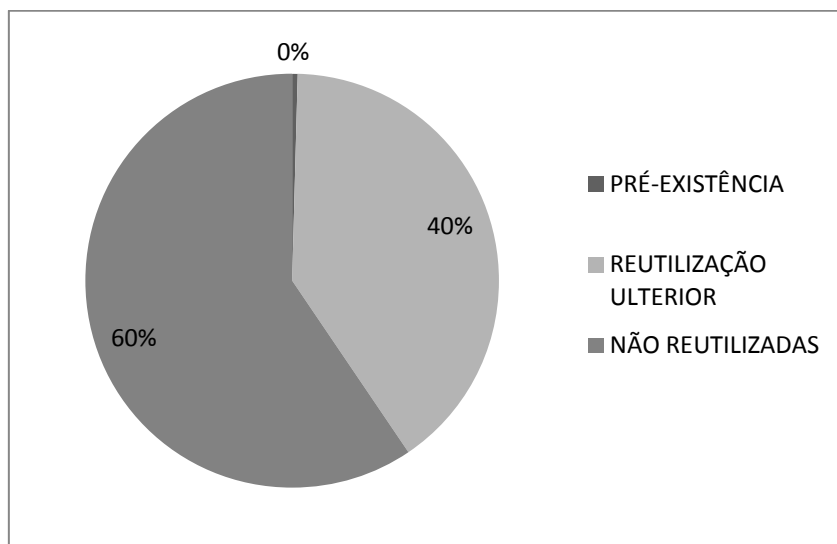


Figura 35 – Reutilização das estelas medievais do Distrito de Beja.

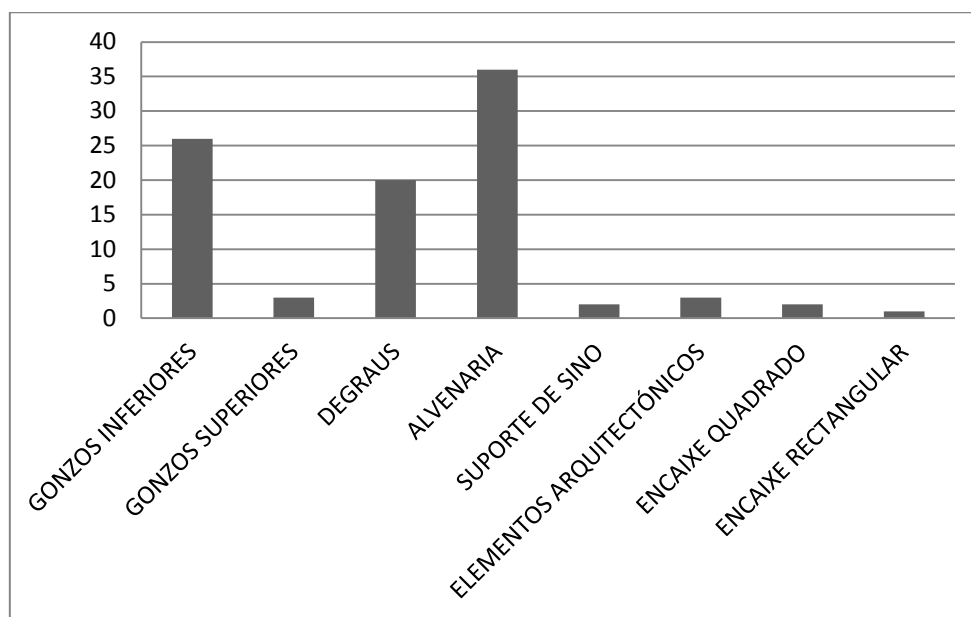


Figura 36 – Funcionalidade das reutilizações das estelas.

É possível realizar discriminação dos tipos de reutilizações: vinte e seis estelas mostram orifícios para gonzos inferiores de portas (28%), e três para gonzos superiores (3%), vinte exemplares foram usados em degraus (22%), trinta e seis aproveitados em alvenarias (39%), dois para suportes de sino (2%), três em outros elementos arquitectónicos (3%), três oferecem encaixes com forma quadrangular (2%) ou rectangular (1%).

As marcas de gonzo inferiores correspondem a perfurações cilíndricas onde rodava aquele elemento, geralmente de ferro e localizado na zona inferior da porta, enquanto o orifício para o gonzo superior era normalmente uma perfuração que atravessava a pedra, onde entrava gonzo de ferro.

Estelas com perfurações quadrangulares e uma rectângular, serviriam para encaixar ou encabar elementos de madeira, ferro ou pedra, como acontece em estela de Beja (BEJA.MRB-53).

Abel Viana referiu estelas reutilizadas da cidade de Beja, mencionando alguns exemplares “...aos quais se poderiam ajuntar mais uns quantos, inteiros ou cortados, metidos em chãos e paredes”. Na Igreja Santa Maria “soem aparecer nas paredes dos prédios vizinhos ao templo”. Na Igreja Santo Amaro refere que as estelas “foram levadas para o Castelo e das que estão ainda medidas nos cunhais da torre e de uma pequena dependência junto a esta” (Viana, 1956, pp. 142, 143).

É de destacar o artigo “Igreja de S. João Baptista – III”, que Leonel Borrela deu a conhecer no “Diário do Alentejo”, contendo importantes informações sobre “dezenas de estelas discóides”, reaproveitadas e que estão depositadas na Reserva do Museu Regional de Beja. Passo a citar “paredes sul e leste, ultimas a serem construídas cerca de 1920 e as primeiras a serem demolidas, deram como espólio dezenas de estelas discóides medievais e fragmentos dos períodos romano, visigótico, árabe e medieval cristão pós-reconquista. É muito provável que este material fosse proveniente da demolição da Igreja de S. João, porque até as suas telhas foram vendidas em lotes, no matadouro, no dia 1 de Fevereiro de 1920. Pela mesma altura, alguns dos seus mármores foram levados para obras nos cemitérios de S. Matias e de Beja.” (Borrela, 1995, p. 24).

Escavações realizadas em Serpa (Soares, 1986; Serra, 2009, no prelo), indicam

dois tipos de reutilizações, uma em alvenaria (SERP.CALV-25) e outra erecta na necrópole medieval, mas onde já não marcava a posição de sepultura, mas sim o espaço da necrópole (SERP.MMAS-10).

O reaproveitamento das estelas medievais, em contexto de necrópole, parece estar patente nos exemplares do Distrito de Beja. O mesmo ocorreu no cemitério de Alcabideche, onde Guilherme Cardoso (2006, p. 580) conclui que havia casos de estelas utilizadas mais de uma vez, conforme julgamos ter igualmente acontecido com estela de Moura (MOUR.MMAM-14).

Tanto pela quantidade de estelas medievais reutilizadas (40%), como pela quantidade daqueles monumentos encontrados em Beja (61%), são importantes os acompanhamentos arqueológicos, não só de construções que afectem o subsolo mas também a recuperação de fachadas ou os interiores de edifícios antigos, situados perto dos locais de proveniência de tais monumentos, não só de Beja como de outros sítios.

A recuperação de edifícios antigos por vezes não afecta o subsolo ou não é necessária a construção de pilares, determinando se deve ou não haver acompanhamento arqueológico. Contudo, pretendemos alertar para o facto de a reutilização das estelas medievais se encontrar nas paredes ou em alvenarias (39%), onde nem sempre é exigido a presença de arqueólogo.

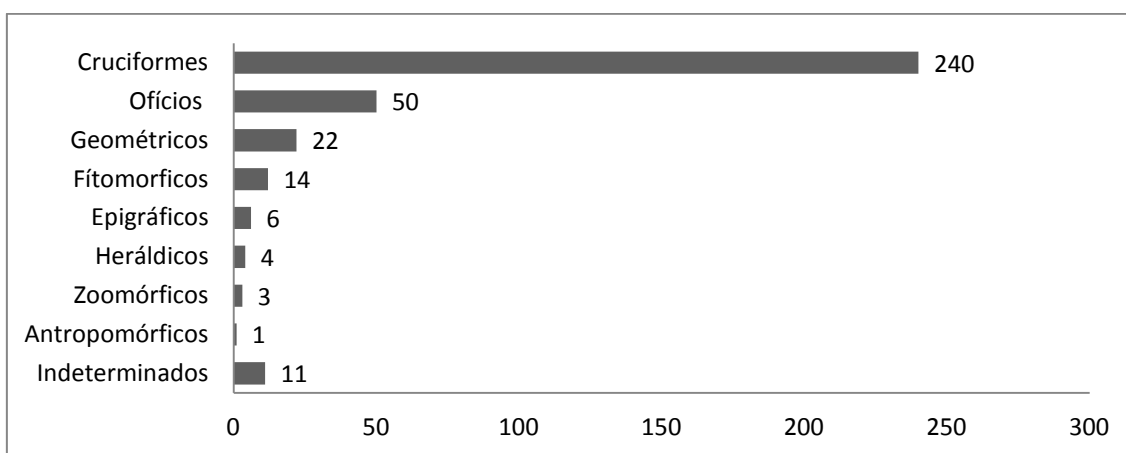
## V - ICONOGRAFIA

O presente conjunto de estelas medievais do Distrito de Beja, constituído por duzentos e quarenta exemplares corresponde a quatrocentas e oitenta faces, ou seja o anverso e o reverso de cada um dos monólitos. Contudo, contam-se trezentas e vinte e duas faces “decoradas”, por gravação ou relevo, encontrando-se as restantes cento e cinquenta e oito anicónicas ou seja originalmente sem qualquer tipo de imagem ou onde aquelas foram destruídas, não possibilitando identificação. Independentemente das suas variantes, os motivos gravados dividem-se, genericamente, pelas seguintes categorias: Cruciformes, ofícios, geométricos, fitomórficos, epigráficos, heráldicos, zoomórficos, antropomórficos e indeterminados.

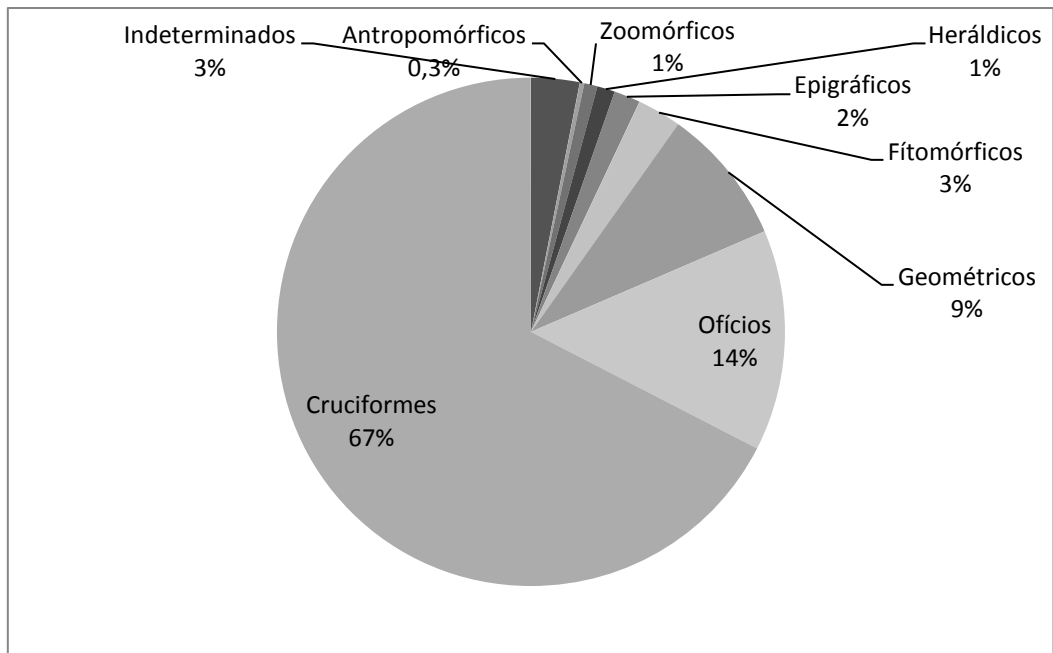
Das duzentas e quarenta estelas com iconografia, detectámos igual número de faces contando a motivos cruciformes (67 %). Aos motivos cruciformes seguem-se por ordem de quantidade os relacionados com os ofícios da época, encontrados em cinquenta faces e correspondendo a 14 % do total.

A iconografia geométrica observa-se em vinte e duas faces e corresponde a 9%. Os motivos fitomórficos ocorrem em catorze faces (3%), os epigráficos em seis (2%) e os heráldicos em quatro, totalizando 1%. Os motivos zoomórficos são apenas três (1%).

Detectou-se apenas um motivo antropomórfico que corresponde a 0.3% da amostra e os indeterminados são onze (3%).



**Figura 37** – Iconografia das estelas medievais do Distrito de Beja e número de faces “decoradas”.

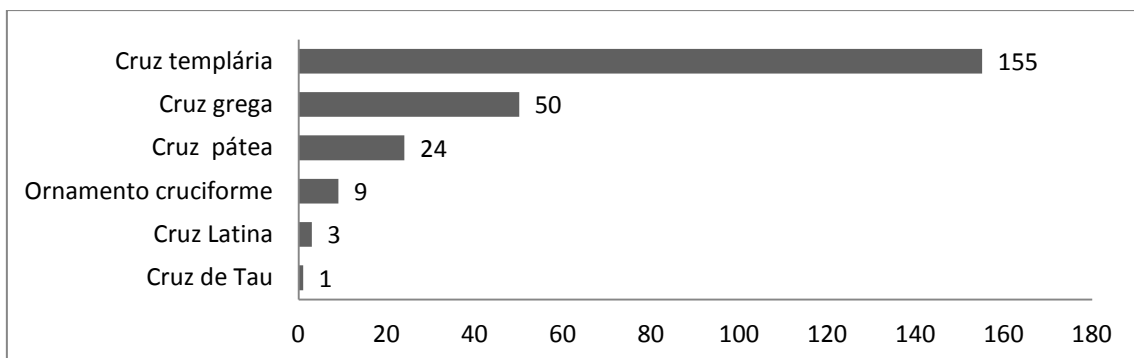


**Figura 38-** Iconografia das estelas medievais do Distrito de Beja (categorias e percentagens).

## V. 1 - Motivos cruciformes

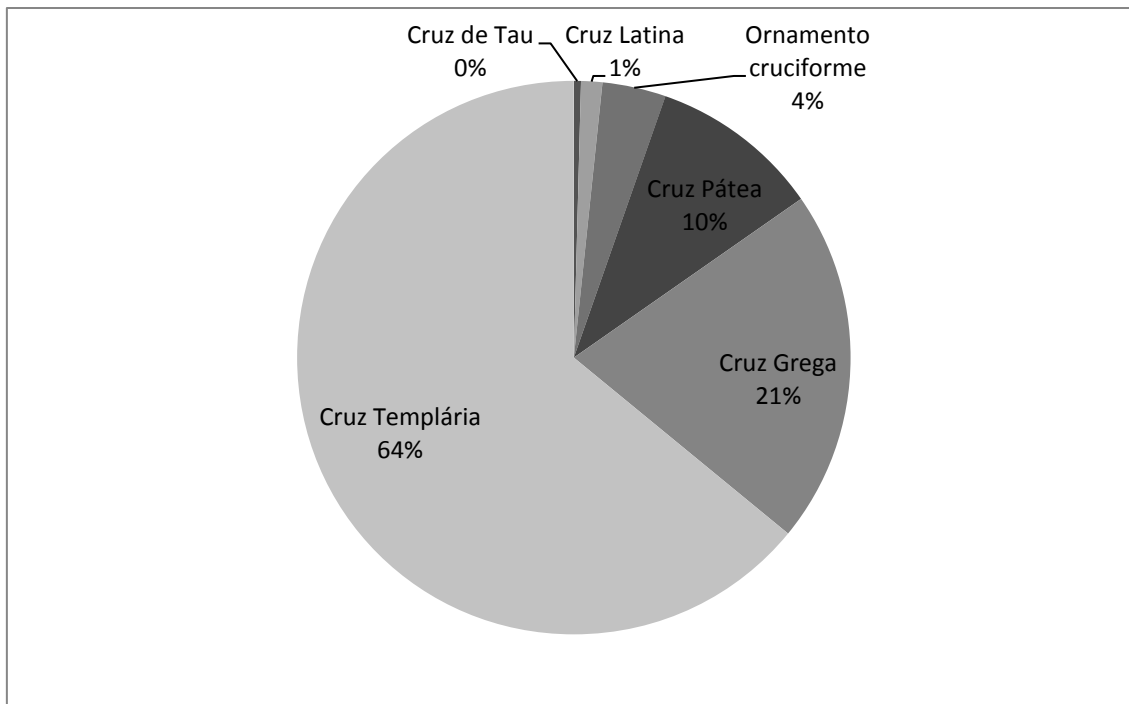
Os 67% da iconografia classificada na categoria cruciforme inclui as seguintes variantes formais: cruz templária, cruz grega, cruz pátea, ornamento cruciforme, cruz latina e cruz de tau.

Entre as figurações crucíferas destacam-se as cruzes de lados e extremidades curvas (cruzes templárias) (64%), e as cruzes de lados curvos e extremidades rectas (cruzes páteas) (10%). Estas duas formas, em conjunto, representam 74% do grupo de motivos cruciformes. Reconheceram-se também as cruzes gregas (21%), os ornamentos cruciformes (4%), as cruzes latinas (1%) e um exemplar de cruz de tau.



**Figura 39** – Motivos cruciformes em estelas medievais do Distrito de Beja.



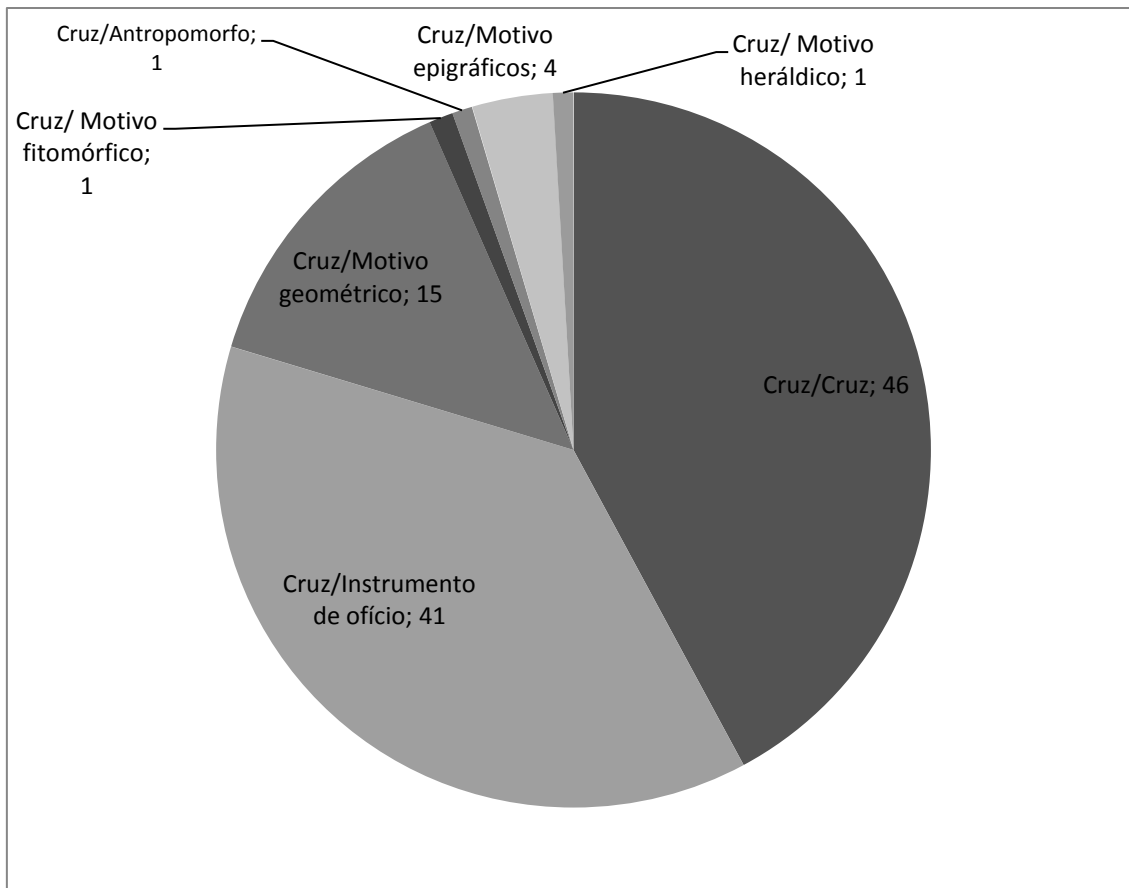


**Figura 40** – Formas dos motivos crucíferos e percentagens em estelas medievais do Distrito de Beja.

Considerando apenas os cento e trinta e cinco monólitos que apresentam motivos gravados em ambas faces, verifica-se que cento e doze dos exemplares contêm um motivo cruciforme, pelo menos em uma delas.

A cruz parece assumir-se, assim, claramente como símbolo cristão, de identificação do defunto com a sua religião e não meramente um motivo decorativo (Viana, 1949, p. 85). A preponderância da cruz sob diversas formas revela concepção cristã da morte e o desejo simbólico do crente em morrer junto dela, tendo em vista a ressurreição conforme o exemplo de Cristo.

Constata-se que quarenta e seis estelas mostram motivos cruciformes em ambas faces. A conjugação de motivos cruciformes com a representação de instrumentos de ofícios ocorre em quarenta e uma estelas. As imagens cruciformes e os motivos geométricos representaram-se em quinze estelas. O conjunto cruciforme e os motivos fitomórficos estão figurados em quatro estelas. Os motivos cruciformes e o único antropomórfico conhecido surgiu em apenas uma estela. Os cruciformes e os elementos epigráficos observam-se em quatro estelas e motivo cruciforme associado a motivo heráldico em uma.



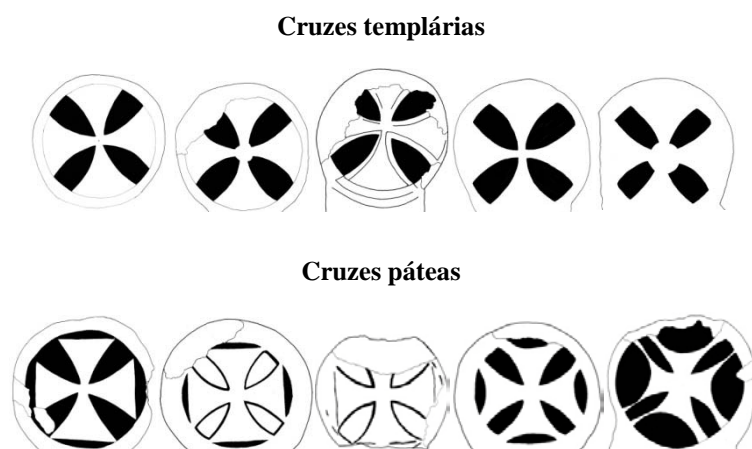
**Figura 41** – Cruciforme e outros motivos em estelas medievais, do Distrito de Beja, e suas quantidades.

A cruz é considerada símbolo universal. Já os egípcios a denominavam de *ankh* e era considerada chave mágica ou a chave da vida, que abria a fronteira da imortalidade. É um dos símbolos mais documentados desde a Alta Antiguidade, depois enriquecido prodigiosamente pela tradição cristã, através da história da salvação e paixão por Jesus Cristo, como que condensada naquela única imagem (Chevalier e Gheerbrant, 1992, pp. 245-251).

Entre os duzentos e quarenta monólitos que apresentam motivos cruciformes, cento e cinquenta e cinco mostram cruzes de braços com os lados e as extremidades curvas, denominada por cruz templária. Esta cruz foi adoptada pela Ordem dos Templários em meados do século XII, embora a sua existência seja mais antiga. Ela continuou a ser utilizada, após a extinção daquela Ordem, em vários motivos de identificação nacional, designadamente de países que pretendiam reforçar e perpetuar a sua ligação ao mundo cristão. Outras vezes a adaptação daquele símbolo não passou de uma questão de “moda nacional”.

Vinte e quatro monólitos apresentam cruzes de braços de lados curvos e extremidades rectas, denominada por cruz pátea ou cruz de Cristo. Após a extinção da Ordem do Templo, ordenada em 1312 pelo papa Clemente V, as possessões daquela passaram para os Hospitalários, embora aquela sentença não fosse extensível aos três reinos cristãos da Península Ibérica. D. Dinis teve assim possibilidade para criar, com o acordo papal, uma nova ordem, a dos cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, também conhecida por Ordem de Cristo. A esta nova ordem foram concedidos os bens dos Templários, nela figurando muitos dos antigos cavaleiros. Ela haveria de ter papel importante nos Descobrimentos, quando foi seu mestre, o Infante D. Henrique (Serrão, 1993, pp. 242, 243).

Os dois tipos de cruzes mencionados apresentam-se nas estelas geralmente em relevo, recortados em bisel, constituindo representações comuns nestes monumentos, distribuídos um pouco por todo o nosso território, mas sobretudo no Centro e Sul e que J. Beleza Moreira tipificou do nº 1 ao nº 24 e do nº 73 ao nº 79 da sua sistematização iconográfica (1984, pp. 334, 337).



**Figura 42** – Cruzes templárias e cruzes páteas de lados curvos com extremidades rectas e côncavas (des. José D. Malveiro).

A cruz grega distingue-se das restantes por possuir quatro braços de dimensões iguais, apresentando por vezes extremidades em forma de pétala, semicírculo ou em flor-de-lis. Estelas com este tipo de iconografia encontram-se em diferentes pontos do nosso território, sobretudo no Centro e Sul e que J. Beleza Moreira inventariou do nº 25 ao nº 72 (1984, pp. 335, 336). Os remates em forma de flor-de-lis são algo esquemáticos, não se proporcionando apresentarem motivos naturalistas. A flor-de-lis,

sinónimo de pureza celestial, brancura e virgindade, é símbolo frequente no seio da comunidade cristã (Gomes, 1996, p. 9).

A cruz grega que é patenteada no anverso em estela (SERP.MMAS-13) com remates em flor-de-lis e com a intersecção dos braços realçada por ressaltos rectilíneos nos ângulos, no seu conjunto formando quadrado, tem paralelos nas cruzes processionais produzidas em metal, partilhando semelhanças decorativas com a tipologia das cruzes gregas com extremidades em flor-de-lis.



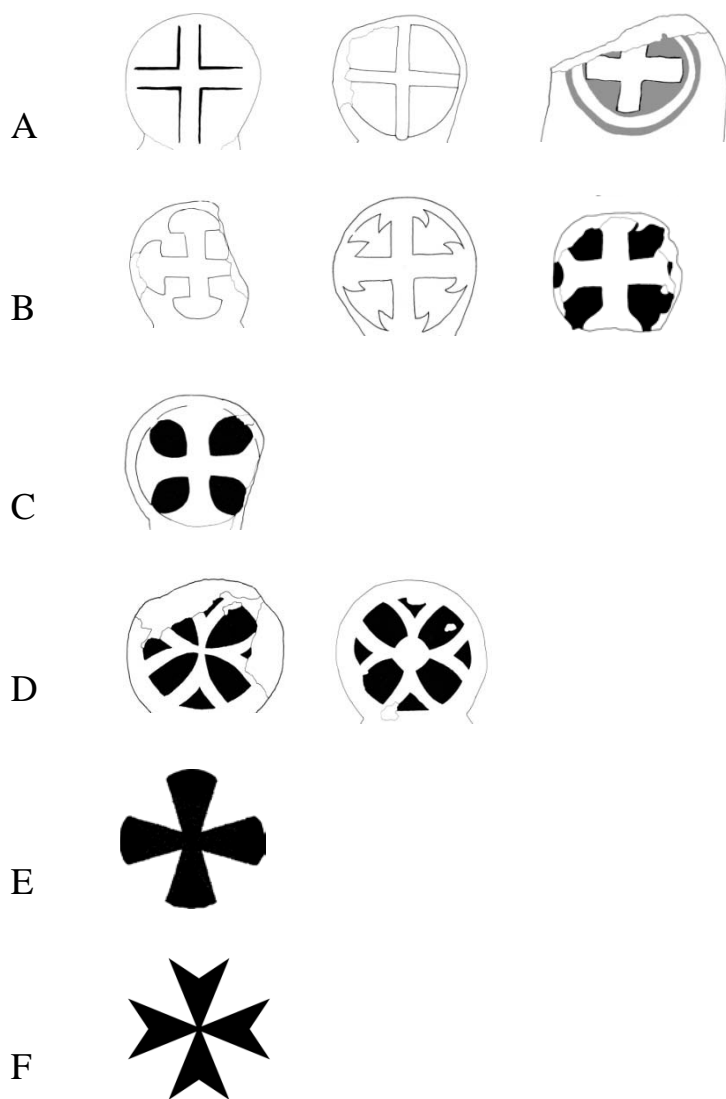
**Figura 43** – Motivo cruciforme em estela de Serpa (SERP.MMAS-13Anv.) (des. José D. Malveiro).



**Figura 44** – Cruz processional, do século XIII (produção de Limoges?) (retirado dia 21-11-2012;<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=209440>).

Abel Viana deu a conhecer monólito (BEJA.HP-01) que possui gravado cruz geralmente conotada com a Ordem de Malta. Porém, o mesmo autor refere que o surgimento de tal cruz nada tem que ver com a mencionada Ordem, devido à sua ausência no Distrito de Beja (Viana, 1949, p. 41). Aquela possui oito pontas e oferece a forma de quatro braços em V que se juntam nas suas bases.

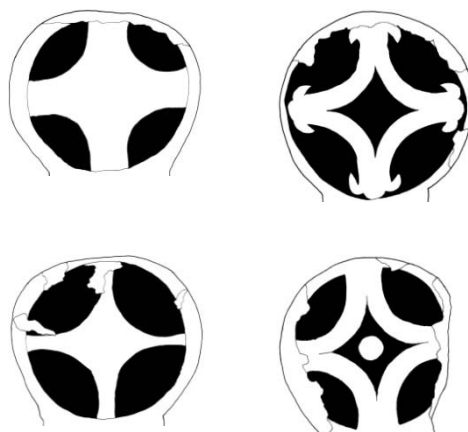
Ana Cristina Oliveira refere, a respeito da Cruz de Malta, outra variante, muito semelhante á patada, mas com a seguinte importante diferença: *“Tal como a outra, esta também é uma cruz de braços iguais, mais ou menos alargados e curvilíneos. A diferença está na união das extremidades que, agora, se faz de maneira côncava.”* (Oliveira, 2006, p. 223). Este tipo de cruzes são frequentes em estelas discóides portuguesas e J. Beleza Moreira regista-o sob os n.ºs 142 ao n.º 149 (1984, pp. 339, 340).



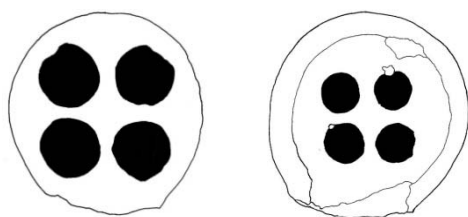
**Figura 45** – Tipos de cruzes gregas patentes em estelas medievais no Distrito de Beja. A- Cruz grega normal, B- Cruz grega com extremidades em semi-lua, peltiformes e côncavas, C- Cruz grega de braços rectos e extremidades curvas, D- Cruz grega com braços de lados curvos e extremidades terminadas em segmentos divergentes, E- Cruz grega, com extremidades curvas e com quatro braços em V que se juntam nas suas bases, F- Cruz de Malta (des. José D. Malveiro).

Outro motivo, que se considerou como cruciforme, recorrente nos monumentos em apreço do Distrito de Beja, é o ornamento cruciforme, definido por quatro arcos de

círculo periféricos, que por vezes apresentam losango central, como exemplifica estela de Beja (BEJA.MRB-70) possuindo extremidades em forma de flor-de-lis. Outra representação, que também consideramos como ornamento cruciforme, mostra quatro círculos dispostos em cruz. Estes motivos são referidos por J. Beleza Moreira sob os n.ºs 107 a n.º 111, do n.º 142 a n.º 149 e do n.º 146 a n.º 236 (1984, pp. 338, 339, 340, 343, 344).

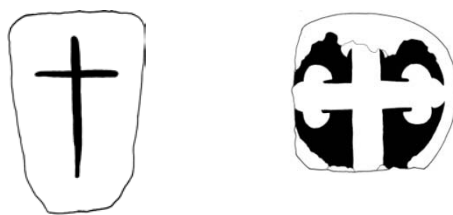


**Figura 46** – Ornamentos cruciformes em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



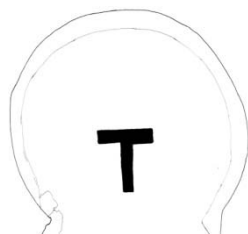
**Figura 47** – Ornamento cruciforme formado por quatro círculos dispostos em cruz, em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

As cruces latinas constituem forma cujo modelo é a figura de homem em pé e com os braços estendidos e semi-erguidos. Esta cruz era um instrumento de condenação à morte nos tempos de Jesus e lembra o seu sacrifício pelos pecados do mundo. Tradicionalmente simboliza a crucificação, embora também nos lembre a ressurreição e a esperança na vida eterna (Chevalier e Gheerbrant, 1983, pp. 245, 246). J. Beleza Moreira regista a cruz latina sob os n.ºs 84 a n.º 94 do seu catálogo (1984, pp. 337 e 338).



**Figura 48** – Cruzes latinas em estelas medievais do Distrito de Beja (BEJA.MRB-73 e BEJA.MRB-43) (des. José D. Malveiro).

Por último, a cruz de tau deve a sua denominação à aparência com a letra grega com aquele nome. É a mais simples de todas as cruzes, identificando-se igualmente com a letra T do alfabeto latino. Tradicionalmente representa o sinal de sangue do cordeiro, usado pelos israelitas sobre as portas, na noite de Páscoa e antes da saída do Egipto. Também simboliza o bastão que Moisés converteu em serpente no deserto. É ainda a cruz da profecia ou a cruz do Antigo Testamento, por isso chamada também de cruz egípcia. Finalmente, chamam-lhe ainda cruz de Santo António ou de São Francisco de Assis, que a utilizou como assinatura (Gomes, 1998, p. 15). Esta forma de cruz não consta do catálogo elaborado por J. Beleza Moreira (1984).



**Figura 49** – Cruz de tau, patente em monumento de Serpa (SERP.MMAS-13) (des. José D. Malveiro)..

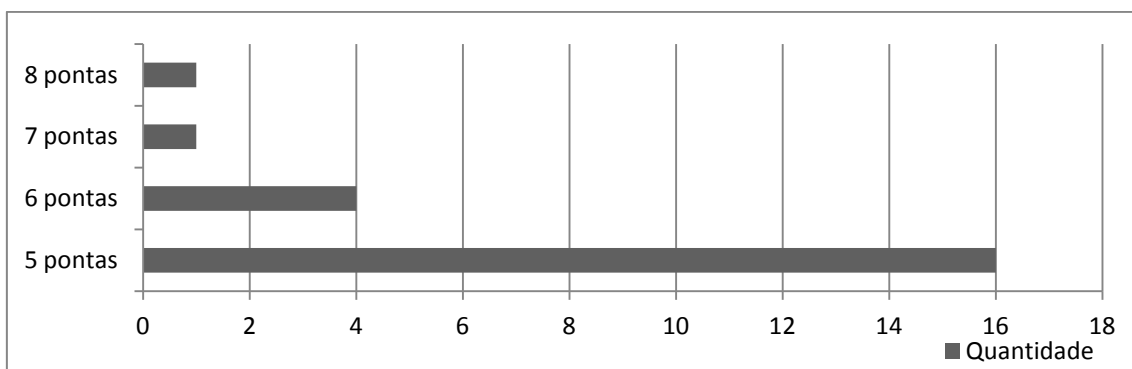
## V. 2 - Motivos geométricos

Correspondem a este conjunto vinte e dois motivos, 14% do total da iconografia das estelas medievais Distrito de Beja.

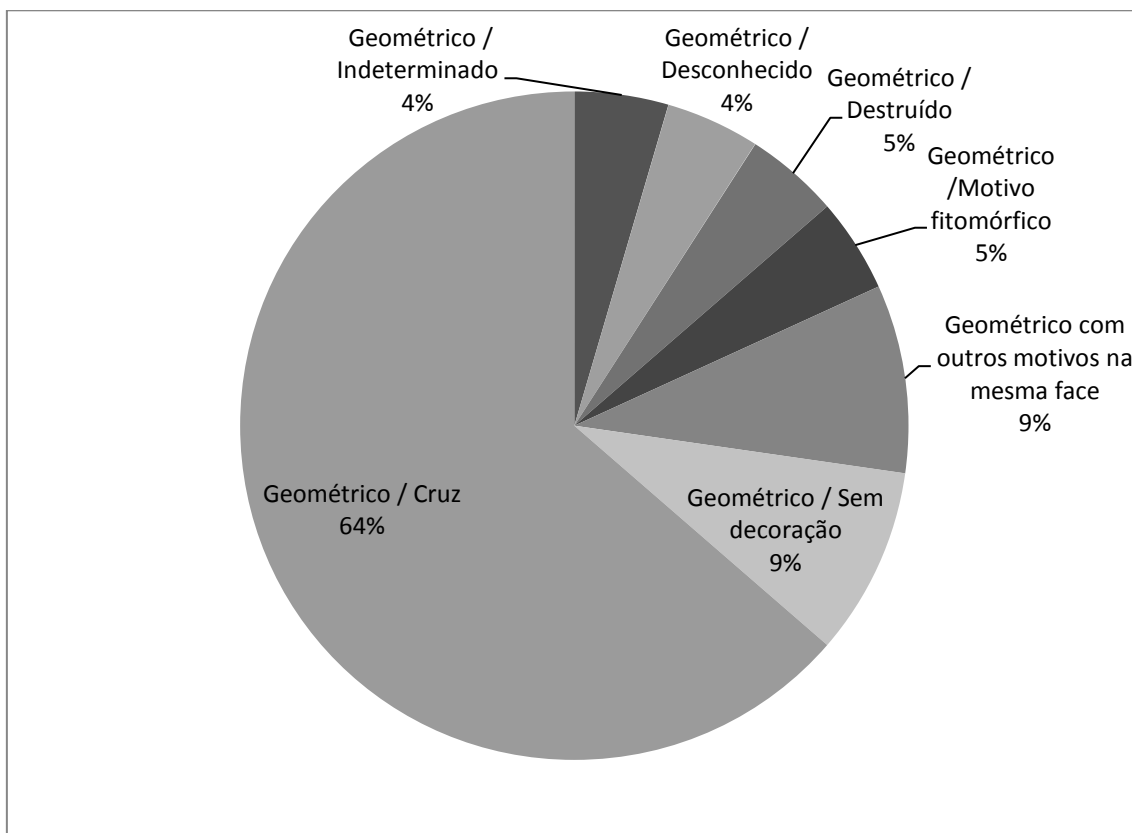
Registaram-se catorze pentalfas ou estrelas de cinco pontas, quatro hexalfas ou estrelas de seis pontas, um septograma ou estrela de sete pontas e um octograma ou estrela de oito pontas. Estes motivos encontram-se tanto gravados como incisos, ocorrendo principalmente como elementos que ocupam a totalidade dos discos das estelas. Observam-se, em dois monumentos provenientes de Beja, um pentalfa

relacionado na mesma face com uma epígrafe (BEJA.MRB-75) e aquela forma associada a arado e a possível machado (BEJA.MRB-63).

Considerando apenas os vinte e nove monólitos com motivos geométricos, constatou-se que catorze encontram-se associados com cruz na face oposta, enquanto dois apresentam-se sem decoração no reverso e outros dois que conjugam o pentalfa com outros motivos. Também se identificaram estelas com motivo geométrico no anverso, contendo no reverso elemento fitomórfico ou sendo desconhecido.



**Figura 50** – Quantidade dos tipos de motivos geométricos patentes nas estelas medievais do Distrito de Beja.



**Figura 51** – Relação dos cruciformes com outros motivos em estelas medievais do Distrito de Beja.



Os motivos geométricos, vulgarmente denominados estrelas, podem conter ao centro outras figuras, nomeadamente elementos fitomórficos, como hexafólios (seis pétalas) e conforme é patente em três estelas, mas também pentafólio (cinco pétalas) o que ocorre em um exemplar, como quatro pétalas ou cruz com braços de lados e extremidades curvas, o que acontece em dois monólitos. Também se encontrou círculo no centro de dois pentalfas.

Os motivos geométricos são comuns em estelas medievais do território nacional, que J. Beleza Moreira exemplifica sob os nºs 150 a nº 217 e do nº 219 a nº 221 (1984, pp. 340-343)

A orientação destes motivos só se altera nos pentalfas, por vezes com um vértice para baixo, ou com dois, enquanto os restantes motivos encontram-se com um dos vértices dirigidos para baixo.

Os pentagramas, ou estrela de cinco pontas, encontram-se relacionados com a fonte da luminosidade ou fonte de luz. O seu carácter celeste faz deles símbolos do espírito e do conflito entre as forças espirituais ou da luz e as forças materiais ou das trevas. A estrela de cinco pontas, tal como o número cinco, é ainda símbolo de perfeição e da manifestação central da luz, do centro místico e de um universo em constante expansão. Traçada entre o Céu e a Terra representa o homem abnegado, radioso como a luz, no meio das trevas do mundo profano (Chevalier e Gheerbrant, 1992, p. 528).

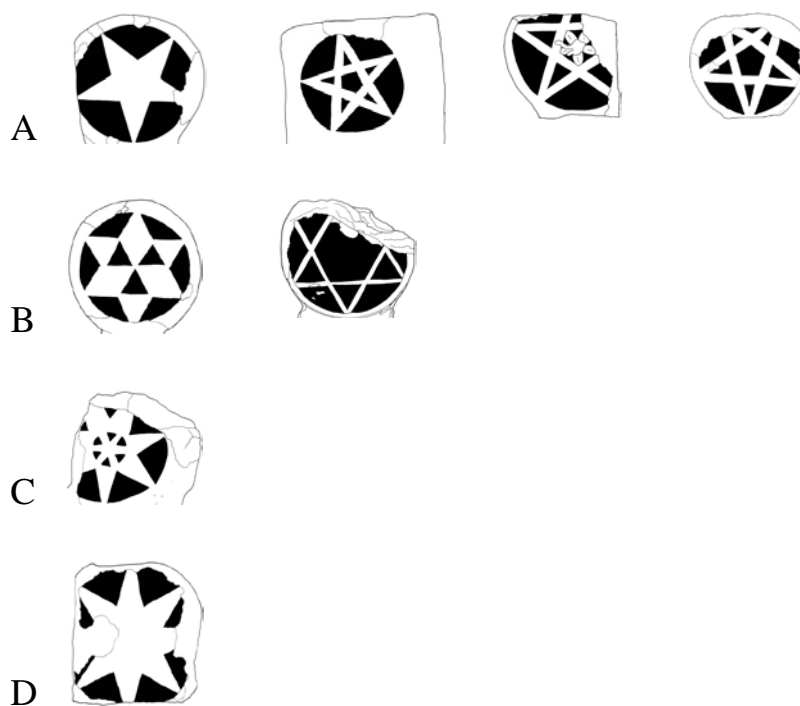
Através dos séculos houve sempre a preferência por uma estrela de cinco pontas, como figura dos astros de aparência menor do que a do Sol. O planeta Vénus tem sido representado assim e é considerado estrela matinal e vespertina, dando origem a lendas sem conta. Por outro lado, a estrela de cinco pontas sempre foi, desde tempos remotos e até hoje, o distintivo de altos comandantes militares.

O hexagrama, figura feita de dois triângulos equiláteros sobrepostos, ou entrecruzados, um apontado para cima, outro apontado para baixo, de modo a que o conjunto constitua uma estrela de seis pontas, é uma das representações simbólicas mais universais. Entre os hebreus, cristãos e muçulmanos, chama-se-lhe selo ou símbolo de Salomão. Esta figura é interpretada como contendo os quatro principais elementos do Universo. O triângulo com o vértice para cima representaria o fogo, o triângulo com o vértice para baixo a água, o triângulo do fogo truncado pela base do triângulo da água

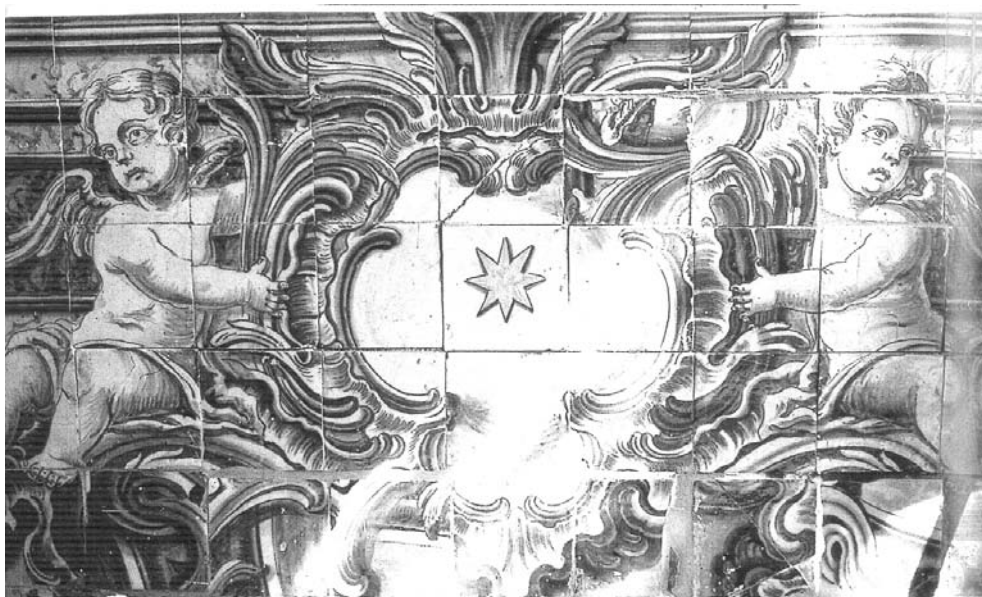
simbolizaria o ar. Por outro lado, o triângulo da água truncado pela base do triângulo do fogo corresponderia à terra. (Chevalier e Gheerbrant, 1992, p. 593)

Registámos, embora em menor quantidade, outras formas de estrelas, designadamente de sete e oito pontas. O seu carácter celeste faz delas também símbolos do espírito e a existência de pontas, elementos apotropaicos.

Painel azulejar, da segunda metade do século XVII e que se conservava na antiga Caixa Geral de Depósitos de Beja, mostra a Estrela da Manhã, que integra teoria dos emblemas marianos, inspirado nas *Ladainhas Lauretanas*. Ali se observa um octograma ou estrela de oitos pontas. Segundo A. Falcão (2006, p. 52) “*um dos mais belos títulos da Virgem, de acordo com a expressão poética referida várias vezes nas Sagradas Escrituras. Dentro do contexto simbólico da escala que referimos, o astro lembra a direcção que o devoto deve perseguir, na senda da Mãe de Deus*”.



**Figura 3** – Motivos geométricos patentes nas estelas medievais do Distrito de Beja. A- Pentalfas, B- Hexalfas, C- Septograma, D- Octograma (des. José D. Malveiro).



**Figura 53** – Painel azulejar da segunda metade do século XVII, da Caixa Geral de Depósitos de Beja (Falcão, 2006, p. 52).

### **V. 3 - Motivos fitomórficos**

Os motivos fitomórficos constituem 3% do acervo iconográfico registado nas estelas medievais do Distrito de Beja. Onze daqueles mostram flor de seis ou cinco pétalas, dispostas em posição radial e unindo-se ao centro. Identificaram-se também três rosáceas. No registo estudado, a flor ocupa todo o disco ou o centro de motivos geométricos e apresenta seis, cinco ou quatro pétalas.

A variante de quatro pétalas é mais susceptível de levantar problemas de interpretação conforme sublinham Carlos de la Casa Martínez e Manuela Doménech Esteban (1983, p. 142). Pode acontecer que seja difícil, em determinadas condições de observação, distinguir a decoração de quatro pétalas de uma cruz patada, cujos braços, ao unirem-se, formaram zonas fechadas, sobretudo se a cruz for realizada em baixo relevo. Tal dúvida ocorreu-nos em estelas de Moura e de Beja (MOUR.MMAM-03 e BEJA.MRB-61).

Dentro destas representações, as flores de seis pétalas ou hexafólios são as mais frequentes. Em termos representacionais são muito semelhantes, com paralelos em muitas outras estelas discóides, nas quais as pétalas estão organizadas em torno de circunferência ou ponto central. Encontram-se todas em baixo relevo, menos um exemplar que foi inciso (MOUR.MMAM-7).



**Figura 54** – Motivos fitomórficos, com seis e cinco pétalas em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

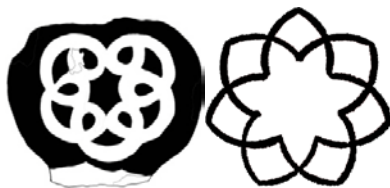
Estes motivos são recorrentes em estelas medievais portuguesas, que J. Beleza Moreira regista sob os n.ºs 264 a n.º 270 (1984, pp. 344,345).

Trata-se de símbolo bastante antigo e frequente já em estelas tumulares romanas. Segundo a tradição mítica, representaria o Sol e, na tradição religiosa cristã, corresponderá a símbolo de Cristo, luz da vida.

Identificaram-se mais três motivos fitomórficos que se têm denominado rosáceas (BEJA.MRB-33, BEJA.MJ-15 e BEJA.MRB-72). Surgem em relevo e foram frequentemente usados sobre as portas principais de igrejas românicas do Norte de Portugal, designadamente na igreja do Mosteiro de São Salvador e nas de Paço de Sousa, Penafiel ou Santa Maria do Olival (Tomar). Na igreja do Mosteiro de Fonte Arcada (Póvoa do Lanhoso, Braga) observam-se duas rosáceas nas extremidades da nave, uma à entrada e outra por cima da capela-mor. Aquele símbolo era, até dada a sua posição elevada em relação aos orantes, visto como luz que iluminava o seu espaço sagrado, tanto física como transcendente.

As rosetas, hexafólios ou rosáceas de várias pétalas, também muito frequentes no Médio Oriente, consideram-se como tendo, especificamente, significado profilático contra o mau-olhado, podendo figurar o Sol.

A representação de rosetas é muito recorrente nas estelas medievais portuguesas, tendo sido descritas no catálogo elaborado por J. Beleza Moreira (1984, p. 344) com os números 266 a 270.



**Figura 55** – Rosáceas em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



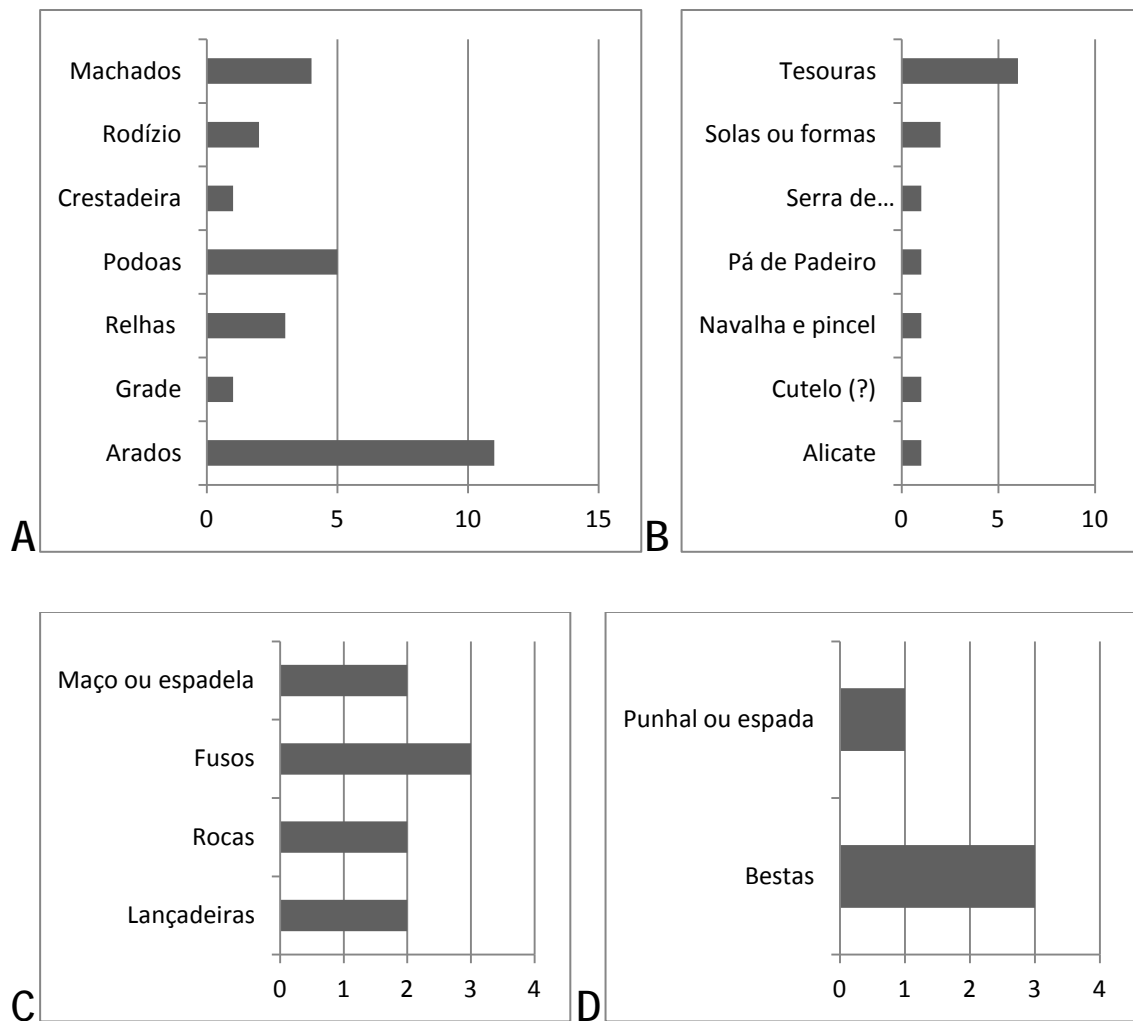
**Figura 56** - Igreja do Mosteiro de Fonte Arcada, Póvoa do Lanhoso (Braga), com rosácea na parte superior da porta principal. (retirado dia 22-11-2012; [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=287](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=287)).

#### **V. 4 - Artefactos – Agrícolas, oficinais e militares**

Foram identificados cinquenta e quatro imagens de artefactos, com diversas variantes. Entre as figurações oficinais destacam-se os arados, com onze representações, tesouras, com seis, cinco podoas, quatro machados, três relhas, três fusos, e três bestas. Com duas representações encontram-se solas ou formas de sapatos, maços, espadelas ou cutelos, lançadeiras, rocas e rodízios. Detectámos apenas uma representação para serrote de carpinteiro, pá de padeiro, crestadeira, alicate, punhal ou espada, bacia, navalha, pincel e possível grade.

Constata-se que trinta e três estelas conjugam motivo cruciforme, numa face, com artefactos na outra. Apenas dois monumentos patenteiam possíveis artefactos em ambas as faces (MOUR.MMAM-24 e SERP.MMAS-5). Observa-se em uma estela (BEJA.MRB-63) a associação de artefactos com um motivo geométrico na mesma face, e, em outra, artefacto em uma face e na face oposta motivo soliforme, com cruz ao centro (BEJA.MRB-57). Apenas se identificou uma estela com artefacto no reverso e com o anverso destruído (OURI.GARV-05).

É patente a associação da cruz ao elemento que distingue a profissão do defunto, como uma conjugação entre a vida, a morte e a ressurreição. No entanto, o significado dos artefactos reflecte-se a diversos níveis, nomeadamente na vertente material dado aqueles serem representativos de ofícios.



**Figura 57** – Artefactos agrícolas, militares e officinais registados nas estelas medievais do Distrito de Beja. A) Artefactos agrícolas; B) Artefactos officinais; C) Artefactos officinais relacionados com a tecelagem; D) Artefactos militares.

Associações	Nº de estelas
Instrumento de ofício /Cruz	33
Instrumento de ofício/ Instrumento de ofício	2
Instrumento de ofício com pentalfa na mesma face	1
Instrumento de ofício/ motivo soleiforme	1
Instrumento de ofício/ destruída	1

**Figura 58** – Associações entre instrumentos de ofício e outros motivos, em estelas medievais do Distrito de Beja.

#### V. 4.1 - Alicate de ferreiro

Identificou-se em uma estela (BEJA.MRB-24) a imagem de alicate/tenaz, em relevo, e que se encontra associada com a figura que se pensa ser um punhal ou espada, também em relevo.



**Figura 59** – Foto e desenho de estela de Beja (BEJA.MRB-24) (fot. e des. de José D. Malveiro).

Trata-se de estela que assinalaria sepultura de ferreiro, talvez especializado na produção de punhais ou pequenas espadas, quiçá um armeiro, espadeiro ou alfageme.

Os paralelos, resumem-se a estela do Museu Nacional de Arqueologia, atribuída ao ofício de ferreiro e que segundo J. Beza Moreira, possui uma tenaz e um martelão (Moreira, 2006, p. 303), e a monumento que guarda o Museu do Carmo.



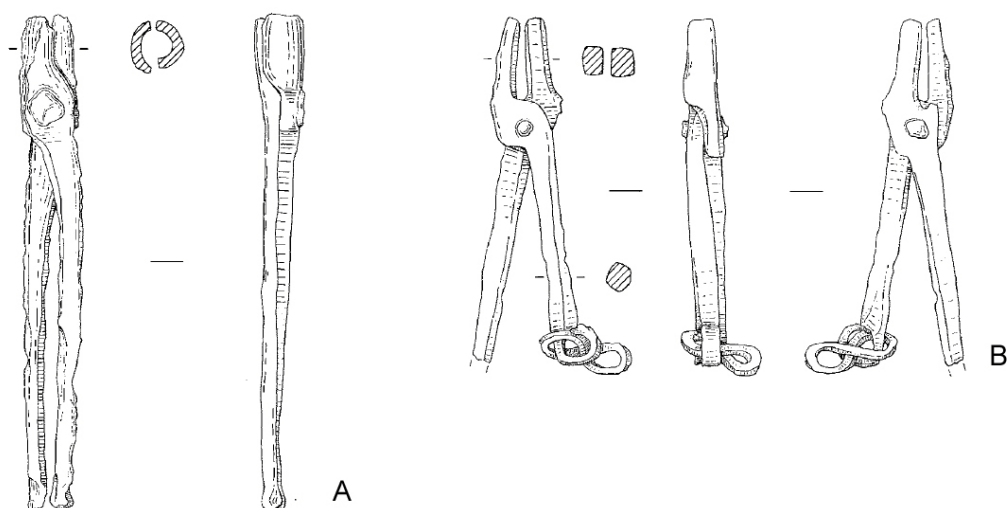
**Figura 60** – Estela do Museu Nacional de Arqueologia (MOREIRA, p. 303, estela nº 23).

Acredita-se que a profissão de ferreiro exista desde quando o homem aprendeu a produzir e a manipular o ferro, decorrente de processo tecnológico algo complexo. Várias religiões antigas possuíam deuses ligados à produção de ferro e de armas neste metal. Na mitologia grega, *Hefesto* era considerado o ferreiro dos deuses, e o primeiro a

trabalhar com ferro. As ferramentas que na maioria acompanham Hefesto são o martelo, a bigorna e a tenaz.

Durante a Idade Média era imprescindível a presença de ferreiros, responsáveis por praticamente toda a metalurgia dos feudos ou dos povoados. No caso agora estudado, a estela deve corresponder a armeiro conforme evidencia o punhal associado ao alicate.

A representação de alicate, figurada no monumento de Beja, com pontas um pouco longas e paralelas, encontra paralelos em artefactos procedentes de contextos ingleses do século XV, designadamente da cidade de York.



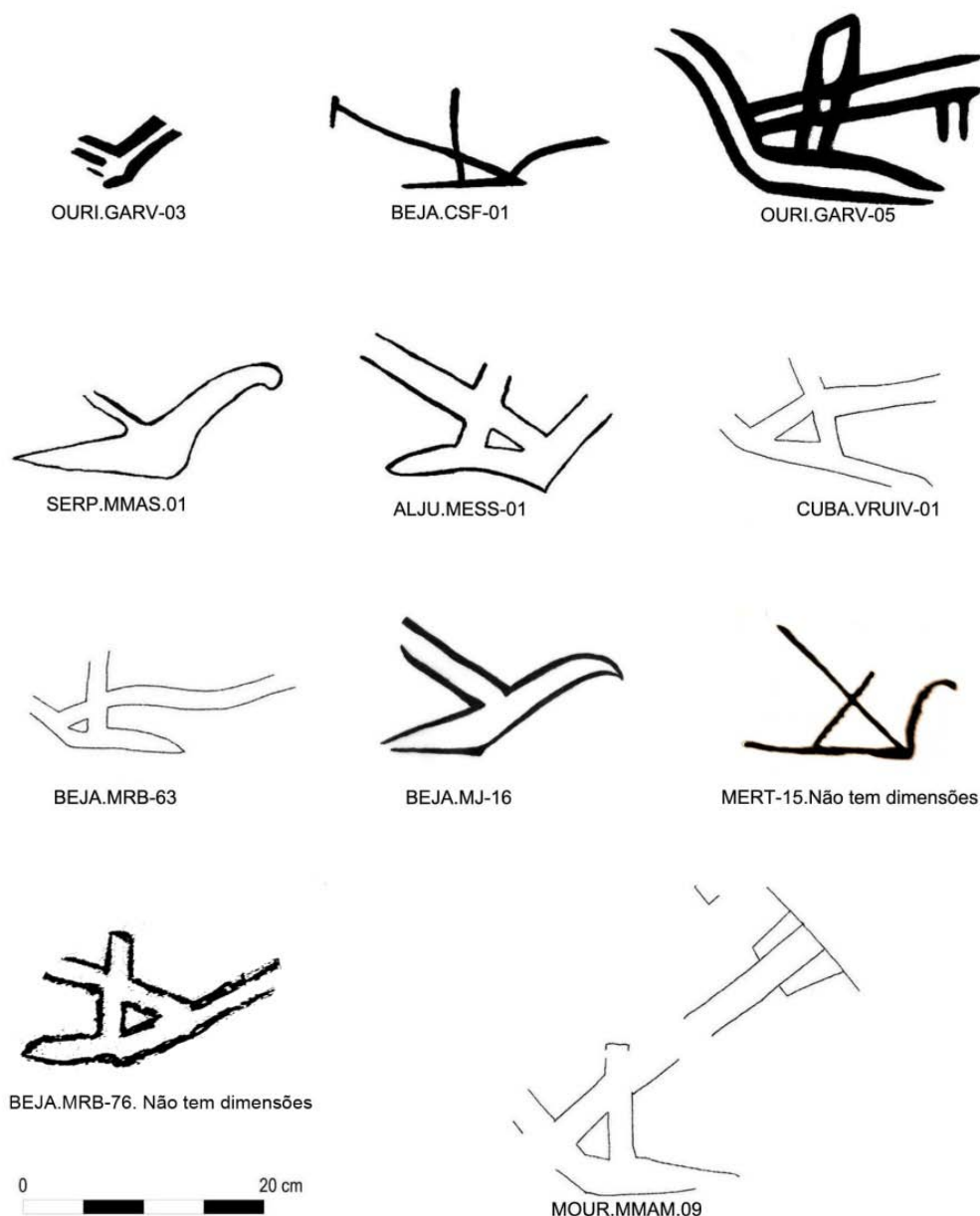
**Figura 61** – Alicates de ferreiro do século XV. A) Bedern, B) Fishergate (seg. R. Ottaway, 2002, p. 2719, fig. 1326).

#### V. 4.2 - Arados

Nas estelas que constituem o presente estudo, identificaram-se onze representações de arados, com dimensões e formas distintas. Um deles conserva-se muito incompleto (OURI.GARV-03), havendo ainda outro que parece mostrar uma forma de atrelagem, designadamente o jugo ou a canga (MOUR.MMAM-09). Nenhuma das figurações dos arados referidos se encontra associado a imagens de animais de tracção, que tanto poderiam ser parelhas de bovídeos ou equídeos, como apenas um



daqueles animais.



**Figura 62** – Arados das estelas medievais do Distrito de Beja(des. José D. Malveiro). (BEJA.MRB-76), (desenho de Leonel Borrela) (MERT-15) (VIANA, 1949, p. 58, fig. 12 a e b.).

Em termos representacionais existem duas grandes variantes nas imagens de arados, dado que dois deles foram figurados apenas por linhas incisas e em outras através dos contornos, também incisos. Esta última opção mostra a volumetria dos elementos constituintes dos arados, melhor simulando as suas dimensões e o aspecto real. Todas as figuras foram gravadas através de linhas incisas, aprofundadas e regularizadas por abrasão, embora três exemplares (BEJA.MRB-63, CUBA.VRUIV-01

e MOUR.MMAM-09) se encontrem em falso relevo.

As representações de arados mais completas encontram-se em estelas de Beja e de Ourique (BEJA.CSF-01 e OURI.GARV-05). Nestas observam-se, a rabiça e o dente independentes, na estela bejense, e ambos arados sem aivecas, têm teiró direito e temão direito, com uma chavelha ou duas, que serviria para atrelar a canga, ou jugo, ao arado.

Trata-se de representações, segundo a tipologia elaborada por Jorge Dias (1982, p. 114, fig. 26) de arados do tipo *radial* e do tipo de *garganta*. Identificámos sete representações de arados do tipo radial, embora todos eles sem aivecas, (MOUR.MMAM-09, MERT-15, BEJA.MJ-16, ALJU.MESS-01, SERP.MMAS-01, BEJA.CSF-01, OURI.GARV-05 e BEJA.MRB-76).

Encontrámos duas possíveis representações de arados de garganta. Uma delas (CUBA.VRUIV-01) apresenta algumas dúvidas por estar numa parte do disco que a necessidade de gravar o temão teve que ser orientado de maneira a caber e pode conduzir a erro classificá-lo como de garganta. O segundo arado (BEJA-MRB-63) apresenta a garganta bem destacada, o que o distingue dos outros tipos de arados.

Apenas duas destas estelas (OURI.GARV-05 e BEJA.MRB-63) estão providas de outras imagens nas faces onde possuem os arados. Estela da Vila de Garvão (OURI.GARV-05) possui arado como tema central, mas ali também se observam mais três motivos, que pela sua orientação com aquele julgamos que possam ser elementos ligados com a vida agrícola. Assim, duas linhas paralelas, mas um pouco encurvadas, podem representar o céu ou um arco-íris, enquanto o motivo triangular pode figurar o Sol ou a Lua. Por último, o motivo inferior, duas linhas em ziguezague, deve representar a terra arável ou mesmo água. A segunda estela, de Beja (BEJA.MRB-63), patenteia, em relevo, arado de garganta, pentalfa e possível lâmina de machado.

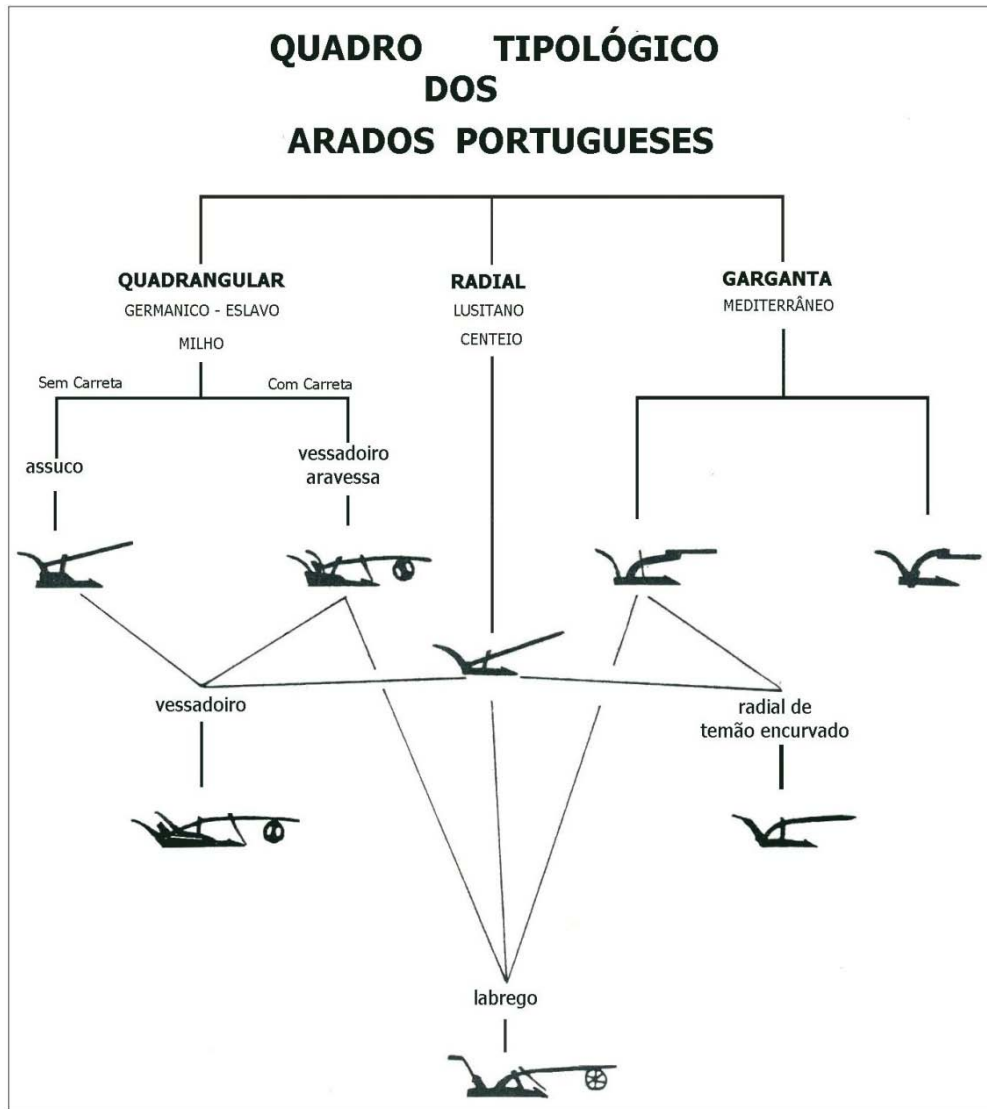


Figura 63 – Quadro tipológico dos arados portugueses (seg. J. Dias, 1982, p. 114, fig. 26).

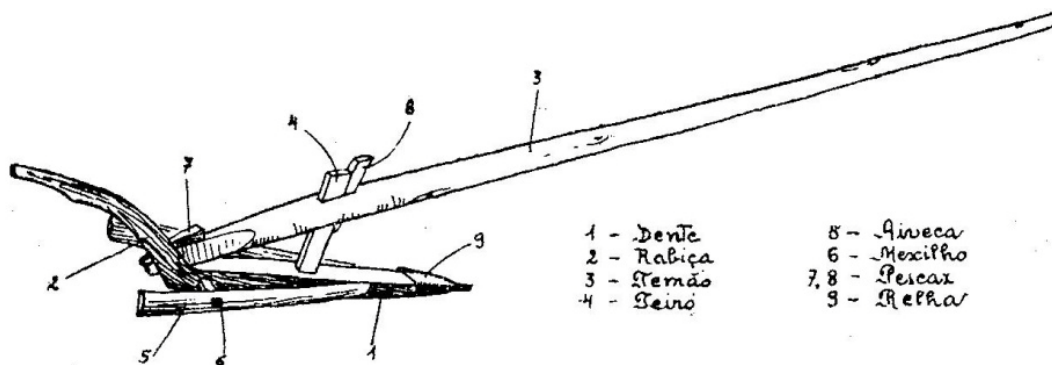
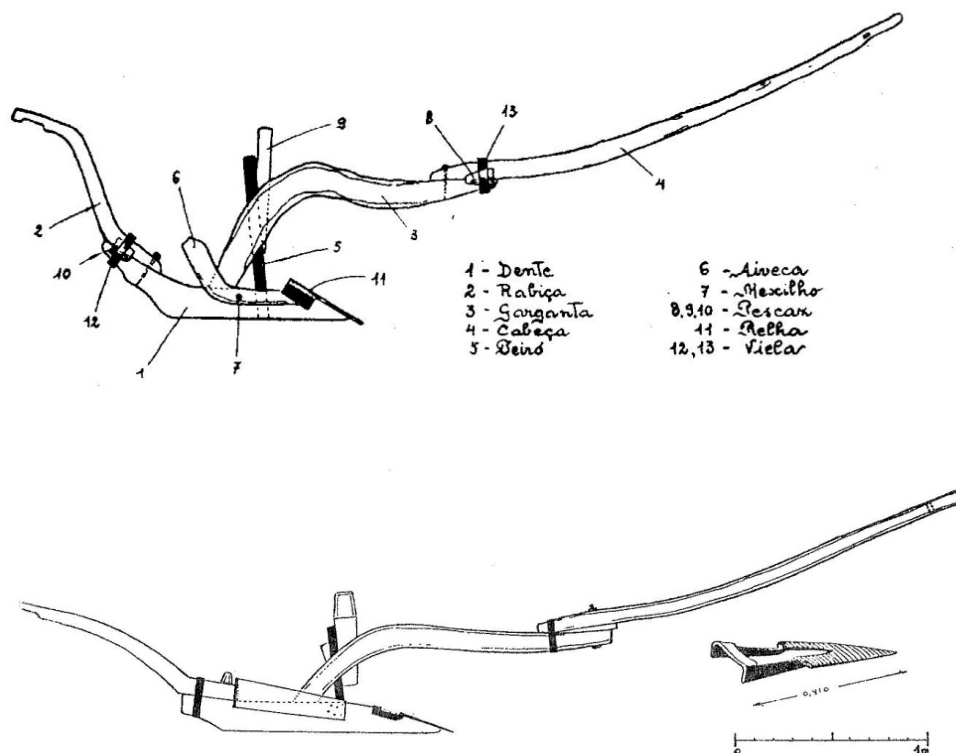


Figura 64 – Arado radial e peças que o compõem (seg. J. Dias, 1982, p. 79, fig. 7).

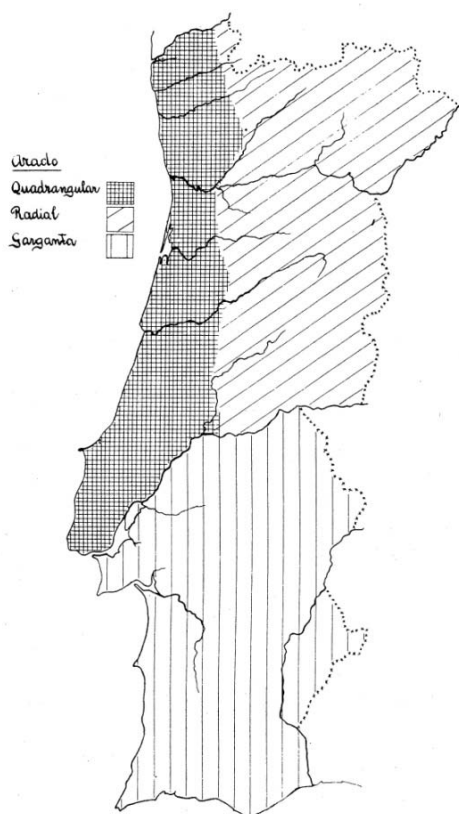


**Figura 65** – Arados de Garganta, em cima (seg. J. Dias, 1982, p. 85, fig. 15) e em baixo arado de Beja (seg. E. V. de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, 1983, p. 153, fig. 3).

A representação de arado mais antiga conhecida em território português é do santuário exterior do Escoural e data dos finais do IV milénio A.C. (Gomes, Gomes e Santos, 1994, p. 93).

Os arados radiais foram muito comuns desde a Idade Média e até aos inícios do século XX, de norte a sul do país. Em meados da primeira metade do século XX, os arados daquele tipo então existentes já poucos eram empregados na lavra das terras, para alqueivar. Observa-se nas “*Ordenações Manuelinas*”, do século XVI, representação de arado radial sem aivecas.

Jorge Dias que ao assunto dedicou vários artigos e livros, identifica em Portugal três antigos tipos de instrumentos aratórios portugueses: o *arado radial*, o *arado de garganta* e o *arado quadrangular*. O de garganta foi aquele que durante muitos e muitos séculos, resistindo às múltiplas vicissitudes da História, serviria para lavar os solos duros e secos da região a sul do Tejo, onde tradicionalmente se semeava, sobretudo, trigo, cevada, centeio e aveia.



**Figura 66** – Mapa de distribuição dos arados portugueses (seg. J. Dias, 1983, p. 129, fig. 39).

As dimensões dos arados variam, nomeadamente o tamanho do temão ou garganta, conforme a corpulência dos animais usados na sua tracção, equídeos, muares ou bovídeos. As rabiças podem ser mais altas ou mais baixas, conforme a estatura do homem que as empunham. *“Em cada monte há arados de diferentes tamanhos, e cada um pega naquele com que mais se ajeita”*. (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, p. 158).

As representações de arados em estelas medievais encontram diversos paralelos em território português, estando entre os mais frequentes dos artefactos nelas figurados. Abel Viana (1949, p. 57, fig. 11a) refere estela do antigo Museu Etnológico, actual Museu Nacional de Arqueologia, com representação de arado radial e outro instrumento que caracteriza como maço. J. Beleza Moreira (1990) na descrição que fez de cento e dezanove estelas discóides com artefactos de ofícios, identifica trinta e nove exemplares cujos motivos se podem atribuir ao ofício de lavrador. Destes, vinte e três mostram arados isolados e dezasseis apresentam o arado associado a outros instrumentos agrícolas. Não se observa paralelos para a estela de Garvão, em estelas portuguesas. Contudo, estela de Beja (BEJA.MRB-63), apresenta um pentalfa que pode ser

conectado com vários significados.

Estudos ainda recentes deram a conhecer novas estelas com representações de arados. No Convento de Cristo em Tomar encontram-se três estelas rectangulares com arados radiais gravados, providas de outros elementos agrícolas, e no Museu Municipal Carlos Reis, em Torres Novas, uma estela também rectangular apresenta arado radial gravado (Moreira, 2002, pp. 761-763).

Mário e Rosa Varela Gomes deram a conhecer estela, proveniente de Silves, com representação de arado isolado, desprovido de mais figuras (Gomes e Gomes, 2006, p. 314, nº 4)

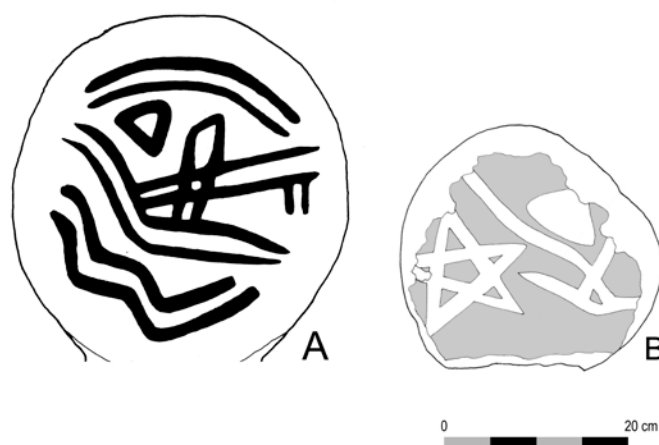
As estelas funerárias com representações de arados têm vindo a ser normalmente atribuídas à presença, nas sepulturas que demarcam, de agricultores. De todas as ocupações rurais aquela que mais esforços exige, mais braços emprega, mais despesas provoca, mais tempo demora na sua preparação, mas mais interessa à subsistência humana são as culturas cerealíferas (Vacas, 2000, p. 32). A alimentação medieval portuguesa teve origem, tal como no resto da Europa, na integração dos hábitos alimentares romanos e bárbaros. Deste processo resultou alimentação baseada nos cereais, no vinho e no azeite, embora com tendência crescente para a inclusão de carnes e pescado (Ferreira, 2008, p. 113).



**Figura 67** – Arado radial sem aivecas representado nas “*Ordenações Manuelinas*”, século XVI (extraído de Dias, 1982, p. 147, fig. 44, segundo José Leite de Vasconcellos).

A agricultura simboliza a união dos quatro elementos, cujo casamento condiciona a fecundidade; a terra e o ar, a água e o calor. O arado é um símbolo de fertilização; a relha é o membro viril que penetra no sulco, análogo ao órgão reprodutor feminino. Passar o arado sobre a terra é unir o homem e a mulher, o Céu e a Terra. E o nascimento é como uma colheita. O arado e a enxada simbolizam, como a maior parte dos utensílios cortantes, a acção do princípio masculino sobre o feminino. Nas tradições judaicas e cristãs, o arado é um símbolo da Criação e da Cruz. A madeira e o ferro do arado simbolizam a união, no Cristo, das duas naturezas.

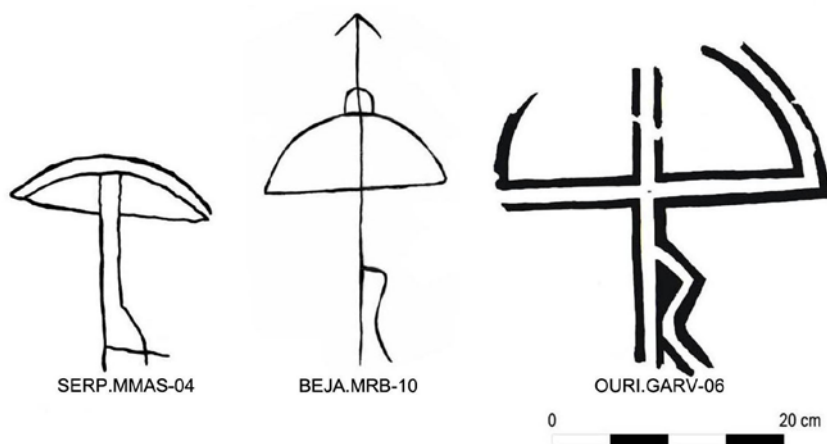
A agricultura, segundo Mircea Eliade (2005, p. 413), “*revela de uma maneira mais dramática o mistério da regeneração vegetal. No cerimonial e na técnica agrícola, o homem intervêm directamente: a vida vegetal e o sagrado da vegetação já lhe não são exteriores, pois participa em ambos, manipulando-os e conjurando-os. Para o homem «primitivo», a agricultura, como toda a actividade essencial, não é uma simples técnica profana. Ligada à vida e prosseguindo o desenvolvimento prodigioso desta vida presente nas sementes, na terra cultivada, na chuva e nos génios da vegetação, a agricultura é, antes de mais, um ritual. Assim foi no principio e a situação é ainda a mesma hoje nas sociedades agrárias, até nas regiões mais civilizadas da Europa. O lavrador penetra e integra-se numa zona rica em sagrado. Os seus gestos, o seu trabalho são responsáveis por graves consequências, porque se processam no interior de um ciclo cósmico e porque o ano, as estações, o Verão e o Inverno, a época das sementeiras e a da ceifa, fortificam as suas próprias estruturas e adquirem cada uma um valor autónomo.*”



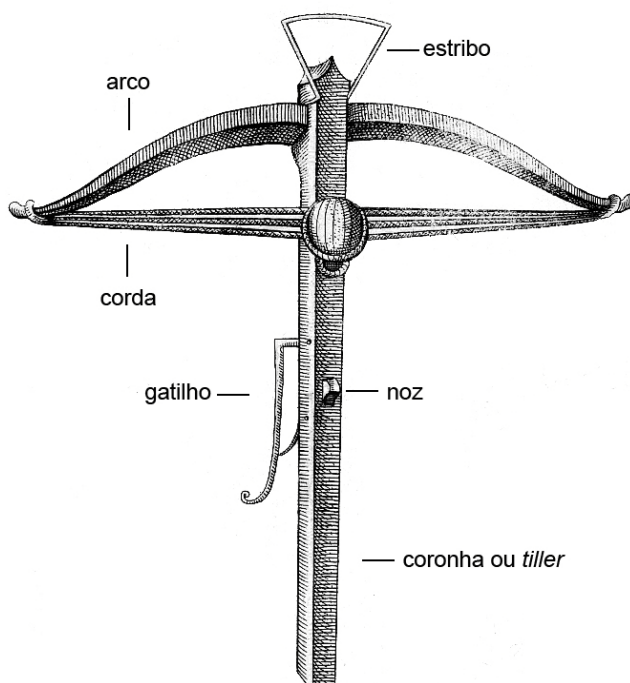
**Figura 68** – Estelas medievais do Distrito de Beja, com arados e outros motivos. A) OURI.GARV-05; B) BEJA.MRB-63 (des. José D. Malveiro).

### V. 4.3 - Bestas

Identificaram-se três representações de bestas, com dimensões e formas distintas. Uma encontra-se danificada (OURI.GARV-06), havendo outra que mostra a besta completa com o virote e com o estribo para colocar o pé, tendo em vista auxiliar o carregamento. Duas bestas apresentam-se desarmadas, mas com gatilho. Em termos figurativos as bestas encontram-se incisadas ou gravadas através de abrasão.



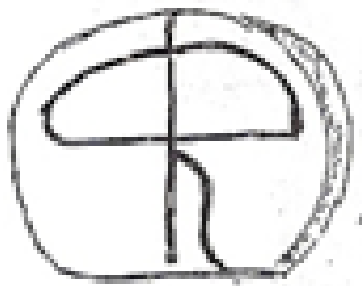
**Figura 69** – Bestas em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



**Figura 70** – Nomenclatura de uma besta (retirado no dia 22-11-2012; <http://www.fantasy-art-workshop.com/pictures-of-bows.html>).



As estelas com a representação de Bestas são muito raras em Portugal, encontrando-se três no Distrito de Beja, uma em Alcácer do Sal e outra em Guimarães. J. Beleza Moreira (1994, p. 293) identifica duas estelas pertencentes a besteiros (BEJA.MRB-10 e SERP.MMAS-04), estando a representação de besta de Garvão inédita.



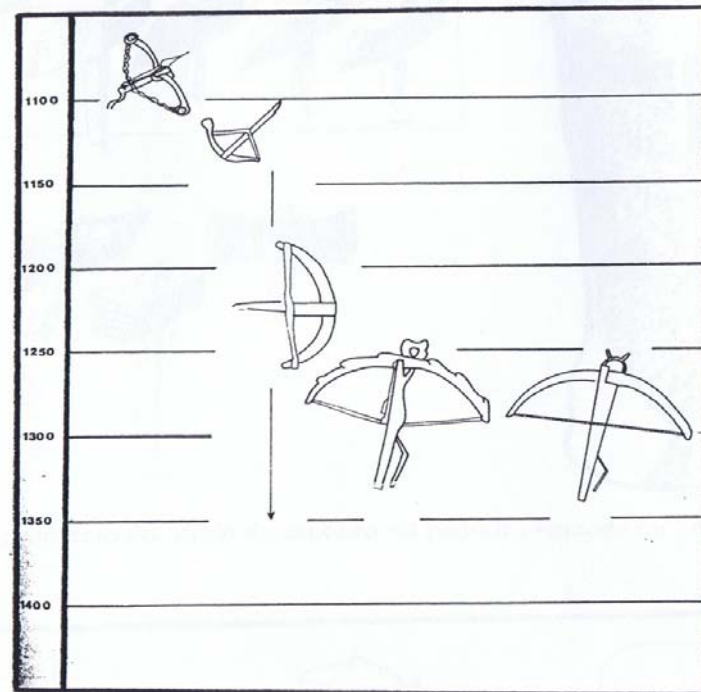
**Figura 71** – Estela de Alcácer do Sal, com besta gravada (seg. A. Viana, 1949, p. 83, fig. 41).

Foi identificada, na torre de menagem do Castelo de Beja, sigla de canteiro que apresenta parecenças com a besta da estela do Museu Regional de Beja (BEJA.MRB-10), reconhecendo-se naquela marca a coronha, o gatilho, o arco, a corda e o estribo.



**Figura 72** – Sigla de canteiro da torre de menagem do Castelo de Beja (fot. de José D. Malveiro).

Duas das representações de bestas patentes nas estelas do Distrito de Beja, encontram paralelos em protótipos dos inícios do século XIII, enquanto que a possuindo o estribo pode datar dos finais do século XIII ou dos inícios do século XIV.



**Figura 73** – Quadro evolutivo das bestas (retirado de Teresa Costa, 1999).

Esta arma ofensiva desempenhava importantes funções nos contingentes militares, a par dos arqueiros, permitindo atacar o inimigo a média/longa distância, mas também uma maior eficácia na pontaria.

Segundo L. Campos Paulo, tendo como referência a cronologia defendida por M. Varela Gomes, a iconografia do Vaso de Tavira, onde se representou besteiro, levanta a hipótese de que este tipo de armamento tenha sido utilizado ainda nos séculos IX-X, tornando aquela imagem a mais antiga do *Al-Andalus* até agora conhecida (Paulo, 2007, p. 299).

Os corpos de besteiros constitui uma das mais originais e bem-sucedidas experiências da organização militar portuguesa medieval. De facto, a milícia dos Besteiros do Conto, criada por D. Dinis em finais do século XIII, marcou presença nas mais importantes operações militares de todo o século XIV e atingia, nas primeiras décadas do século XV, um total de 5000 efectivos, provenientes de perto de 300 unidades locais de recrutamento.

Os contingentes de besteiros desempenhavam, na Idade Média, papel decisivo

no desfecho dos confrontos militares e, por isso, desde cedo os forais portugueses das zonas fronteiriças contemplaram privilégios destinados a atrair besteiros.

*“Apesar dos seus privilégios, os besteiros ficavam com um estatuto especial, sem nunca se chegarem a integrarem na categoria de cavaleiros vilãos. A generalização da moeda permitia, sem dúvida, que fossem pagos em dinheiro e não em préstamos, o que acentuava a sua qualidade de mercenários. Foram, afinal, os primeiros soldados com um mínimo de profissionalização”* (Mattoso, 1995, p. 366).

Na realidade, a besta depois de ter abandonado os palcos de guerra no século XVI, continuou a ser fabricada e utilizada como arma de caça, até pelo menos ao primeiro quartel do século XVIII. De resto, é significativo que depois da reforma ordenada por D. Manuel I, em 1498, que extinguiu os *Besteiros do Conto*, o único grupo que se conservou tenha sido precisamente os dos “Besteiros do Monte”, que tinham por vocação acompanhar o monarca nas suas caçadas (Barroca, M. J., 2000, pág. 386).

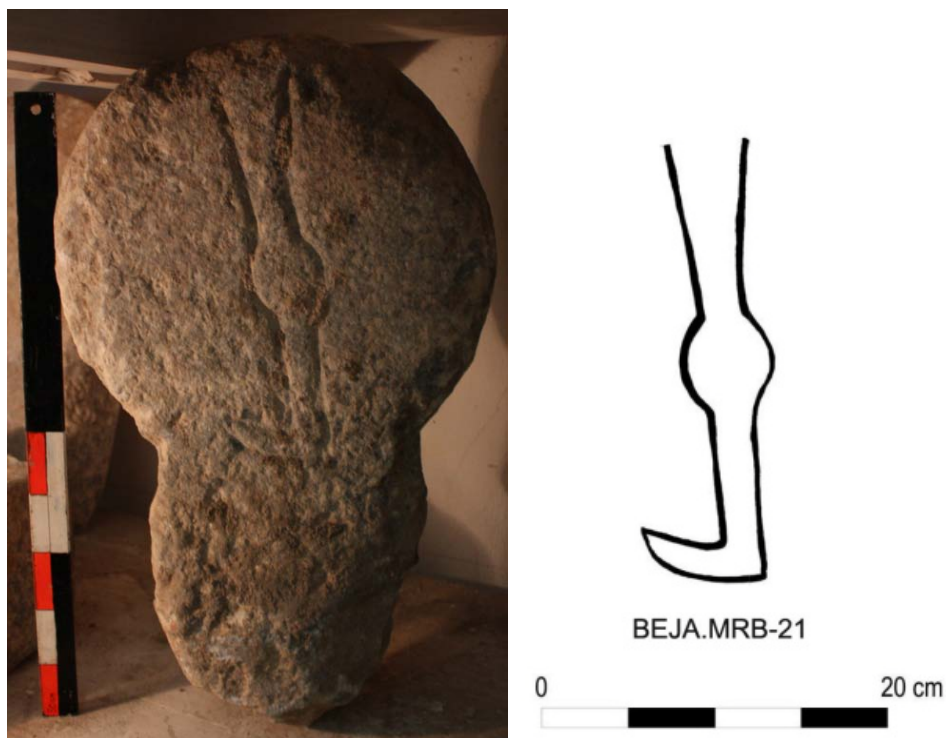
A Igreja, a quando do Concílio de Latrão, em 1139, interditou o uso da besta entre os Cristãos, sob pena de anátema, embora sem grande sucesso. Proibiu igualmente os cavaleiros de lidarem com os besteiros, pois estes eram considerados uma espécie de heréticos, que manejavam a considerada “arma do diabo”, sendo bem remunerados. Na Alemanha, o rei Conrad III (1138 – 1152) proibiu nos seus exércitos e reino, a utilização da besta. Em França e Inglaterra existiram também companhias regulares de besteiros (Serdon, 2005, p. 48).



**Figura 74** – Besteiro e arqueiro segundo o *Livro das Aves* do Mosteiro do Lorvão, nº 90, fl. 2 Vº. O besteiro empunha uma besta onde se conseguem distinguir o arco, a coronha, a noz e o gatilho. A besta ainda não apresenta o estribo nem o besteiro traz o gancho suspenso do cinto. Ambos disparam projecteis com pontas lanceoladas, tradicionalmente associadas à caça (e não ao universo militar), o que está de acordo com o conteúdo do manuscrito (A. Soler del Campo, 2000, p. 78, fig. 1).

#### V. 4.4 - Crestadeira ou foice roçadora.

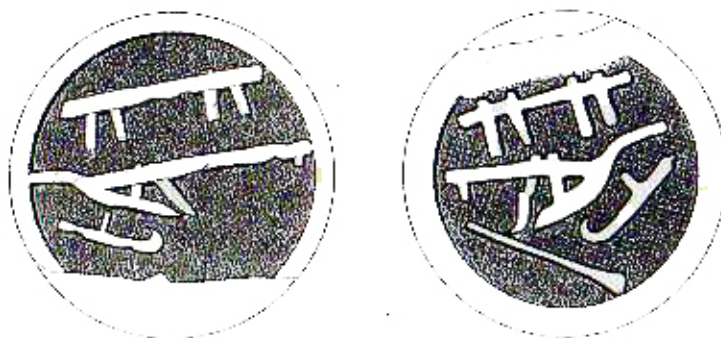
Em estela do Museu Regional de Beja (BEJA.MRB-21), estudada e publicada por Abel Viana (1949) tal como por Beleza Moreira (1990), foi identificada imagem incisa como foice roçadora. Contudo somos da opinião de que se trata de crestadeira, instrumento de metal usado pelos apicultores para a extracção do mel das colmeias.



**Figura 75** – Foto e decalque de crestadeira em estela de Beja (BEJA.MRB-21) (fot. e des. José D. Malveiro).

A crestadeira é um instrumento para cortar os favos e crestar as colmeias. As duas extremidades desta ferramenta servem para raspar e retirar os favos do seu suporte natural.

A representação de foices roçadoras, em estelas medievais, encontra-se publicada por J. Beleza Moreira, que refere dois exemplares do Museu de Torres Vedras. A foice roçadora oferece constituição próxima da gadanha, com dois elementos; uma lâmina e um cabo direito e comprido, sendo segurada por ambas as mãos, a esquerda na extremidade do cabo e a direita numa pega espigada a meio deste (Moreira, 1990, p. 194; Oliveira, 1983, pp. 271, 272).



**Figura 76** – Estelas de Torres Vedras (seg. J. Beleza Moreira, 1990, p. 194, figs 16, 17).

Apresentamos foto de foice roçadora e de crestadeira contemporânea, que em termos representacionais se assemelha à imagem da estela bejense. A crestadeira possui, ao centro, protuberância que contém duas iniciais, possivelmente do colmeeiro.



**Figura 77** – Foice roçadora de Monchique (seg. J. Pais de Brito, 1996, p. 614, fig. 66).



**Figura 78** – Crestadeira contemporânea, do concelho de Ourique (col. José D. Malveiro).

O paralelismo que se tenta fazer, com objecto que teve utilidade contemporânea, apresenta diversas problemáticas, mas não se descarta a hipótese de alguns instrumentos de ofícios terem permanecido semelhantes aos medievais, ainda nos princípios do século XX. De facto, a revolução industrial chegou tardiamente ao interior do Alentejo. A mudança para a charrua de ferro ou o aparecimento do tractor e da debulhadora fixa constituem mudanças recentes, com excepção de alguns casos. Prova disso são os arados, fusos, rocas, lançadeiras, etc, que estiveram em utilização durante os anos 50 e 60 do passado século, como se pode demonstrar a partir dos trabalhos de Ernesto Veiga

de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira.

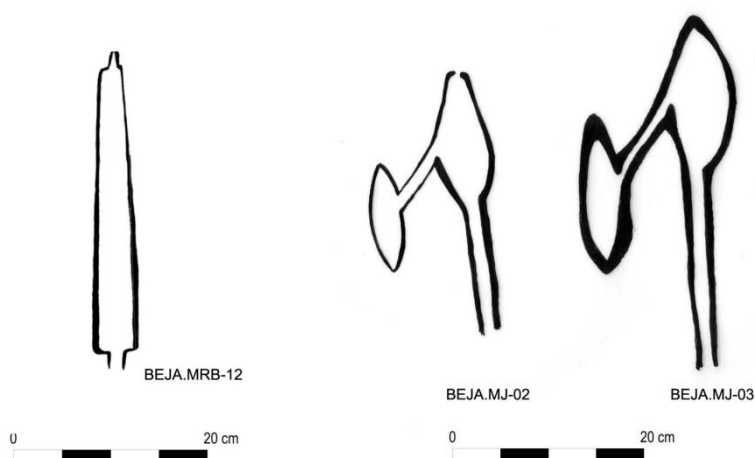
#### V. 4.5 – Fusos e rocas

Foram identificadas três representações de fusos, com dimensões e formas distintas (figura 79). Dois deles (BEJA.MJ-02 e BEJA.MJ-03) apresentam-se conectados às rocas, pelo linho ou lã, enquanto o outro (BEJA.MRB-12) está isolado e desprovido da matéria-prima.

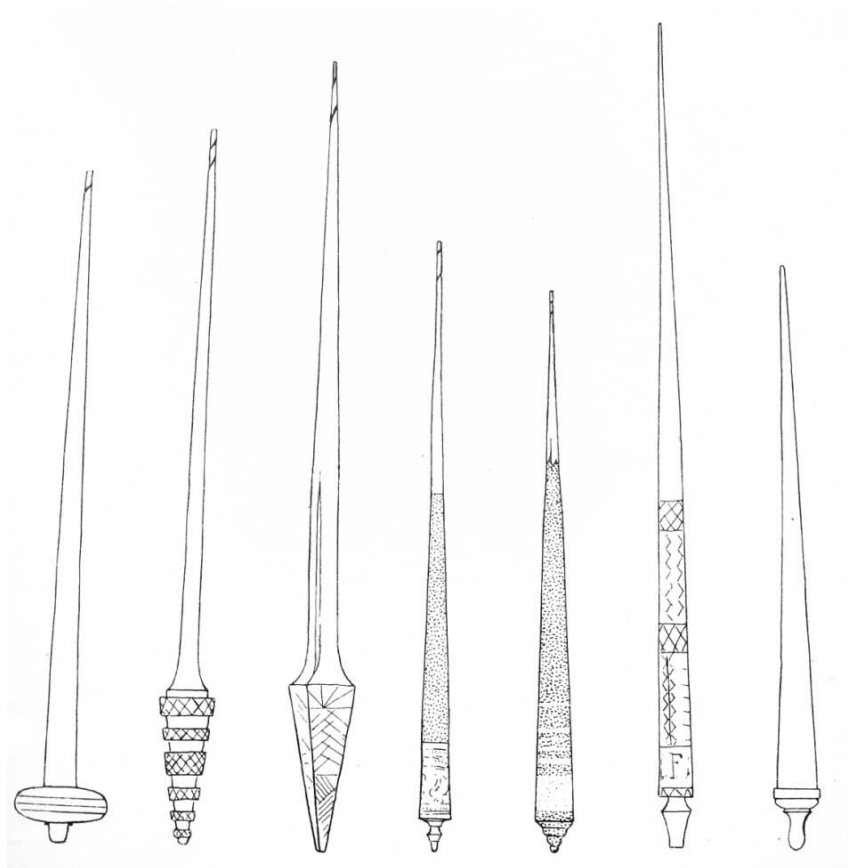
Existem outras estelas com representações de fusos no território português. J. Beleza Moreira (1993, 1994) deu a conhecer as três estelas do Distrito de Beja acima referidas, mas ainda mais cinco com representações idênticas. Estas encontram-se providas geralmente de roca, fuso, novelo de lã, sarilhos e dubadoira (Moreira, 1994, pp. 277, 278, 279). Estela pertencente ao concelho de Torres Vedras, oferece fuso e roca (Cardoso e Luna, 2006, p, 473, nº 32).

A estela de Beja em que só está patente o fuso, foi descrita por J. Beleza Moreira (1993, p. 672) como *lança*, motivo que não se encontra representado em nenhuma das estelas portuguesas.

A técnica de obtenção de fio por intermédio do fuso consiste em puxar do *manelo*, conjunto de fibras que estão enroladas na roca, uma mecha daquelas, distendendo-as e torcendo-as entre os dedos, enrolando-a seguidamente à ponta do fuso, fazendo-o rodar suspenso no ar, apoiado no chão ou rolando sobre a cocha.



**Figura 79** – Fusos em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



**Figura 80** – Alguns fusos do território português (seg. Oliveira, Galhano e Pereira. 1978, p. 71).

Conforme dissemos, foram identificadas duas representações de rocas (BEJA.MJ-02 e BEJA.MJ-03), conectadas aos fusos, com dimensões e formas idênticas entre si.

Estela pertencente ao Covento de Cristo, em Tomar, possui em uma das faces os instrumentos de fiandeira, fuso, roca, dobadoira e novelo, e na face oposta instrumentos do ofício de agricultor, canga (ligada ao arado?), grade e saco de semear (Moreira, 1994, p. 278).

A roca como suporte do *manelo* encontra paralelos em variadas representações, egípcias e grego- romanas, mas também se observa esta tecnologia no século XX.

Aquela segurava-se ao alto, geralmente com a mão esquerda, embora exista outro modelo com cabo mais comprido que geralmente se fixava à cintura.



**Figura 81**– Dama fiando em *pyxis*, do século V a.C. (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, fig. 41).

As representações de rocas conectadas com os respectivos fusos, reúnem os dois instrumentos necessários à fiação manual. As estelas funerárias, com as imagens de rocas e fusos, têm vindo a ser normalmente atribuídas à presença, nas sepulturas que demarcam, de fiandeiras.

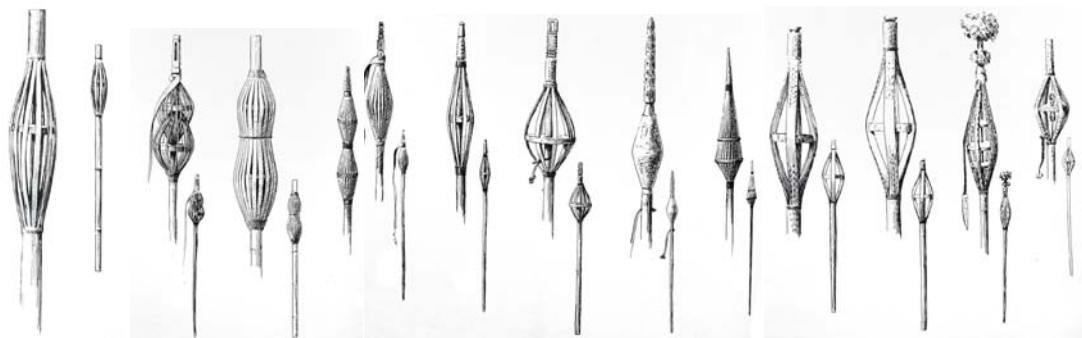


**Figura 82** – Corte da Seda, Alcoutim. Mulher a fiar na roca (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, fig. 29).

Vários investigadores têm-se vindo a dedicar ao estudo das rocas e, com base nos seus elementos constituintes, definiram quatro categorias distintas. As figuradas nas



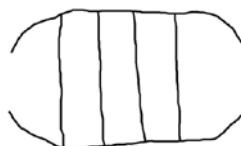
estelas do Distrito de Beja correspondem ao tipo C, ou seja roca composta por cabo, roquil e torre.



**Figura 83** – Rocas portuguesas, segundo (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p. 86, 87, 90).

#### V. 4.6 - Grade

Foi identificada, por Teresa Costa (1999), estela com motivo tido como grade (SERP.MMAS-28). Esta possui quatro banzos e duas testeiras curvas nas extremidades, onde se encontra algo danificada.



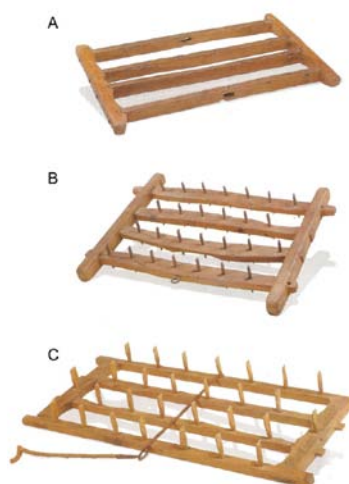
**Figura 84** - Grade em estela de Serpa (SERP.MMAS-28) (desenho de Teresa Costa).

Este motivo não se encontra associado a nenhum outro instrumento agrícola, como se verifica em outras estelas portuguesas. A estela possui, no anverso, cruz de lados curvos e possíveis extremidades direitas.

A grade é um utensílio agrícola que serve para desterroar e aplanar a terra lavrada. Esta alfaia agrícola tradicional, construída em madeira, foi usada até aos anos setenta do século XX, sendo agora construída em ferro.

São frequentes, em território português, paralelos para este motivo que, segundo J. Beza Moreira podem ser vistos nas seguintes estelas: estela do Museu de Torres Vedras, com grade e canga, em relevo (Moreira, 1982, p. 40, nº 13-R), monólito

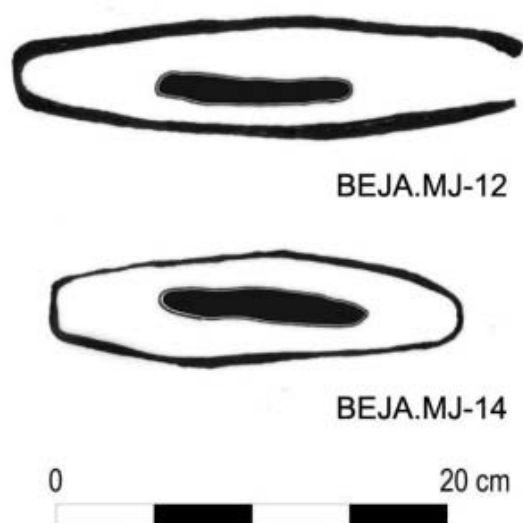
pertencente ao Convento de Cristo, (Tomar), que possui em uma das faces os instrumentos de fiandeira, fuso, roca, dobadoira e novelo, e na face oposta, canga (ligada ao arado?) e grade e saco de semear (Moreira, 1994, p. 278); estela do Museu de S. João de Alporão (Santarém), com arado, ligado à canga, três pregos, martelo, saco de sementeira, alqueire (?), canga, grade, escopro (?), maço, aguilhada, machado, tudo em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 23); ainda estela do Convento Cristo (Tomar) com saco (?), grade ligada à canga, prego, pá, arado, ligado à canga, aguilhada, tudo em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 24); estela do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz) com arado, canga e grade, em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 25); outra estela do Museu de S. João de Alporão (Santarém), com canga, grade e temão, em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 29); outro exemplar do Convento de Cristo (Tomar), com grade, pregos, cabaça, martelo, machado, pá, em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 30); estela do Convento de São Francisco (Santarém) mostrando grade (ligada ao arado?), em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 32) e exemplar existente na sacristia da igreja de Dornes (Santarém), oferecendo grade e peças não identificadas (Moreira, 1990, p. 195, nº 33). No Convento de Cristo (Tomar) existe também outro exemplar com grade ligada a canga e machado (?), em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 34). Na residência paroquial de Reguengo do Fetal (Leiria), estela contém grade, saco de sementeira, podão (?), em relevo (Moreira, 1990, p. 195, nº 35). Ainda outra estela do Convento de Cristo (Tomar) possui grade, aguilhada, arado ligado à canga, machado, picão e saco de sementeira (Encarnação e Moreira, 2006, p. 558). Estela da Encarnação (Mafra), apresenta grade, canga, relha ou enxada (Miranda, 2006, p. 485, nº 1).



**Figura 85** – Grades de quatro banzos e duas testeiras. A- Castro de Avelãs (1968), B- Aljezur (1968), C- Celorico de Basto (1977) (seg. J. Pais de Brito, 1996, pp. 610, 611, figs 52, 55, 56).

#### V. 4.7 - Lançadeiras

Detectaram-se as representações de duas lançadeiras, gravadas, de contorno ovalado e extremidades afiladas. Trata-se de instrumento fundamental para o exercício do ofício de tecedeira, uma função que cabia tanto às mulheres como aos homens. Têm paralelo em monumento de contorno quadrangular, de Torres Vedras (Moreira, 1982, pp. 34, 60).

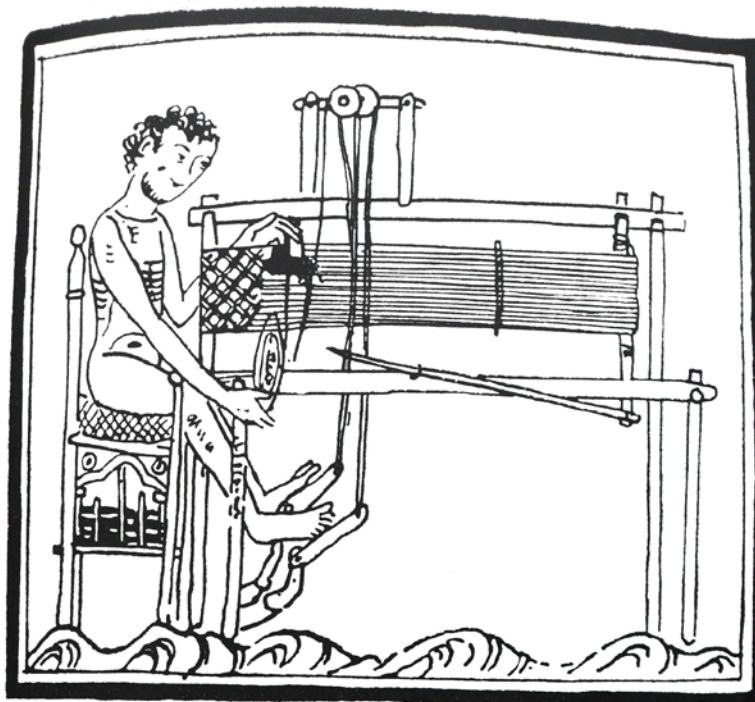


**Figura 86** – Lançadeiras em estelas medievais dos Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

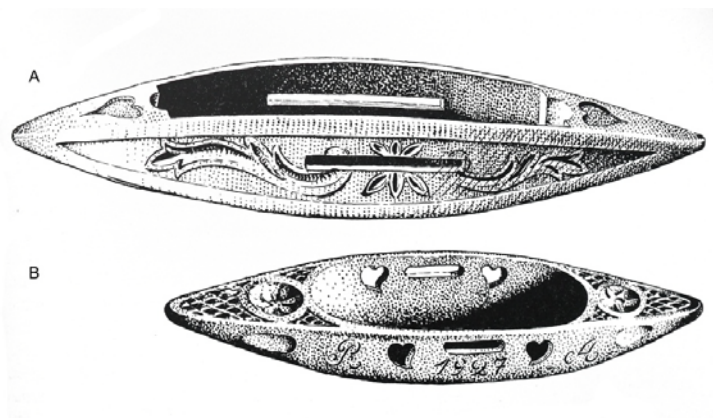
São múltiplas as referências às actividades linheiras, durante a Idade Média, possuindo grande importância e valor na sociedade, face às necessidades vestimentares e de panaria doméstica em geral. A comercialização fazia-se directamente através dos tecelões ou tecedeiras, nas feiras locais e mercados regionais, abastecendo os núcleos urbanos e comunidades rurais.

O equipamento do tear para o fabrico dos tecidos só podia estar completo com a presença dos pesos e, naturalmente, das lançadeiras, em madeira, fusiformes e providas de cavidade de contorno elíptico na face superior, onde se colocava a canela com o fio enrolado.

Lançadeiras do século passado eram frequentemente decoradas e, por vezes, oferecidas como prenda de namoro (Oliveira, 1978, pp. 135, 136).



**Figura 87** – Tear de pedais e lançadeira (século XII). Desenho de manuscrito do Trinity College, de Cambridge (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p. 127).



**Figura 88** – Lançadeiras. A- Barroso; B- Viana do Castelo (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p. 135, fig. 78).

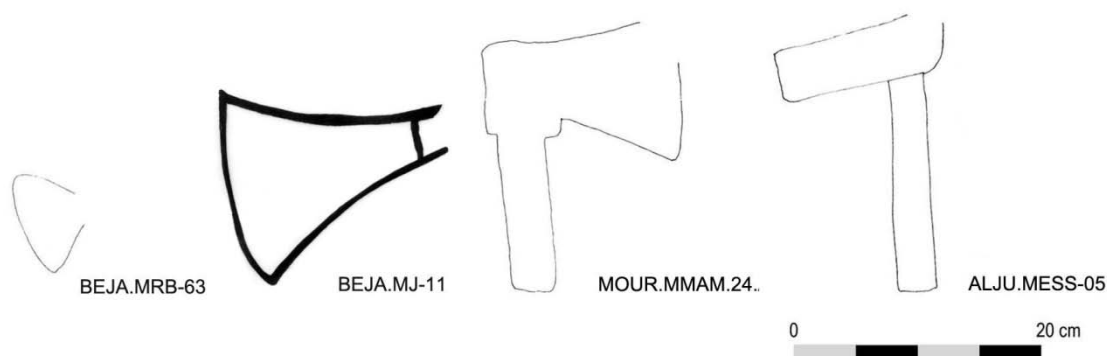
#### V. 4.8 - Machados

Identificaram-se quatro representações de machados, com dimensões distintas. Dois encontram-se incompletos pois não possuem cabo (BEJA.MJ-11 e BEJA.MRB-63), havendo outros dois que estão completos (MOUR.MMAM.24.Anv).

Dois dos machados foram associados a outros instrumentos, nomeadamente em estela de Beja (BEJA.MRB-63), provida de arado e pentalfa, enquanto estela de Moura (MOUR.MMAM.24.Anv), oferece no anverso serra de carpinteiro e, no reverso, o machado.

Em termos figurativos, três destas estelas mostram os machados em relevo (BEJA.MRB-63, MOUR.MMAM.24.Anv e ALJU.MESS-05), enquanto em outra (BEJA.MJ-11) o machado foi inciso.

As estelas funerárias, com representações de machados, podem ser atribuídas aos ofícios de agricultor ou de lenhador, conforme acontece com o exemplar de Beja (BEJA.MRB-63), enquanto à estela de Moura (MOUR.MMAM.24) deve ser atribuída a profissão de carpinteiro. Estela de Beja (BEJA.MJ-11) pode corresponder à profissão de lenhador, carpinteiro ou guerreiro pois não possui o reverso conservado, não oferece mais informação. A forma do machado da estela de Aljustrel-Messejana (ALJU.MESS-05) tem paralelos em machados de lenhador.



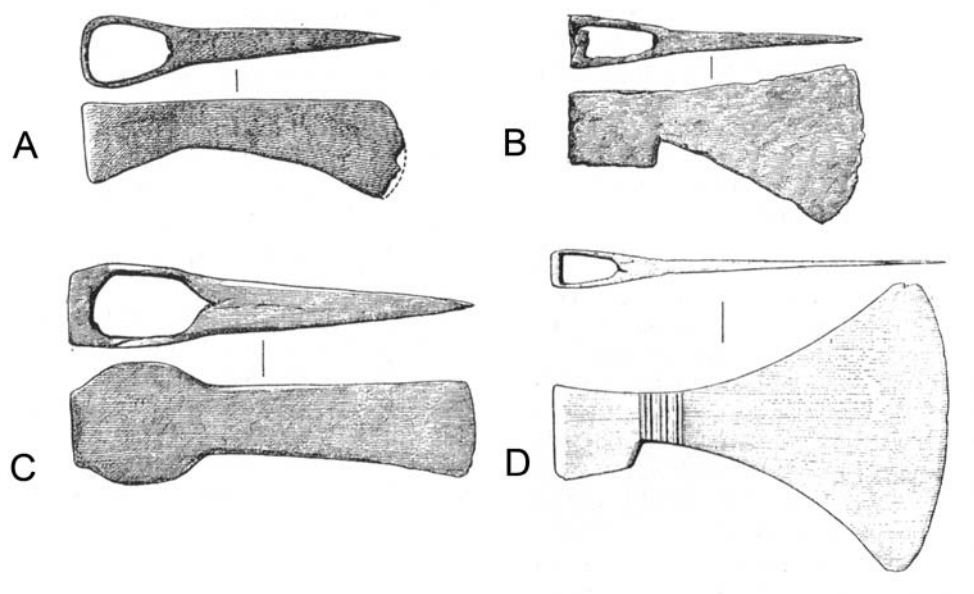
**Figura 89** – Imagens de machados patentes nas estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

São muitos os paralelos para os machados patentes em estelas medievais portuguesas. Segundo J. Beleza Moreira eles surgem nos seguintes monólitos: Senhora do Cabo, parte da lâmina (Moreira, 2006, p. 299); Santarém, machado com lâmina e cabo (Moreira, 2006, p. 768); Alcobaça, machado completo (Moreira, 1994, p. 284); Alcácer do Sal, machado completo (Moreira, 1994, p. 284), Alcácer do Sal, machado completo (Moreira, 1994, p. 285), São João de Alporão, Santarém, machado e outros artefactos (Moreira, 1990, p. 192, fig. 6); Maceira, Leiria, machado e outros artefactos (Moreira, 1990, p. 194, fig. 18); Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, machado e

outros artefactos (Moreira, 1990, p. 195, fig. 19); Museu do Bombarral, machado e outros utensílios (Moreira, 1990, p. 195, fig. 20); Museu de São João de Alporão, Santarém, machado e outras ferramentas (Moreira, 1990, p. 195, fig. 22); no mesmo museu, machado, terra arada, arado ligado à canga, etc... (Moreira, 1990, p. 195, fig. 23); quatro no Convento de Cristo em Tomar, com machado e outros artefactos (Moreira, 1990, pp. 195, 196, 197, figs 24, 30, 34, 36).

Encontram-se igualmente no contexto medieval europeu, dos séculos XIII ao XVI, mais precisamente da cidade de Londres (Perkins, 1993, p. 57), paralelos para as representações de machados figurados nas estelas do Distrito de Beja. Defacto, o machado da estela da Messejana (ALJU.MESS-5) é idêntico a artefacto aí identificado como machado de lenhador. Machado da estela de Beja (BEJA.MJ-11) mostra semelhanças com machados de guerra. Contudo, não se poderá identificar aquela imagem unicamente como correspondente a machado de guerra pois poderá ter estado relacionado com outras funções e ocupações profissionais, como a de carpinteiro ou lenhador.

Machado identificado com o ofício de carpinteiro encontra-se figurado em estela de Moura (MOUR.MMAM-24), apresentando semelhanças com machado do Museu de Londres (Perkins, 1993, p. 17).

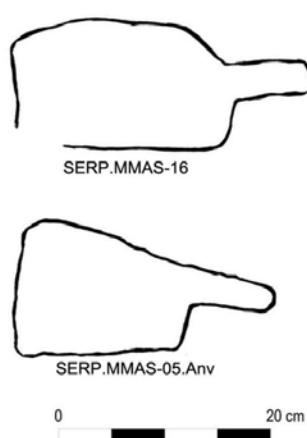


**Figura 90** – Machados medievais do Museu de Londres. A- Segunda metade do século XIII (b320), B- (a13787), C- (a13508), D- Machado de guerra, (a1940) (seg. J. B. Ward Perkins, 1993, pp. 56, 57, 64, 65).

#### V. 4.9 – Espadela ou maço, grama ou cutelo

Identificaram-se duas estelas como contendo possíveis representações de maço, uma a figuração de grama, ou graminho, e outra espadela ou cutelo. Todas estas figuras foram gravadas com sulcos mostrando secção em forma de V.

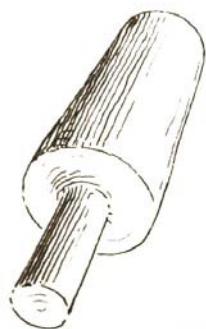
Os dois motivos referidos apresentam-se completos, embora uma estela de Serpa (SERP.MMAS-16) esteja destruída no reverso e a outra (SERP.MMAS-05) apresente motivo no reverso que, possivelmente, está relacionado com o significado do mencionado no anverso, pois pode figurar grama.



**Figura 91** – Espadelas ou maços em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

O processo da maçagem do linho passa pela utilização de maço, artefacto que pode corresponder aos identificados nas duas estelas. O linho antes de ser maçado é exposto ao sol até ficar bem aquecido, o que facilita a maçagem, a qual consiste em batê-lo com maço de madeira rija e pesada, cilíndrico, munido de cabo talhado na própria peça (Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p.43).

Uma das estelas oferece no reverso, conforme registámos, peça bifurcada que bem pode ser interpretada como grama para a maçagem de linho. A gramagem, mossagem ou estrigagem, tem sempre lugar após a maçagem do linho a maço, tratamento corrente no Sul do país mas praticamente desconhecido na restante área continental.



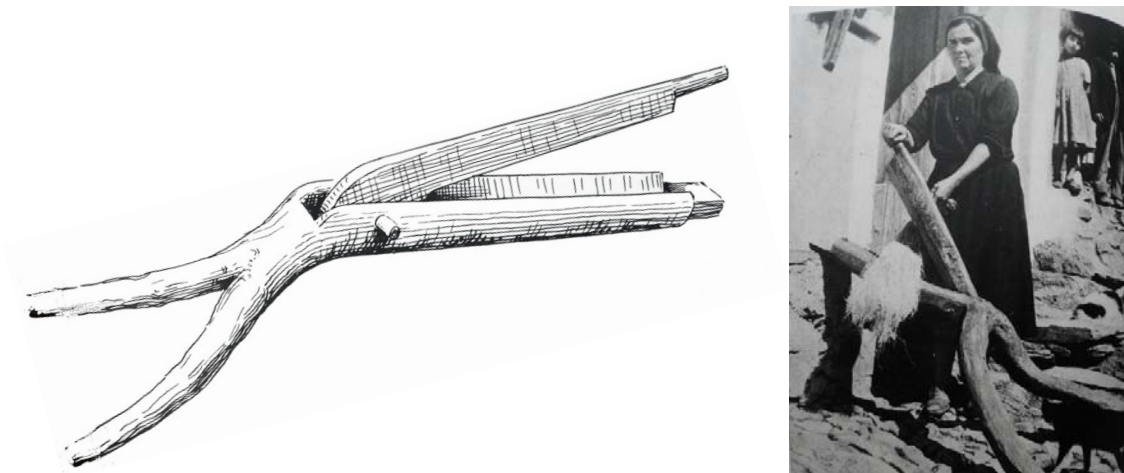
**Figura 92** – Maço e foto de mulher maçando (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p.43, figs 4 e 16).

A grama consta fundamentalmente de um sector de galho, geralmente de sobreiro ou azinheira, tosco e mal afeiçoado, com um rasgo em V aberto a todo o seu comprimento, onde joga uma peça com gume – o graminho –, articulada por uma das extremidades num dos topos do rasgo e com uma *mãoseira* na extremidade livre. Esse galho prolonga-se do lado da primeira daquelas extremidades por duas pernas bifurcadas, que fazem de pernas, e que, quando se trabalha com o aparelho, pousam no chão, enquanto a sua outra extremidade se apoia em qualquer suporte, a cerca de 60 cm de altura.

*“O graminho é manejado com a mão direita; a mão esquerda empunha a estriga do linho e pousa-a sobre o rasgo. Com o graminho dão-se sucessivas pancadas rápidas na estriga ao mesmo tempo que esta se vai puxando, voltando-se ora de um lado ora do outro, de modo a trilhá-la de lés a lés. Seguidamente baixa-se o graminho e mantem-se sobre pressão ao mesmo tempo que se puxa a estriga para que a sua passagem sobre as esquinas da grama e sob o gume do graminho a vá limpando das arestas e das fibras mais frágeis e curtas”* (Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p. 57).

Por vezes, como era o caso em Corte da Seda (Alcoutim), o trabalho era feito mediante remuneração, por um homem convocado para tal, que trazia a sua própria grama. Em várias regiões do Algarve este trabalho era realizado por homens vindos do Alentejo, com esse objectivo expresso.





**Figura 93** – À esquerda grama de Castelo Branco e, à direita, mulher a gramar linho (Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p.57, figs 17, 30).

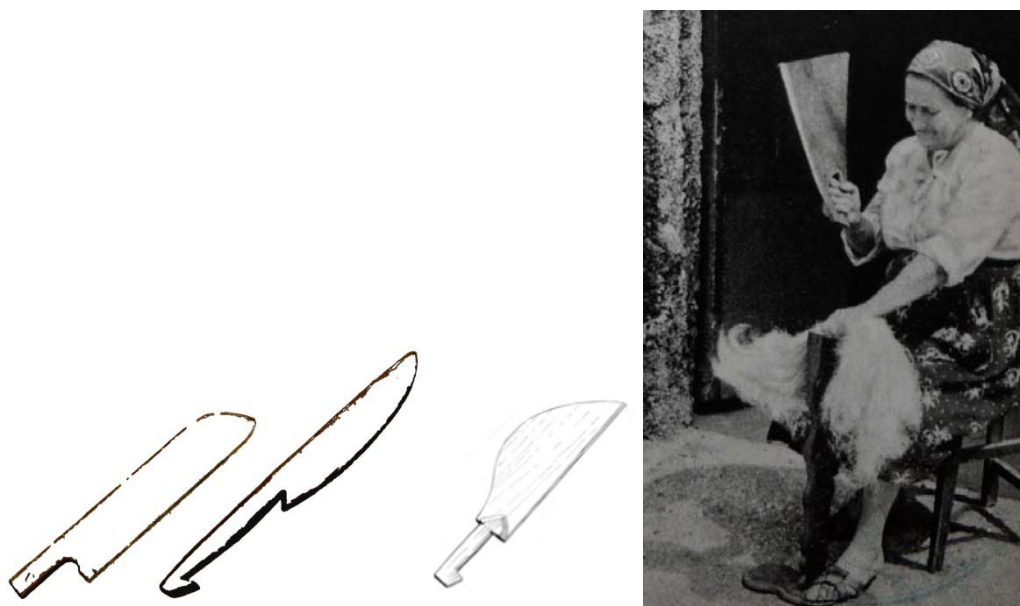
As imagens inicialmente interpretadas, embora com dúvidas, como maços, também podem corresponder a representações de espadelas, espadadas, tascôas ou estrigadelas. Estas ferramentas têm por objectivo libertar as fibras têxteis das palhas fragmentadas da parte lenhosa fracturada pelas operações da maçagem, engenho ou gramagem, e de certas fibras muito grosseiras.

*“A espadelagem é uma actividade quase que exclusivamente feminina, feita em muitos casos pelo sistema de trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos, revestindo-se por isso de aspectos festivos muito expressivos e característicos. Os instrumentos específicos usados nesta operação são a espadela e o espadeladouro. A espadela é uma espécie de cutelo de madeira, de variados formatos, conforme as regiões... no Sul do país, onde é geralmente designada por tasca ou tasquinha, aquele é feita de madeira, de sobreiro ou azinho, assemelha-se a facalhão alongado, espesso, com gume afiado de ambos os lados, e punho descoberto”* (Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, pp.58, 59).

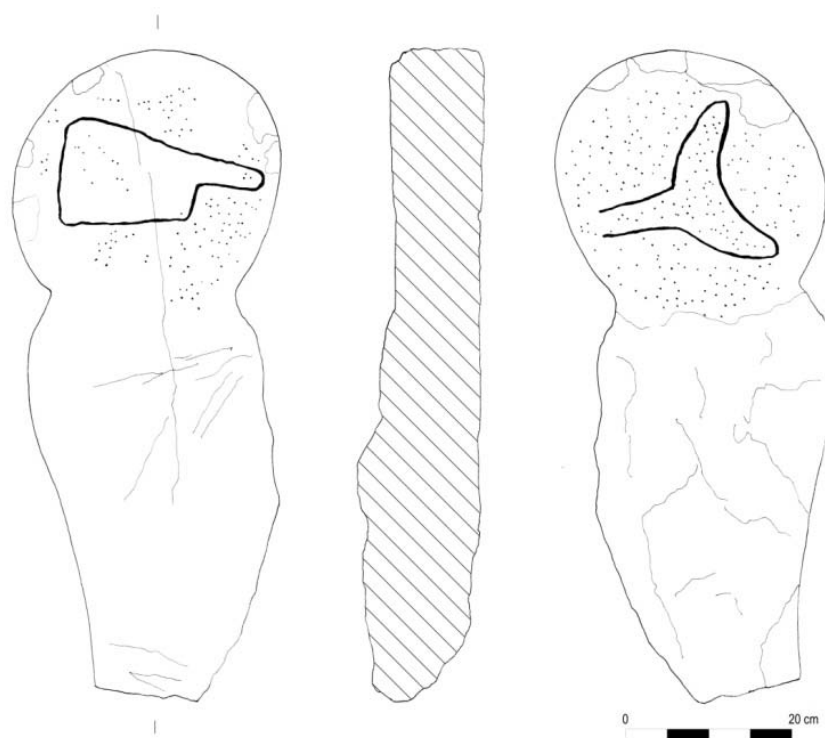
Por fim, não podemos deixar de colocar a hipótese de as imagens que temos vindo a mencionar, das duas estelas bejenses, possam reproduzir cutelos. Esta ambiguidade deve-se à falta de pormenorização das imagens, com às semelhanças formais entre artefactos. Parece contrariar a presente tentativa de interpretação o facto de em uma das estelas o reverso mostrar possível grama (SERP.MMAS-05), sendo relacionável com o anverso e, portanto, com a imagem interpretada como espadela.

Recordemos que o cutelo de talhante é bastante frequente na iconografia

medieval, como se pode observar em iluminuras dos séculos XIV e XV.



**Figura 94** – Espadelas de Estremoz, Elvas e Oleiros. Foto de mulher a espadelar, Rio Mau (Vila Nova de Famalicão) (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1978, p.58, figs 18, 39).



**Figura 95** – Estela funerária medieval de Serpa (SERP.MMAS-05) (des. José D. Malveiro).



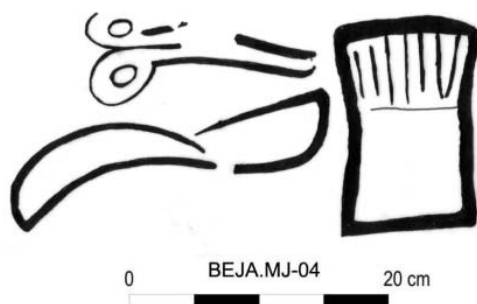
**Figura 96** – Iluminura representando talhante, dos finais do século XV (retirado dia 05-11-2012; <http://www.superstock.co.uk/stock-photos-images/1895-33565>)



**Figura 97** – Iluminura do século XIV, talho de carne de porco (seg. M. W. Adamson, 2004, p. 110).

#### V. 4.10 - Navalha, pincel, tesoura e bacia de barbeiro

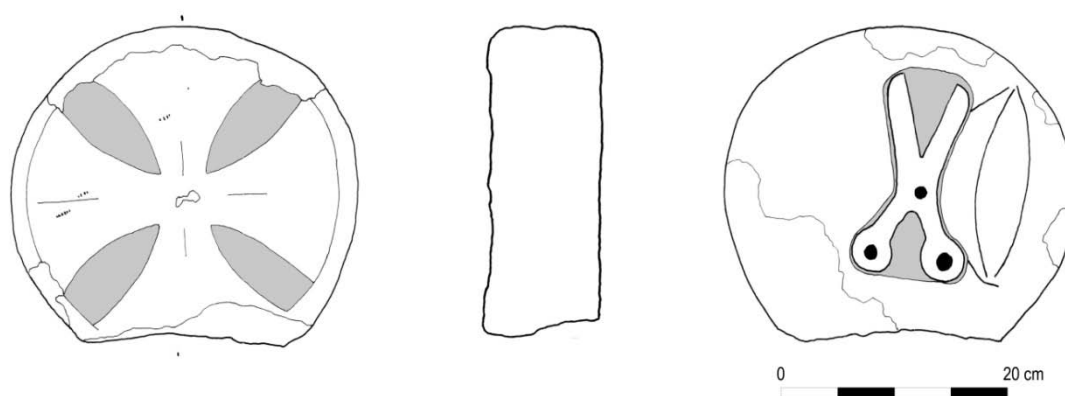
Identificou-se associado a tesoura de argolas circulares, navalha e pincel de barbeiro, em estela de Beja (BEJA.MJ-04). Em termos representacionais, estes motivos encontram-se incisos e aparentemente organizados.



**Figura 98** – Motivos em estela medieval de Beja, relacionados com o ofício de barbeiro (des. José D. Malveiro).

Não encontramos paralelos em estelas nacionais para a iconografia deste monumento, existindo um caso de Beja que J. Beza Moreira (1993, p. 684, nº 31) propõe figurar uma taça ou bacia de barbeiro.

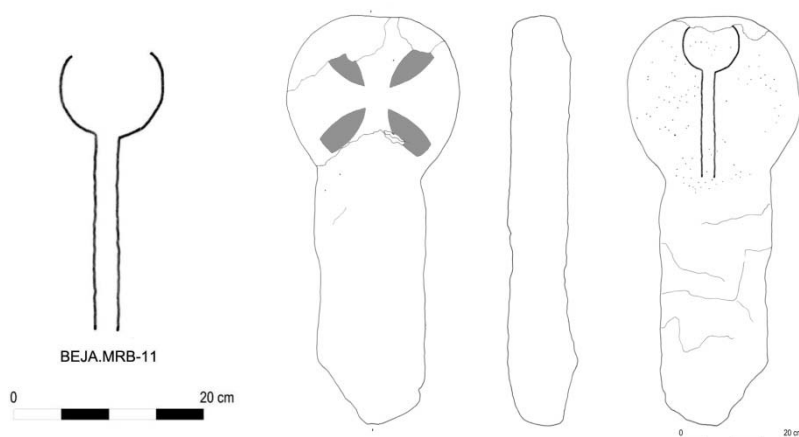
É clara a associação dos instrumentos relativos ao ofício de barbeiro, na estela de Beja.



**Figura 99** – Estela de Beja (BEJA.MRB-40), com tesoura e seg. J. Beza Moreira, 1993, p. 684, com possível taça ou bacia de barbeiro, embora possa figurar nele um molde (des. José D. Malveiro).

#### V. 4.11 - Pá de padeiro

Identificou-se representação de pá de padeiro, incisa, mas um pouco destruída na parte superior, em estela de Beja (BEJA.MRB-11).



**Figura 100** – Estela medieval de Beja (BEJA.MERB-11) (des. José D. Malveiro).

Artefacto afim foi interpretado por J. Beleza Moreira (1993, p. 684, nº 30), em estela de Marvão, como férula de mestre-escola e, por Abel Viana (1954, 27, Est. II, nº 10), como maçaneta de bombo. Se se tratar de férula, a sepultura seria de um professor ou mestre-escola. Não nos parece que um tocador de bombo fosse representado pela maçaneta, mas sim pelo instrumento (Moreira, 1993, p. 684).

A pá destinava-se a colocar o pão em massa no forno e a retirá-lo já cozido.

Jorge Dias dá a conhecer no levantamento etnográfico realizado em Vilarinho das Furnas, um tipo de pá de padeiro idêntico ao da estela de Beja (BEJA.MRB-11).

A nossa interpretação encontra paralelos em iluminuras medievais.

A importância do pão, como o principal alimento e por vezes único dos estratos economicamente débeis, concedia aos padeiros um papel crucial em qualquer comunidade medieval.



**Figura 101** – Padeiro medieval e aprendiz (Retirado dia 06/12/2012; [http://www.google.com/imgres?hl=pt-PT&sa=X&tbo=d&rls=com.microsoft:pt-PT:%7Breferrer:source%3F%7D&rlz=1I7ADFA\\_enPT456&biw=1280&bih=699&tbm=isch&tbnid=z\\_LBLVmd6Fm-GM:](http://www.google.com/imgres?hl=pt-PT&sa=X&tbo=d&rls=com.microsoft:pt-PT:%7Breferrer:source%3F%7D&rlz=1I7ADFA_enPT456&biw=1280&bih=699&tbm=isch&tbnid=z_LBLVmd6Fm-GM:) & imgrefurl= [http://iconosmedievales.blogspot.com/2010/10/el-pan-nuestro-de-cada-dia.html&docid=Gax\\_8ktjvLeQiM&imgurl=http://3.bp.blogspot.com/\\_WhfejM\\_RlbM/TLQJZ6BNKhI/AAAAAAAAAkU/j5dx0gNHIMI/s1600/pan-adero%252Bmedieval.jpg&w=1600&h=990&ei=HX\\_oUMufIsO7hAfLoYGYBQ&zoom=1&iact=rc&dur=108&sig=112562869420118254571&page=1&tbnh=141&tbnw=244&start=0&ndsp=28&ved=1t:429,r:1,s:0,i:91&tx=83&ty=9](http://iconosmedievales.blogspot.com/2010/10/el-pan-nuestro-de-cada-dia.html&docid=Gax_8ktjvLeQiM&imgurl=http://3.bp.blogspot.com/_WhfejM_RlbM/TLQJZ6BNKhI/AAAAAAAAAkU/j5dx0gNHIMI/s1600/pan-adero%252Bmedieval.jpg&w=1600&h=990&ei=HX_oUMufIsO7hAfLoYGYBQ&zoom=1&iact=rc&dur=108&sig=112562869420118254571&page=1&tbnh=141&tbnw=244&start=0&ndsp=28&ved=1t:429,r:1,s:0,i:91&tx=83&ty=9)).



**Figura 102** – Pá de padeiro de Vilarinho das Furnas (seg. J. Dias, 1983, p. 163, fig. 17).

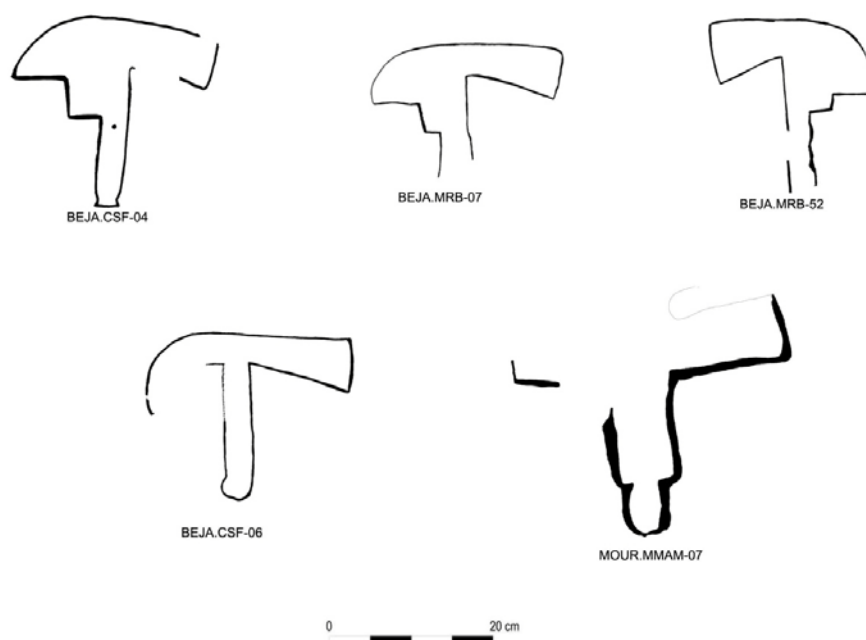
#### V. 4.12 - Podoas

Identificámos cinco representações de podoas, com dimensões e formas afins. Um exemplar em estela de Moura encontra-se incompleto (MOUR.MMAM-07), embora em estela de Beja (BEJA.CSF-04) esteja completa. Todas as figuras foram realizadas através de linhas incisadas, regularizadas e em alguns casos aprofundadas por abrasão.

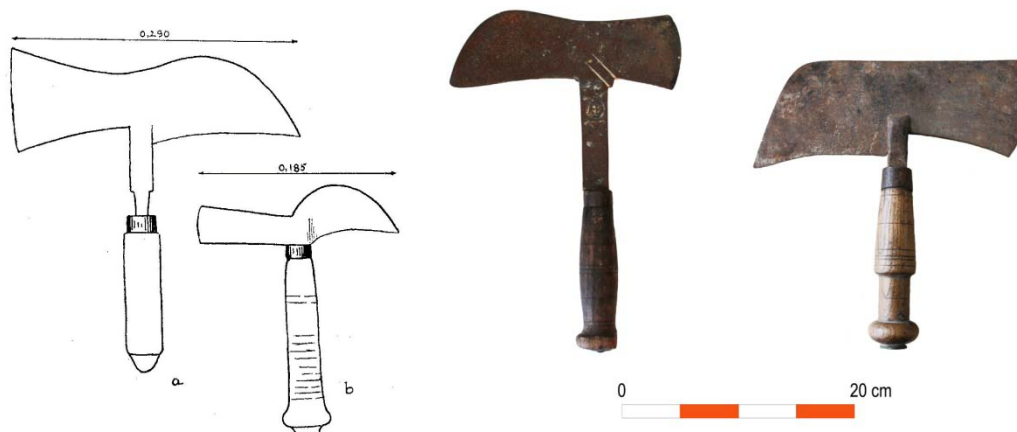
O tipo de podoas figurado, de cabo curto, apresenta diversas variantes, sendo denominadas de diversos modos (podão, cutelo, quitelo, trinchete, etc.). No manejo destes instrumentos é geralmente utilizada uma só mão.

As suas características encontram-se bem explícitas na seguinte passagem: “*Nas podas das vinhas, em certas áreas, como por exemplo na região central e no Alentejo, utilizam um tipo de foice de dupla lâmina, em forma de machada, dum lado, e encurvada e em bico, de gume quase direito, do outro.*” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, p. 266).

Em iluminura do “*Apocalipse do Lorvão*”, dos finais do século XII, identifica-se podoa em pleno trabalho na vinha.



**Figura 103** – Podoas patentes nas estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



**Figura 104** – Podoas ou Foices para a poda de vides – a)Estremoz; b) Borba (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, p. 266). Podões contemporâneos do Distrito de Beja (col. José D. Malveiro e M. V. Gomes).

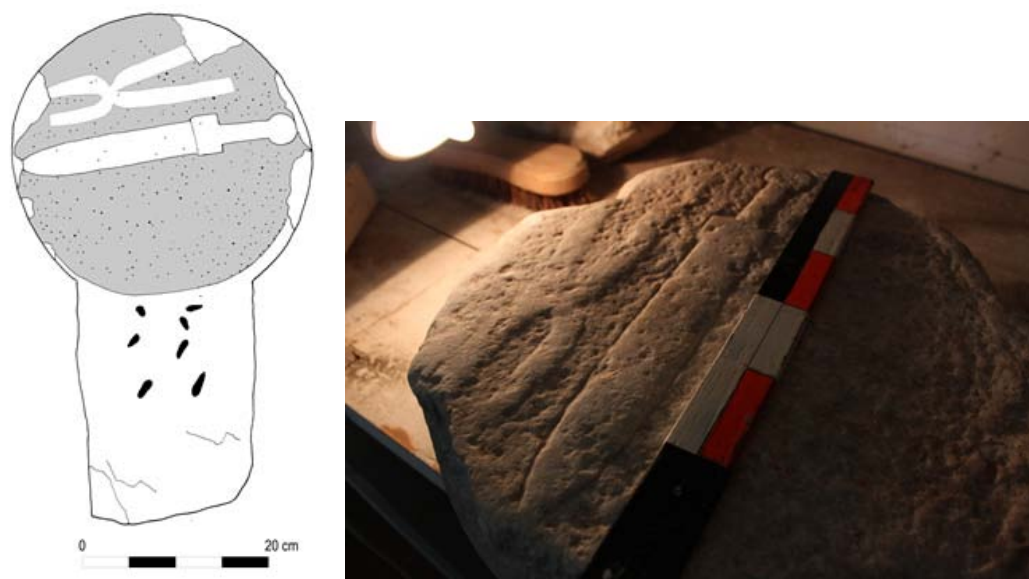


**Figura 105** – Folio 172v do “Apocalipse do Lorvão”, colheita, vindima e pisa das uvas (seg. Anne de Egly, 1972, p. 116, est. XIII).



#### V. 4.13 - Punhal ou espada curta

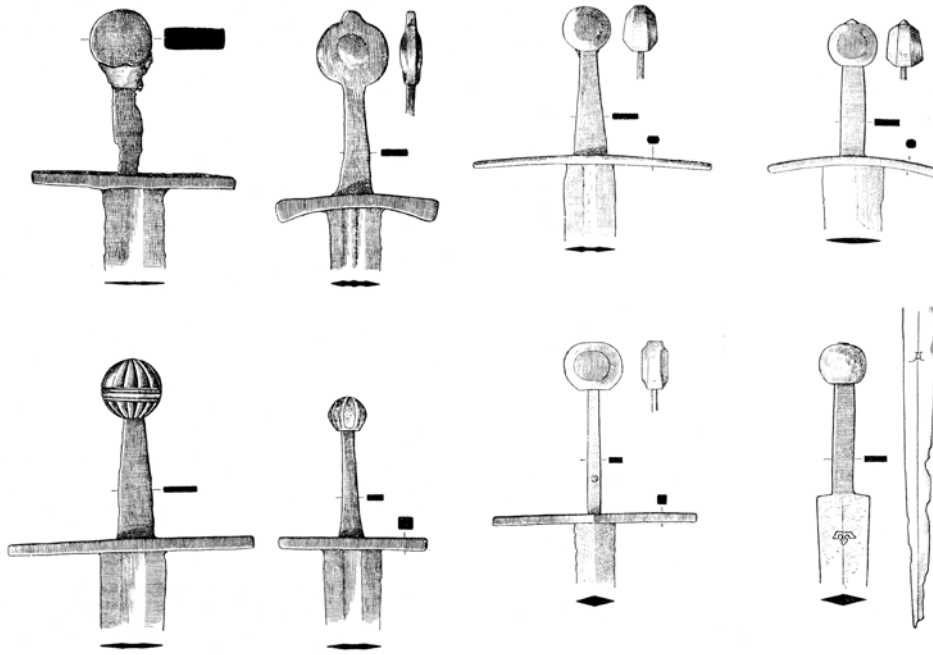
Registou-se representação de punhal ou espada curta em estela de Beja (BEJA.MRB-24). Este motivo encontra-se associado a alicate, artefacto anteriormente abordado. Em termos representacionais a arma encontra-se em relevo e delimitada por incisão, apresentando empunhadura com pomo circular, guarda rectangular e extremidade do gume afilada.



**Figura 106** - Estela de Beja (BEJA.MRB-24) (fot. e des. José D. Malveiro).

O punhal ou espada curta mostra a particularidade do pomo ser circular, atributo que se observa em espadas e punhais medievais europeus e designadamente dos séculos XIV e XV, provenientes da cidade de Londres (Perkins, 1993, pp. 34, 35).

Da alcáçova de Santarém é proveniente busto de D. Afonso Henriques com espada, curta e larga, com guardas rectas e pomo esférico, com datação tipológica dos séculos XII-XIII. Outra representação de espada é a do Museu de Loulé, atribuída a D. Afonso V, cuja espada é longa e extremamente larga, possuindo extremidade apontada, guardas ligeiramente encurvadas, terminando a empunhadura em pomo facetado, com forma ovóide ou subesférica (Gomes e Serra, 2001-02, pp. 151, 152).



**Figura 107** – Empunhaduras com pomos circulares, de espadas medievais encontradas na cidade de Londres (seg. J. B. Ward Perkins, 1993, pp. 34, 35, figs 4, 5).



**Figura 108** – Punhais medievais, com pomo circular, encontrados na cidade de Londres (seg. J. B. Ward Perkins, 1993, pp. 34, 35, figs 4, 5).

#### V. 4.14 - Relhas

Classificámos três artefactos como representações de relhas, com dimensões ligeiramente idênticas e formas iguais. Em termos representacionais as três peças foram figuradas através de linhas incisas.

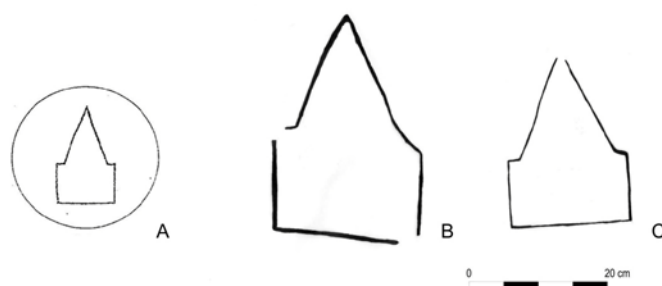
Este tipo de relhas de arados encontra-se devidamente identificado em Portugal por vários autores, nomeadamente por Jorge Dias (1948).

Por todo o Alentejo interior e Sotavento Algarvio, a relha de ferro é munida de alvado, onde entra a ponta do dente. O alvado por vezes mostra grande janela triangular. Informações recolhidas por volta de 1950, entre abegões idosos, conduzem a aceitarmos que a maioria das relhas a sul do Tejo eram fechadas, sem janela, assemelhando-se às relhas do interior das Beiras e de Trás-os-Montes. A extremidade tem, no geral, forma lanceolada e as dimensões das relhas são muito variáveis, indo de 35 cm a 60 cm (Serra de Serpa).

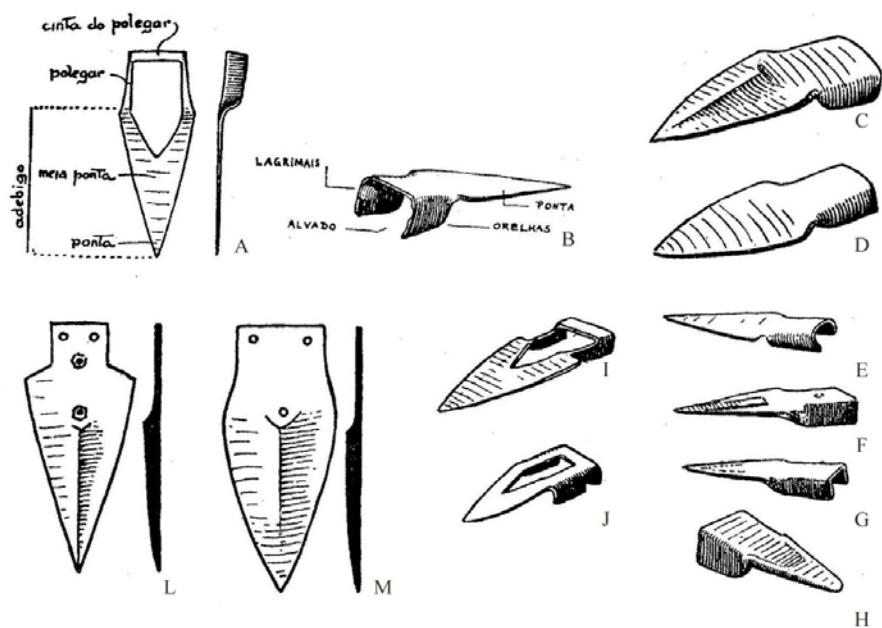
Existem paralelos para as relhas das estelas bejenses em outras estelas funerárias medievais, designadamente do Museu de Loures, com relha gravada (Moreira, 1990, p. 198, fig. 37) e do Museu Municipal Carlos Reis, de Torres Novas (Moreira, 2002, p. 763, est. 4).

As estelas funerárias com representações de relhas têm vindo a ser normalmente atribuídas à presença de agricultores. Contudo, não se poderá descartar a hipótese de estarem igualmente associadas não só à ocupação mas também a quem as faz ou com elas trabalhava, os ferreiros ou abegões, respectivamente.

A relha, tal como o arado era vista como um símbolo de fertilidade (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 80).



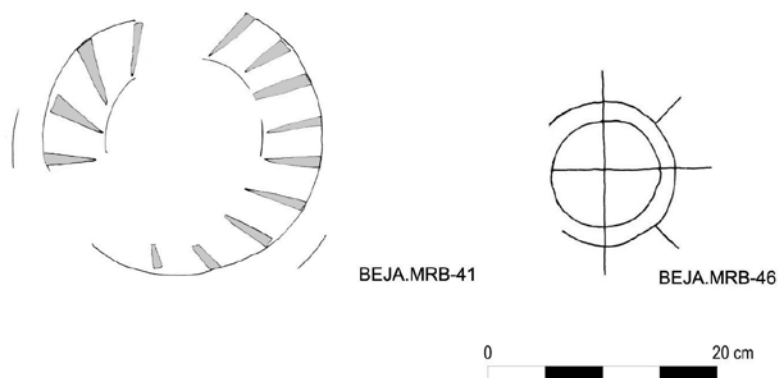
**Figura 109** – Relhas patentes nos monumentos medievais do Distrito de Beja. A- BEJA.MM-1 (seg. J. B. Moreira, 1993, pp. 686, 687); B- BEJA.MJ-17; C- BEJA.MJ-10 (des. José D. Malveiro).



**Figura 110** – Relhas de ferro. A- Mértola; B- Freixo de Espada à Cinta; C- Almada; D- Pombal; E- Tabuaço, Sendim; F- Vila Pouca de Aguiar; G- Valpaços, S. João de Curveira; H- Macedo de Cavaleiros; I- Aljustrel; J- Castro Marim; L- Vila Franca de Xira; M- Torres Vedras (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, pp. 157, 168, 184, figs 7, 20, 42).

#### V. 4.15 – Rodízio

Interpretámos como duas possíveis representações de rodízios ou rodetes, embora com dimensões e formas distintas, imagens gravadas em duas estelas de Beja (BEJA.MRB-41 e BEJA.MRB-46). Em um daqueles exemplares as palas do rodízio encontram-se em relevo.



**Figura 111** – Rodízios em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

O rodízio substituí o elemento principal do moinho de água, aquele que capta a energia e faz mover as mós. Trata-se de roda horizontal, à qual também se chama rodete, composta por conjunto de palas dispostas radialmente, as quais recebem a impulsão da água e faz as mós rodarem. A difusão deste tipo de engenho hidráulico, conhecido desde o Período Romano, foi muito rápida na Europa, devido à profusão e características dos cursos de água aí existentes.

Durante a Idade Média a posse de moinhos era essencialmente privilégio real ou dos senhores feudais, os quais cobravam impostos a quem os utilizasse. O aumento da cultura de cereais por parte de pequenas comunidades rurais, levou à crescente expansão principalmente dos moinhos de roda horizontal ou de rodízio. Estes sistemas hidráulicos são especificados nos forais outorgados por D. Afonso III e D. Dinis.

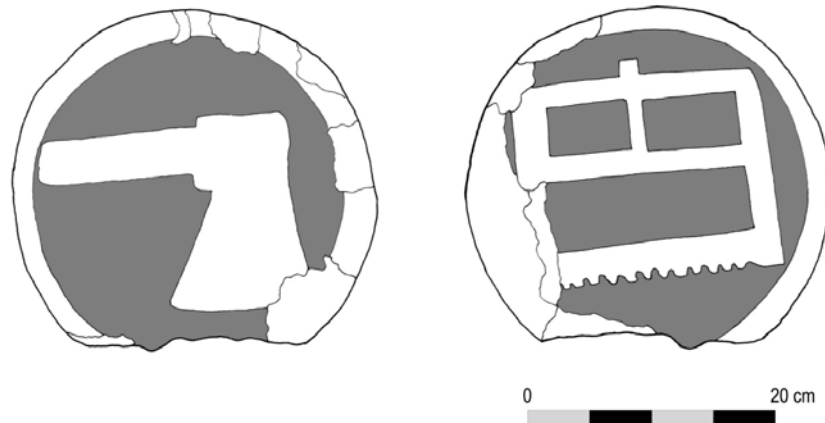
É patente no Museu de Loulé, feixo de abóbada com figuração do rei D. Afonso V, onde está figurado rodízio. Este foi reproduzido em moedas daquele reinado, pois foi usado como representação da divisa ou empresa do rei.

O rodízio espalhando gotas de água lá está bem explícito nos guiões que acompanham o rei nas tapeçarias da Colegiada de Pastrana, ilustrando a sua gloriosa campanha em África, nomeadamente a conquista de Arzila, por ele conduzida (1471) e a tomada de Tânger (Gomes e Serra, 2001-02, pp. 152, 153).

#### **V. 4.16 - Serra de carpinteiro**

Foi identificada representação de serra de carpinteiro, em relevo, contendo no seu anverso um machado, em estela de Moura (MOUR.MMAM-24).

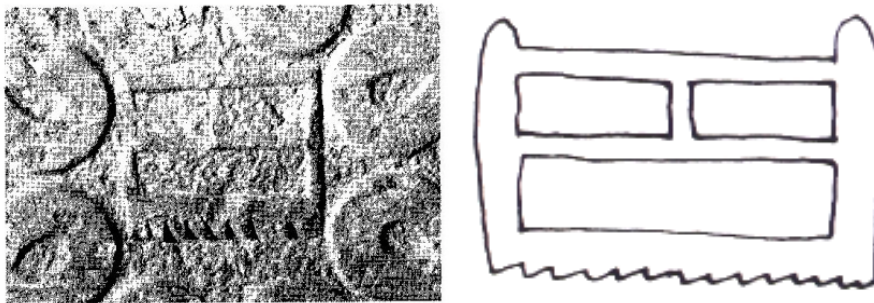
A serra de carpinteiro é formada por duas réguas de madeira de secção rectangular, *testos ou cabeceiras*, unidas ao centro por outra mais longa (*alfeizar*). Esta tem ao centro pequena ranhura rectangular onde encaixa uma travessa de madeira. Em dois dos topos existe entalhe, onde se prende corda (*cairo*), esticada e dobrada em duas voltas, torcidas sobre si e passando em volta do braço (*trabelho*), criando tensão. Nos topos opostos, os braços têm orifício transversal onde se fixa a folha da serra (Soeiro, 2003-2004, pp. 5-76).



**Figura 112** – Serra de carpinteiro e machado em estela medieval de Moura (MOUR.MMAM-24) (des. José D. Malveiro).

Aquele motivo encontra paralelos em estela de Torres Vedras, que além de conter a serra também oferece, na mesma face, pentalfa circunscrito por moldura (Moreira, 1982, p. 59).

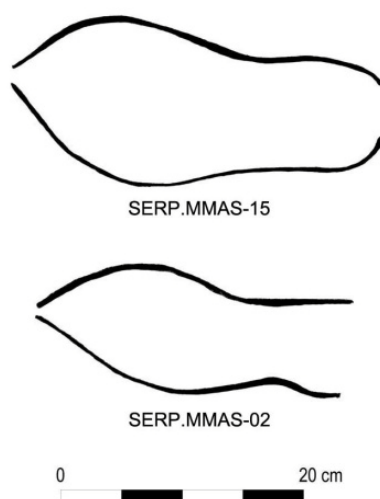
Outros dois monumentos da vizinha Espanha mostram, igualmente, serras de carpinteiro (Menchon, 1988, p. 66, fig. 20, nº 15; 2006, p. 365, fig. 10, PO24).



**Figura 113** – Serras patentes em estelas medievais espanholas (seg. J. Menchon, 1988, p. 66, fig. 20, nº 15; 2006, p. 365, fig. 10, PO24).

#### V. 4.17 – Solas ou formas de sapatos

Reconheceram-se nas estelas medievais do Distrito de Beja duas solas ou formas de sapatos, com dimensões e contornos distintos. Uma encontra-se quase completa (SERP.MMAS-15), estando outra destruída na zona correspondente ao calcanhar (SERP.MMAS-02).



**Figura 114** – Solas ou formas de sapateiro em estelas medievais de Serpa (des. José D. Malveiro).

Nenhuma das solas ou formas referidas se encontra associada a outros instrumentos de sapateiro. Em termos representacionais foram figuradas apenas através de linhas incisas, com secção em forma de V.

É frequente, nas estelas discóides, a presença de solas ou formas de sapateiro, mas em geral acompanhadas por outros instrumentos do ofício, como a tesoura, a faca, dedal, agulha e linha ou, até, botas. Estes motivos encontram-se em estelas espalhadas um pouco por todo o país.

Procede do Alandroal estela onde se exibem as representações de sola/forma e tesoura (Viana, 1949, p. 52). No Museu de Torres Vedras, no Castelo de Arronches, em Vila Viçosa e na Sé Patriarcal de Lisboa, encontram-se estelas que mostram sola ou forma de sapateiro, desprovidas de outros instrumentos. Sola ou forma, pode ver-se em estela do Museu Municipal do Bombarral. Estela com sola/forma, tesoura, botas e faca conserva-se no Museu Arqueológico do Carmo. Em São João das Lampas (Odrinhas) existe estela com dedal, agulha e linha (Moreira, 2006, p. 302; 1982-83, p. 487; 1982, pp. 10, 14, 38, 43; 1991, pp. 286-288).

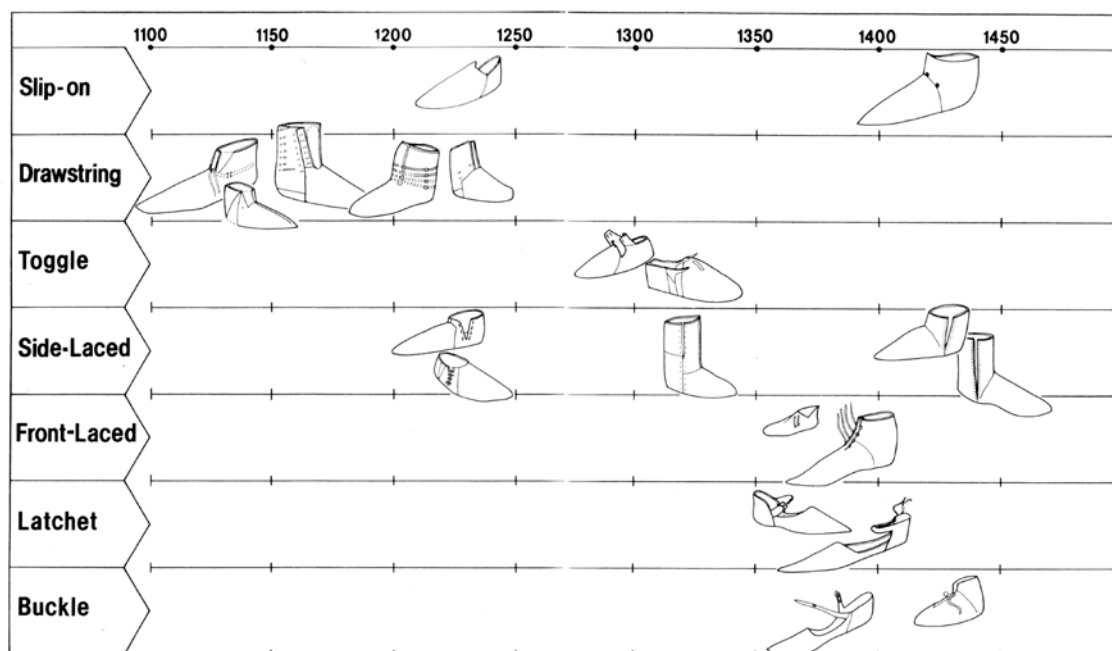
Provém da necrópole medieval anexa à Sé de Silves, estela pertencente a sapateiro, atribuída à segunda metade do século XIII, pelo numisma e fragmentos de cerâmica que acompanharam o enterramento, datação depois confirmada por datação absoluta (Gomes e Gomes, 2006, p. 314).

Importa referir que nos casos em que aparecem tesouras isoladas, elas devem denunciar a presença de alfaiates ou de barbeiros. No caso das estelas de sepulturas de sapateiros a tesoura encontra-se associada a sola/forma.

As representações de solas ou de formas de sapatos medievais, mostram que a partir da segunda metade do século XIV e durante a centúria seguinte, os sapatos ofereciam, em geral, sola com extremidade distal bem mais alongada e pontiaguda, divergindo da forma patente nas estelas de Serpa e confirmando-se a sua maior antiguidade (Grew e Neergaard, 1988, pp. 2, 3).



**Figura 115** – Sapatos medievais dos finais dos séculos XIV e XV (retirado dia 24-11-2012; <http://www.museumoflondonprints.com/search/keywords/shoes/page/1/view/12>).



**Figura 116** – Evolução cronológica e tipológica dos sapatos e botas encontradas em Londres, do século XII ao século XV (seg. Grew e Neergaard, 1988, pp. 2, 3).





**Figura 117** – Sapateiro medieval, identificando-se algumas solas, formas de sapateiro e faca do sapateiro (seg. Grew e Neergaard, 1988, capa).

#### **V. 4.18 - Tesouras**

Identificámos seis representações de tesouras, com dimensões e formas distintas. Apenas um exemplar se encontra completo (BEJA.MRB-40), havendo um outro que está muito incompleto, faltando-lhe os anéis de prensão e parte das lâminas (BEJA.MRB-31). Apenas um (BEJA.MJ-04) não se apresenta associado a outros elementos de ofício.

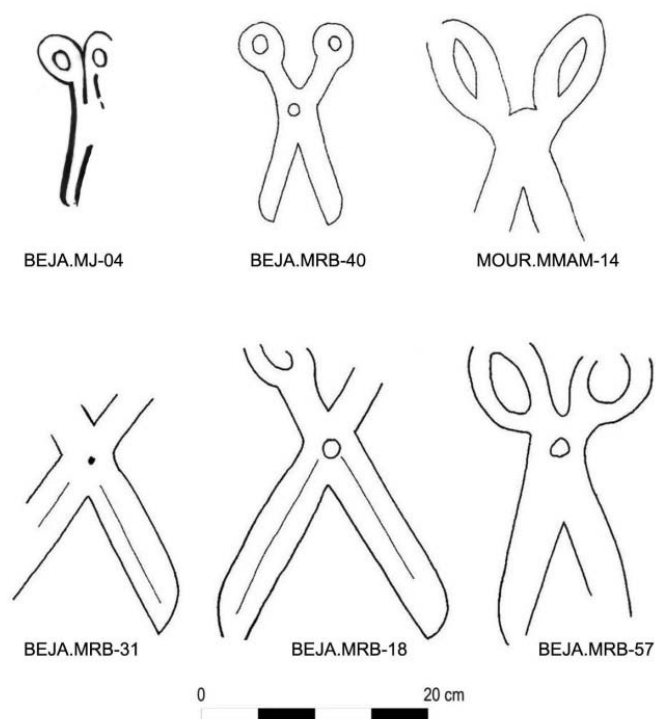
Em termos representacionais as tesouras além de estarem abertas, encontram-se orientadas de várias maneiras: com os anéis de prensão para cima (BEJA.MRB-31 e 18), com os anéis para baixo (BEJA.MRB-40 e 57) e na horizontal (BEJA.MJ-04 e MOUR.MMAM-14).

As tesouras coligidas apresentam características diferentes em relação aos anéis de prensão, que podem ser circulares (BEJA.MJ-04 e BEJA.MRB-40) ou ovais (MOUR.MMAM-14), existindo exemplar com ambas formas na mesma cidade

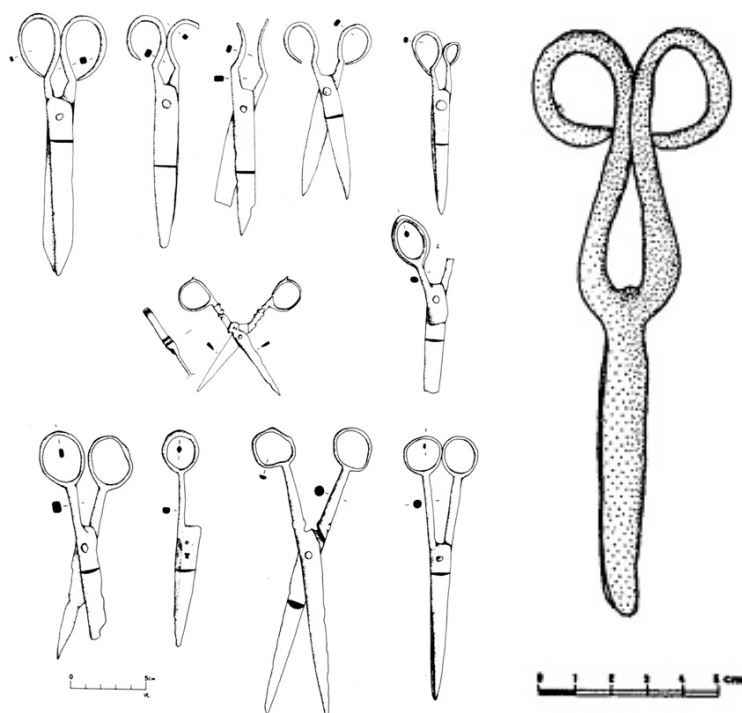
(BEJA.MRB-57). Apenas tesoura de estela de Beja (BEJA.MRB-31) não apresenta anéis de prensão, devido a fractura. Uma outra estela (BEJA.MRB-18) mostra apenas metade de um anel de prensão. Todavia, em termos representacionais estas duas tesouras são muito semelhantes, pois para além de estarem danificadas, identificam-se as nervuras delimitadoras das lâminas e, no anverso de ambas as estelas, apresentam a mesma forma de cruz. A orientação das tesouras é idêntica nos dois monólitos.

Uma das estelas (BEJA.MJ-04), apresenta mais dois motivos bem claros, uma navalha e um pincel de barbeiro. Outra estela (BEJA.MRB-40) exhibe tesoura com os anéis de prensão circulares e motivo inciso desconhecido.

As representações de tesouras, figuradas nos monumentos funerários do Distrito de Beja, com anéis fechados de forma ovalada ou circular, encontram paralelos em artefactos procedentes de contextos dos séculos XIII e XIV, designadamente do Sul de França (D'Archimbaud, 1980, pp. 461, 462). Também de contexto do século XIII, do Castelo de Paderne, provém um daqueles utensílios, de ferro, medindo 0,164 m de comprimento total, mas com argolas de prensão abertas (Catarino, 1994, p. 85).



**Figura 118** – Representações de tesouras em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



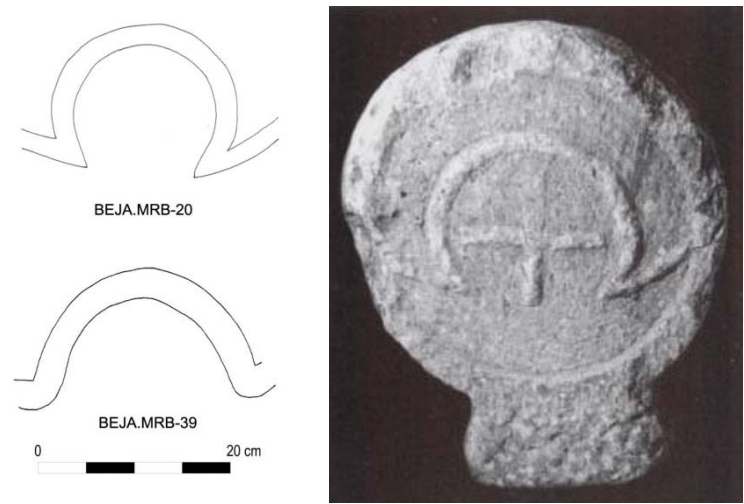
**Figura 119** – Tesouras de contextos dos séculos XIII e XIV, do Sul de França (seg. D´Archimbaud, 1980, pp. 461, 462). À direita tesoura do Castelo de Paderne, do século XIII (seg. Catarino, 1994, p. 80, fig.10.1).

## V. 5 - Motivos epigráficos

Identificaram-se sete motivos epigráficos, com dimensões idênticas e formas distintas. Quatro daqueles encontram-se em falso relevo (BEJA.MRB-19, BEJA.MRB-20, BEJA.MRB-39 e BEJA.MNA-01), enquanto os outros três (SERP.MMAS-07, BEJA.MRB-17 e 75) foram incisos ou gravados.

Reconheceram-se três representações da letra grega ómega ( $\Omega$ ), contendo cruz de braços iguais, ou grega, ao centro.

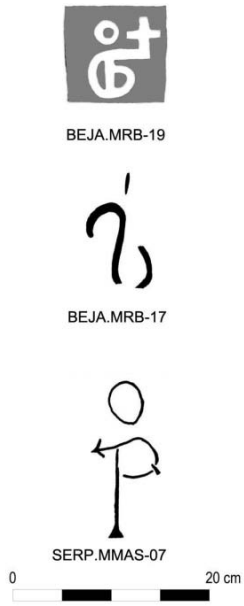
As letras alfa e ómega encontram-se, respectivamente, no princípio e no fim do alfabeto grego. Elas representam a chave do Universo, inteiramente encerrado entre dois extremos, o princípio e o fim. Talvez nas estelas bejenses a cruz substitua a letra alfa. No Novo Testamento, Deus é *alfa e ómega*, o princípio e o fim, o primeiro e o último (Chevalier e Gheerbrant, 1994, pp. 49, 50).



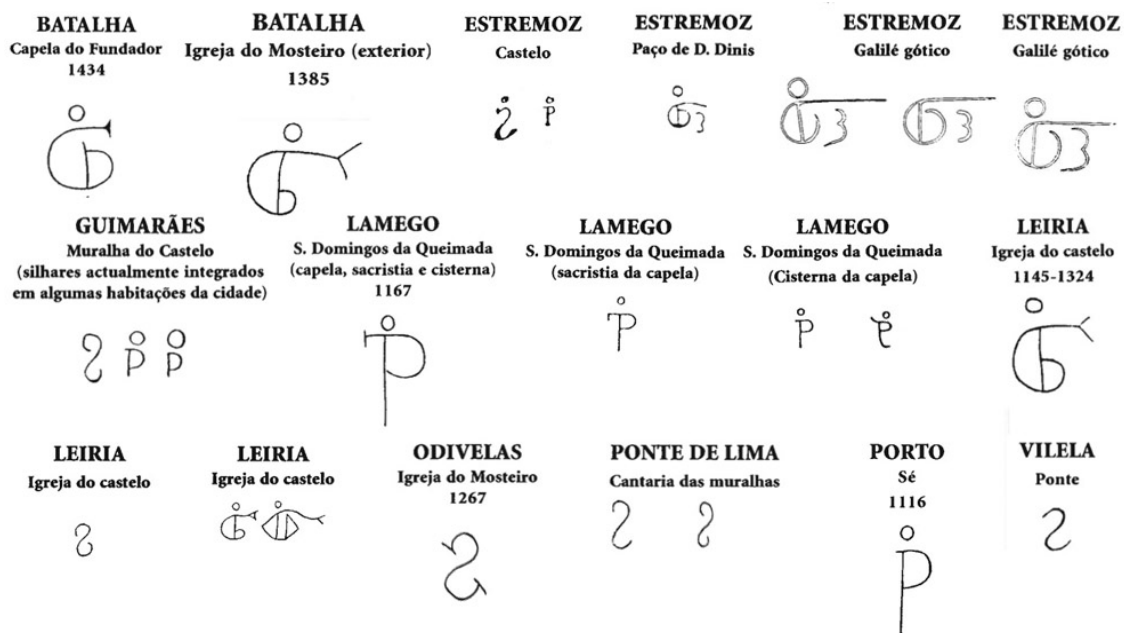
**Figura 120** – Representações da letra ómega em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro). BEJA.MRB-78 (foto seg. J. B. Moreira, 2006, p. 564, nº 29).

A letra P com pequeno círculo no topo, que observamos em monólito de Serpa (SERP.MMAS-07) representa, segundo J. M. Cordeiro, o antropónimo Pedro (1937, p. 69).

A letra S, invertida, que se observa em estela de Beja (BEJA.MRB-17) pode constituir inicial de antropónimo ou significado “sepultura” e tal como símbolo ou letra de outro exemplar (BEJA.MRB-19). Aquelas letras apresentam claros paralelos com siglas de canteiros portuguesas (Gandra, 2001, pp. 66 a 226).



**Figura 121** – Leteriformes em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



**Figura 122** – Siglas de canteiros medievais (seg. M. Gandra, 2001, pp. 72, 226).

Estela desaparecida mas procedente de Beja (BEJA.MRB-75), presumivelmente da igreja de São João Baptista e reutilizada no antigo matadouro da cidade oferece texto. Constituído por nove letras, das quais três são maiúsculas e as restantes seis são minúsculas.

A primeira letra capitular parece ser um T ou um J, seguido de um o minúsculo, de um m, lendo-se tanto Tom com Jom (Tomaz ou Joam).

A segunda letra maiúscula entende-se como A notando-se, o seu prolongamento e dando origem à letra l, seguida, ao que parece, das letras minúsculas, v, r, o, deduzindo-se que se trate do nome Álvaro.

A terceira letra maiúscula é um F seguida da letra minúscula a, prestando-se a inúmeras interpretações.



**Figura 123** – Epígrafe em estela medieval de (BEJA.MRB-75) (des. de Leonel Borrela).

## **V. 6 - Motivos heráldicos**

Registaram-se quatro representações de motivos heráldicos, concretamente três imagens de flores-de-lis e um escudo de contorno subtriangular, contendo cinco pontos.

Uma das flores-de-lis encontra-se isolada (BEJA.ISA-06), enquanto outra estela (BEJA.MRB-69) possui três flores-de-lis, dentro de moldura gravada. Estela de Serpa (SERP.CALV-24) possui cruz e, na parte superior, flor-de-lis, motivo também descrito por Abel Viana (1949, p.75). J. Beleza Moreira (1984, p. 337) interpretou a mesma figura com duas cabeças de pássaros com chama ao centro, e que não nos parece apropriado.

Em termos representacionais todas as figuras foram gravadas através de linhas incisivas, regularizadas por abrasão, embora um exemplar (SERP.CALV-24) se encontre em falso relevo.

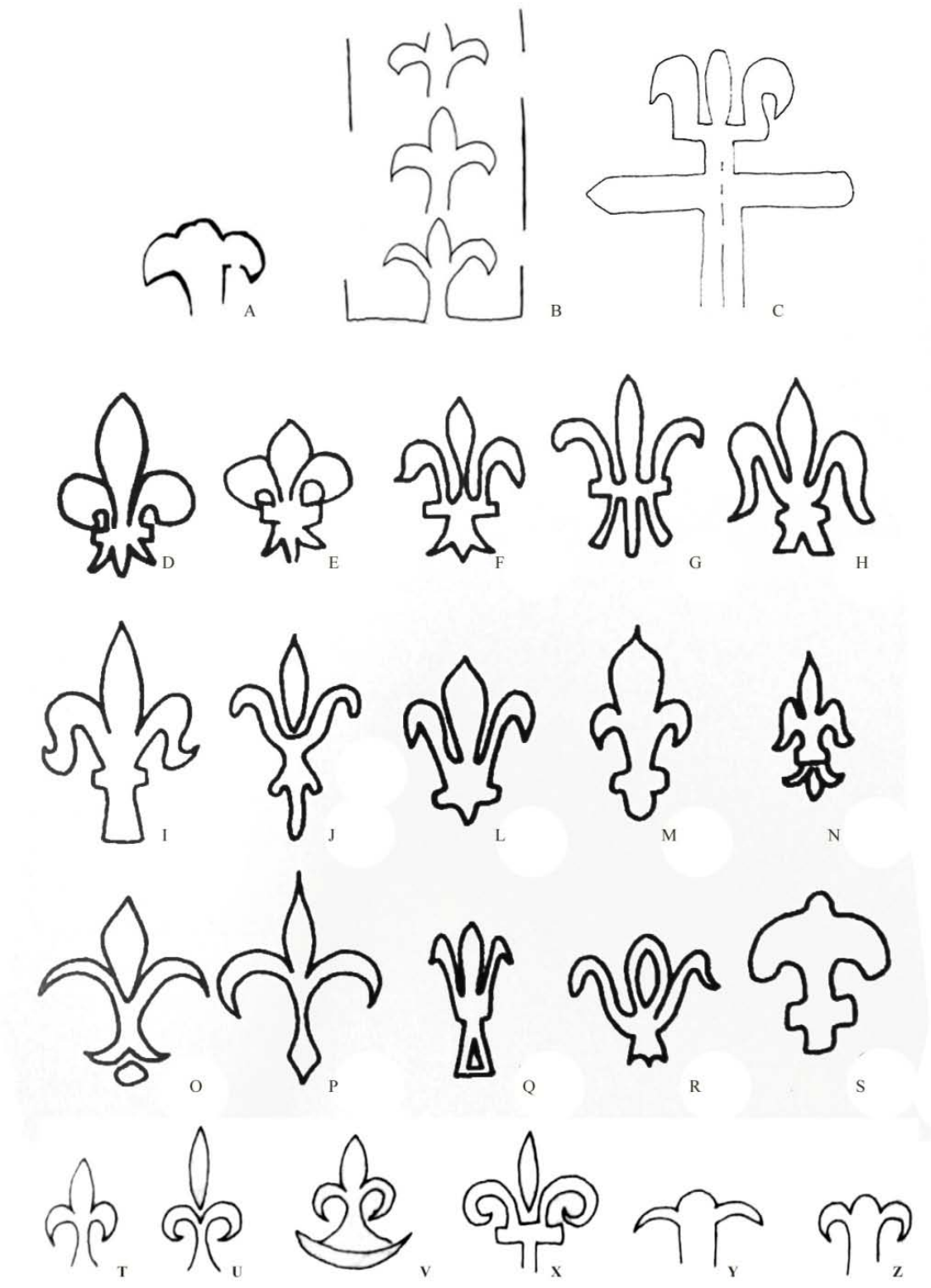
Existem paralelos para as flores-de-lis das estelas bejenses em outros monólitos funerários medievais, designadamente de Loulé (Gomes, 1996, pp. 6, 7), França (Aude, Alto-Garonne, Languedoc-Roussillon e Midi-Pyrénées) (Aussibal, 1994, pp. 495, 500, 501; Vialaret, 1990, pp. 75, 76), da Catalunha (Menchón, 1993, pp. 67; 1994, pp. 571) e de outros pontos da Península Ibérica. Alguns exemplares procedem do mosteiro

cisterciense de Las Huelgas, em Burgos, onde a flor-de-lis surge isolada ou em conjuntos integrados em escudo, com claro carácter heráldico, em monumentos atribuídos aos séculos XIII e XIV (Casa Martinez, Domènech e Menchón, 1994, pp. 197, 199, 208, 211).

*“A flor-de-lis branca é um antigo símbolo da pureza celeste, de inocência e de virgindade, mas também emblema de regeneração, de prosperidade e de poder, conforme era entendido no mundo greco-romano e, por isso, parece ter sido escolhida como elemento heráldico dos reis de França”* (Gomes, 1996, p. 9).

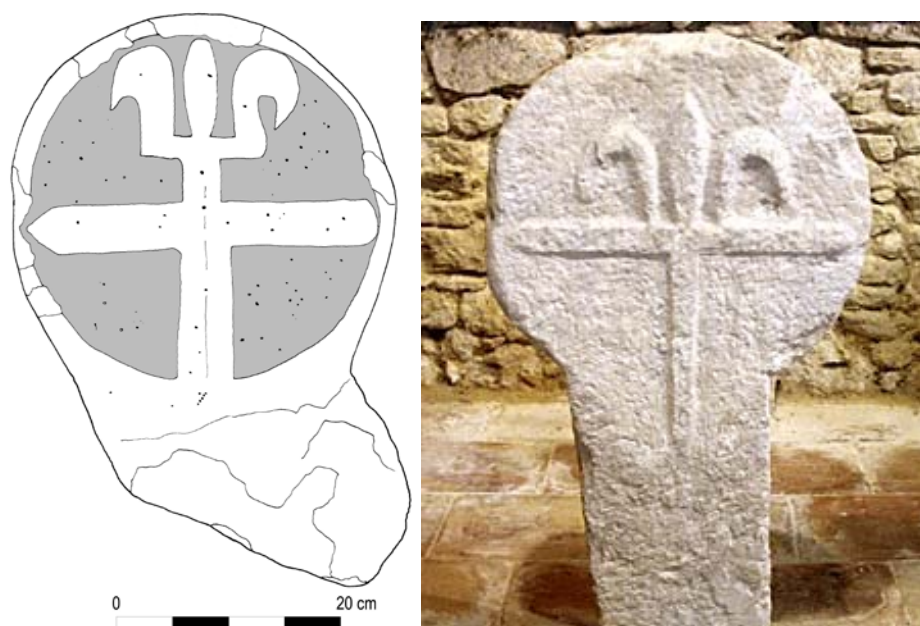
Símbolo feminino e do amor, por excelência, a flor-de-lis foi associada à Virgem Maria, surgindo, sobretudo na Europa e a partir do século XI, com a sua crescente devoção. São Luís, rei de França, colocou, em 1237, o seu reino sob a protecção de Nossa Senhora e, tanto com a influencia cluniacense, como cisterciense, desenvolveu-se a teologia marial e o culto à *Regina Coeli*, à qual todas as abadias eram dedicadas, sendo padroeira de muitos templos. Neste sentido, as estelas com imagens de flor-de-lis parecem querer mostrar a protecção dos defuntos por Maria (Aussibal, 1994, pp. 497-500).

*“Segundo alguns autores, a flor-de-lis simbolizaria, ainda, a unidade transcendental, onde a pétala maior e central representaria Cristo entre as duas outras que figurariam o Pai e o Espírito Santo”* (Gomes, 1996, p. 11).



**Figura 124** - Flores-de-lis das estelas medievais do Distrito de Beja, de Loulé e em estelas francesas. (A - C seg. J.D.Malveiro; D e E seg. M.V.Gomes, 1996, p. 10; F - S, seg. R. Aussibal, 1990, p. 500; T - Z, seg. J. Menchón, 1988, p. 67).





**Figura 125** – Estela de Serpa (SERP.CALV-24) (des. José D. Malveiro) e de Mont Ferrand, França (retirado dia 25-11-2012; <http://sgdelestaing.pagesperso-orange.fr/Francais/StelesMontferrand.htm>).

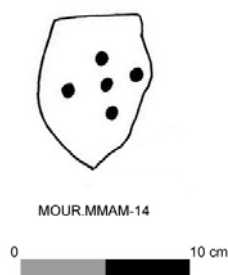
Estela de Serpa com cruz e flor-de-lis (SERP.CALV-24), encontra paralelos em monólito discóide de Montferrand, Baraigne (Languedoc – Roussillon, França).

Como se observa em estela de Moura (MOUR.MMAM-14), escudo armoriado, de contorno subtriangular e contendo no seu interior cinco pontos gravado, foi sobreposto a uma tesoura, talvez devido a reutilização do monumento.

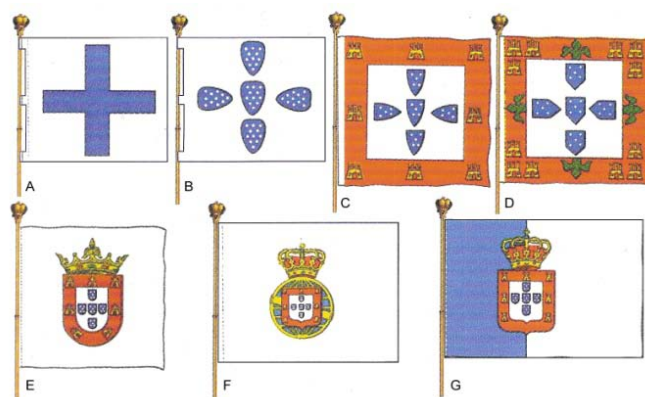
Segundo José Mattoso (1995, pp. 199, 200), aquele motivo heráldico inspirado no escudo pessoal ou no pavês do rei, invoca os seus feitos guerreiros. *“De facto, o uso das armas régias torna-se corrente a partir da década de 1190 nos sinais de validação, nos selos e nas moedas...O escudo com cinco escudetes em cruz, carregados de numerosos «besantes», que depois se estilizaram em onze e, em seguida em cinco, e resultante ele próprio, segundo uma hipótese verosímil da estilização do pavês de Afonso Henriques guardado em Santa Cruz de Coimbra, e decorado por um número maior de escudetes tinha um significado fortemente militar. É provável que, para os contemporâneos, a colocação dos escudetes em cruz sugerisse a formação ordenada do exército e, por conseguinte, a participação dos chefes e dos cavaleiros, ao mesmo tempo que apontava o motivo religioso impulsionador da luta contra os Mouros. Foi usado mesmo por um rei tão pouco interessado em feitos militares como Afonso II.*

*Manteve-se para sempre como o do Reino. Só foi alterado por Afonso III, que lhe acrescentou como «diferença» a bordadura de castelos, em número variável, entre onze e oito (...) não sabemos até que ponto poderia estar presente no espírito de alguns portugueses dos séculos XIII e XIV, convém, por outro lado, não esquecer que se trata aqui das armas do rei (...) Todavia, a sua difusão por toda a parte prepara o caminho para a projecção do símbolo do rei sobre a própria Nação.» (Mattoso, 1995, pp. 199, 200).*

Através da mudança iconográfica da bandeira nacional, é de notar a frequência dos cinco escudos, menos na mais antiga que patenteava onze pontos no seu interior, sendo usada de D. Sancho I a D. Afonso III, ou seja nos séculos XII e XIII. Nas bandeiras seguintes observam-se os cinco escudos, mas só com cinco pontos no seu interior, como se reconhece no escudete da estela de Moura. O mesmo escudo está patente nas bandeiras desde o século XIII ao século XV e até à bandeira que ainda hoje constitui símbolo da nação portuguesa.



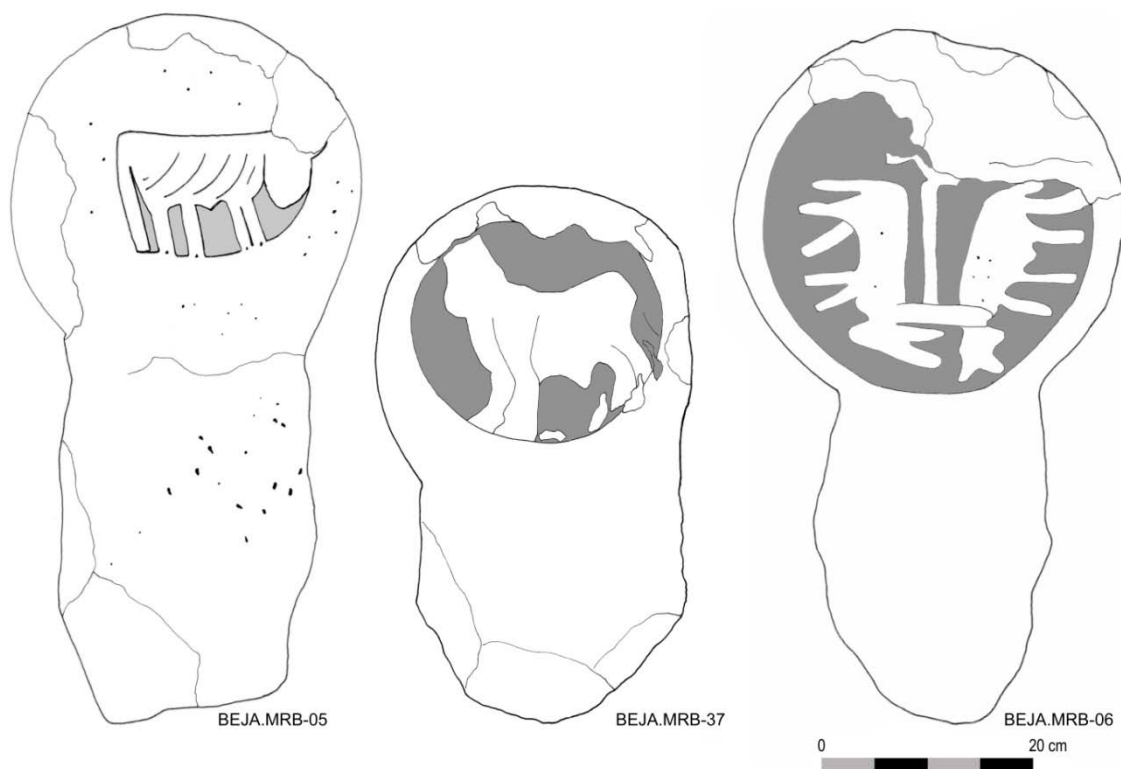
**Figura 126** – Escudo em estela medieval de Moura (des. José D. Malveiro).



**Figura 127** – Bandeiras nacionais usadas durante a monarquia. A- De D. Afonso I a D. Sancho I; B- De D. Sancho I a D. Afonso III; C- De D. Afonso III a D. João I; D- De D. João I a D. João II; E- De D. João II a D. João VI; F- De D. João VI a 1830; G- De D. Pedro IV a 1910 (seg. M. Sousa, 2003, p. 15).

## V. 7 - Motivos zoomórficos

Foram identificadas três estelas medievais com representações de animais todas procedentes da cidade de Beja. As suas dimensões são quase idênticas mas oferecem formas distintas. Em dois monumentos (BEJA.MRB-05; BEJA.MRB-37) observam-se duas representações de bovídeos e em outra (BEJA.MRB-06) dois animais aparelhados, talvez um bovídeo e um muar.



**Figura 128** – Estelas medievais com motivos zoomórficos do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

Uma estela (BEJA.MRB-05) apresenta-se completa, embora um pouco danificada na decoração. Possui, em baixo relevo e gravado, bovídeo, visto de lado, de pé e dirigido para o lado direito do observador, com cauda comprida e linhas curvas incisadas sobre o corpo. Observa-se a prega peniana, o que indica ser um boi e possui, nas extremidades dos membros, as unhas incisadas. A cabeça foi afectada por fractura mas observa-se o arranque de um dos cornos.

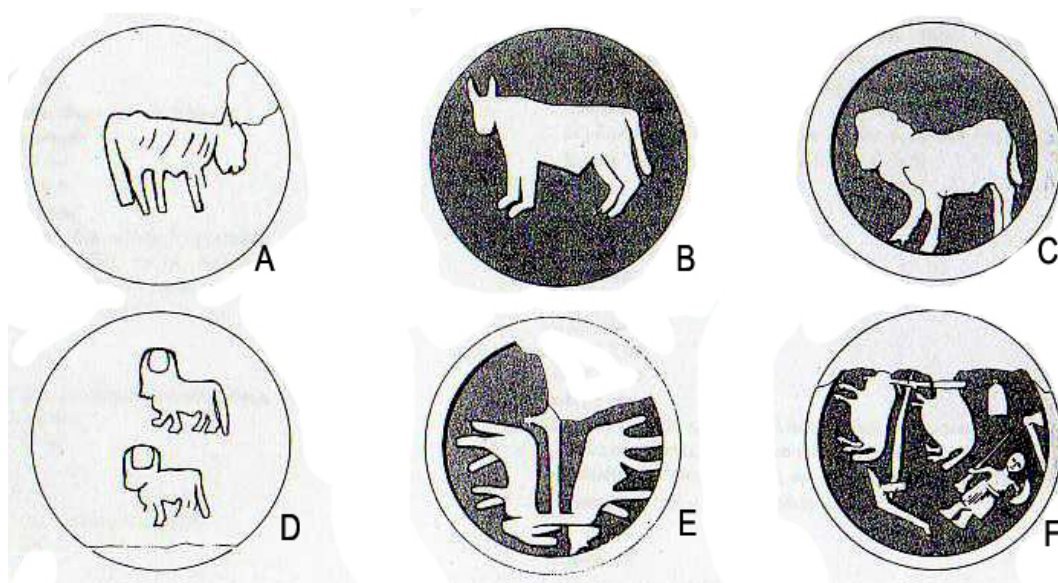
A segunda estela (BEJA.MRB-37) apresenta-se com representação de bovídeo, em relevo, mas algo destruída. O animal, do sexo masculino, dado as características

anatômicas, foi figurado de pé, em perspectiva e voltado para o lado esquerdo do observador. O pescoço é espesso e curto, e a garupa está alterada, observando-se, com alguma dificuldade, restos da cauda e o arranque dos cornos.

A terceira estela oferece parelha (BEJA.MRB-06) constituída por muar no lado esquerdo, unido por jugo a bovídeo, situado à direita do observador. A representação do muar é particularizada pelas longas orelhas direitas, orientadas para cima, enquanto o bovídeo mostra a armação baixa e apresenta prega peniana.

A parelha exhibe atrelagem, talvez para arado, e jugo assente no cachaço de ambos animais usados como força de tracção.

Encontram-se representações de gado bovino e muar, além das três estelas de Beja, em outras três que guardam os museus Municipal de Estremoz, Regional de Évora e Arqueológico de S. João de Alporão, em Santarém (Moreira, 1990, p. 192, figs 2, 4, 6).



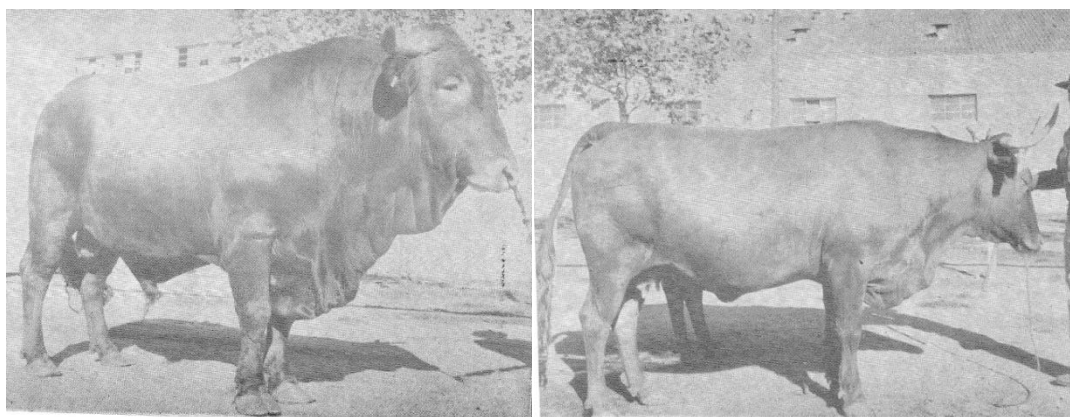
**Figura 129** – A, C e E - Estelas de Beja; D – Évora; F – Santarém; B - Estremoz (seg. J. B. Moreira, 1990, p. 192, figs 1, 2, 3, 4, 5, 6).

Observa-se também em pedra tumular, dos séculos XV-XVI, do Museu Lapidar de Tomar, arado puxado por junta de bovídeos, mas que não apresentam prega peniana, tratando-se, portanto, de parelha de vacas.



**Figura 130** – Pedra tumular do Museu Lapidar de Tomar, com junta de vacas (seg. Mattoso, 1993, p. 251)

Nem sempre são claros os elementos caracterizadores do sexo dos bovídeos em representações como as das estelas funerárias. O dimorfismo sexual, apesar das diferenças dimensionais, do pescoço curto e espesso ou de existência de prega peniana, muitas vezes não é claro.



**Figura 131** – Fotografias de bovídeos de raça Algarvia. À esquerda um boi e à direita uma vaca (seg. A. Rodrigues, 1981, p. 221).

Apesar da grande importância económica de criação de gado, designadamente de bovídeos são, conforme registamos, poucas as estelas que a ele aludem. Segundo Oliveira Marques (1997, pp. 97, 98): “A principal actividade económica e fonte de riqueza do País era a criação de gado, ligada à agricultura. Grande percentagem de terra consistia em pastagens. Bois e vacas surgem constantemente mencionados na

*documentação como símbolos de riqueza e de bem-estar.”*

## **V. 8 - Motivos antropomórficos**

Foi identificada representação de “*cabeça toscamente insculpida*” (Viana, 1955, p. 15) em estela de Beja. Aquela foi gravada, não está orientada em relação com a posição do disco e, no anverso, apresenta cruz, com as extremidades em flor-de-lis.

Não se conhecem paralelos para este motivo, embora se registem antropomorfos associados a instrumentos agrícolas, conforme acontece em estela do Museu Arqueológico de São João de Alporão (Santarém) (Moreira, 1990, p. 192), em exemplar do Convento de Cristo (Tomar) (Moreira, 2002, p. 761) ou em outro de Torres Vedras, com a representação de Jesus crucificado.

A imagem da estela bejense pode corresponder a máscara burlesca, mas também de carrasco ou algoz.



BEJA.FJ-02. Não tem dimensões

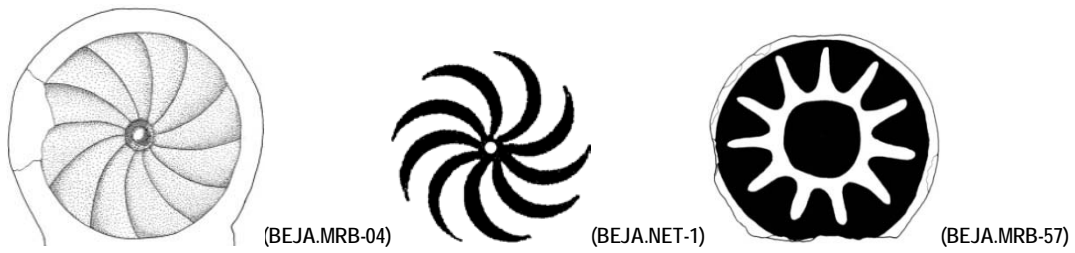
**Figura 132** – Máscara antropomórfica em estela medieval (seg. A. Viana, 1955, p. 15).

## **V.9 - Motivos soliformes**

Identificaram-se três motivos soliformes, todos em estelas de Beja, (BEJA.MRB-04; BEJA.NET-01; BEJA.MRB-57), dois deles em relevo e um inciso.

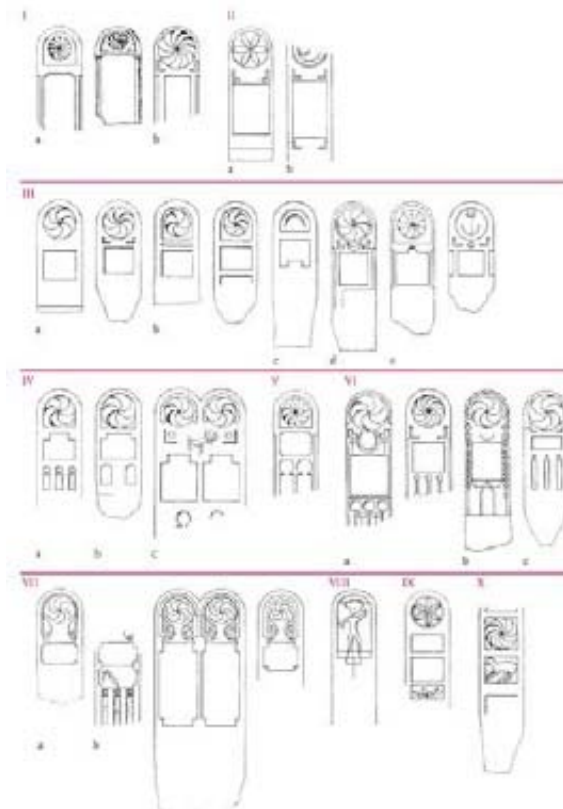
Aquela última mostra mais dois motivos na parte superior, um minguante e uma

estrela de seis pontas. Soliforme de estela de Beja (BEJA.MRB-75) possui, ao centro, Cruz de Cristo.



**Figura 133** – Motivos soliformes em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).

Os soliformes integram simbologia sócio-religiosa desde tempos pré e proto-históricos, fazendo parte nomeadamente de iconografia castreja, embora tenha sido durante o Período Romano que foram muito utilizados em estelas funerárias, onde encontramos motivos afins daqueles que coligimos nas estelas medievais do Distrito de Beja.



**Figura 134** – Estelas funerárias do Período Romano, de Bragança (Redentor, 2008, p. 229, fig. 2).

Defacto, parece ter havido continuidade em representar aquele motivo durante a Idade Média, como se verifica nas igrejas românicas do Norte de Portugal. Na Sé de Braga, datada ainda dos finais do século XI, observa-se, na porta lateral sul, dois tipos de motivos soliformes, um com seis raios e o outro com doze.



**Figura 135** – Sé de Braga, motivos soliformes (foto de José D. Malveiro).

*“Desde os primórdios civilizacionais que o Homem sentiu a sua dependência do ciclo de trevas e luz e sobretudo desta que ilumina o mundo e faz brotar a vida. O tempo de trevas, tempo de inacção e de repouso, foi percebido como o reino do sono e da morte. O curso total do dia transportava para essa ausência de luz a expectativa de que o Sol, desaparecido no horizonte, a Ocidente, quiçá mergulhado no mar, garantisse uma nova aurora, reaparecendo, no seu carro, para dar início a outro dia, a Oriente. Esse Oriente significava esperança de um ciclo confirmado e de que a ordem do mundo e da vida surgissem, diariamente. Essa luz, dimanada do Sol, constituindo um meio universal de representação, abre ao Homem a noção de espaço, ilumina o mundo e cria laços entre quem à luz vê e aquele que à luz é visto” (Fialho, Encarnação e Alvar, 2008, p. 5).*

## **V. 10 - Motivos indeterminados**

Onze motivos observados nas estelas medievais não foram claramente



identificadas, pelo que também não podemos abordar os seus significados. Contudo, apresentam-se algumas propostas interpretativas.

Estela de Mértola (MERT.CAM-02) apresenta decoração, gravada, idêntica nas duas faces, talvez rodízios ou soliformes.

Monólito de Beja (BEJA.MRB-29), um pouco destruído, mostra motivo inciso, cruzado, impossível de determinar. O mesmo acontece com elemento gravado em estela de Moura (MOUR.MMAM-08).

Monumento de Serpa (SERP.MMAS-12) contém imagem incisa que encontra parecenças com marca de canteiro existente na torre de menagem do Castelo de Beja ou, mesmo, com uma possível dobadoira.

Em outra estela de Moura (MOUR.MMAM-05), observa-se motivo quadrangular incompleto.

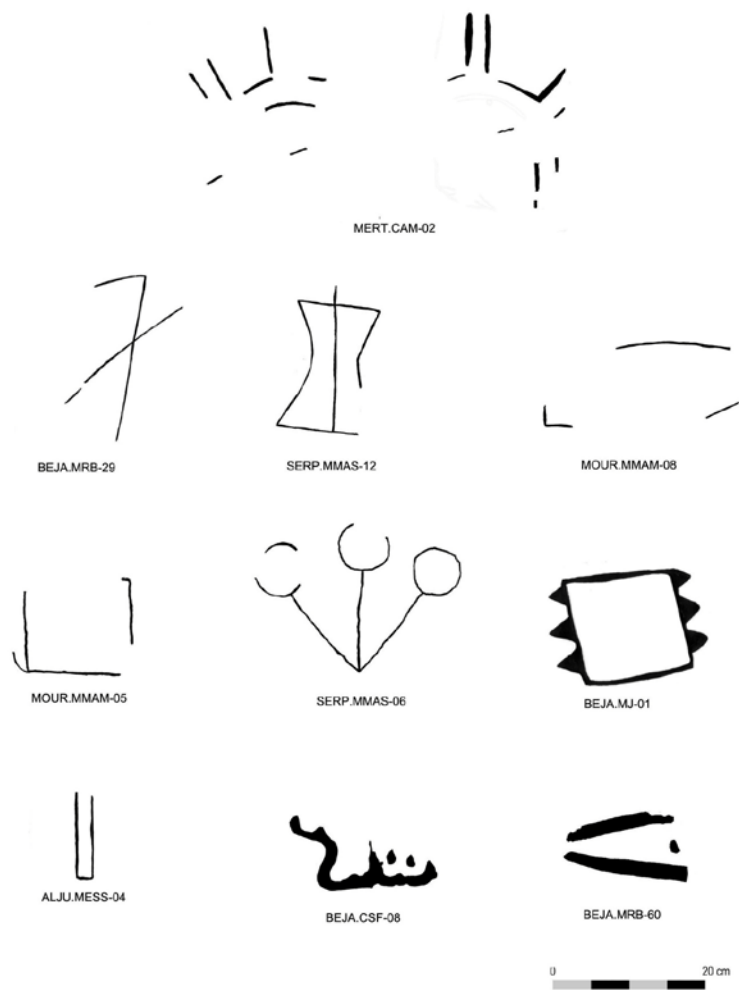
Em Serpa encontra-se estela (SERP-MMAS-06), contendo em uma das faces motivo constituído por três traços em leque em cujas extremidades estão círculos. Este motivo encontra paralelos em estelas medievais francesas e pode representar os três cravos de crucificação de Cristo.

Monumento de Beja (BEJA.MJ-01), mostraria, segundo Abel Viana, (1955, p. 16) um pano estirado em bastidor, relacionado com a tecelagem.

Possível cabo de instrumento indeterminado, machado, martelo etc., pode ser visto em estela da Messejana (ALJU.MESS-04).

Estela de Beja (BEJA.CSF-08), sugere inscrição islâmica ou pseudo-inscrição.

Também de Beja provém estela (BEJA.MRB-60), contendo motivo em parte destruído, mas formando desenho convergente podendo representar malho ou cunha de ferreiro, com paralelo em estela de Azoz (Espanha) (Frankowski, 1910, p. 67, fig. 20, nº 5).



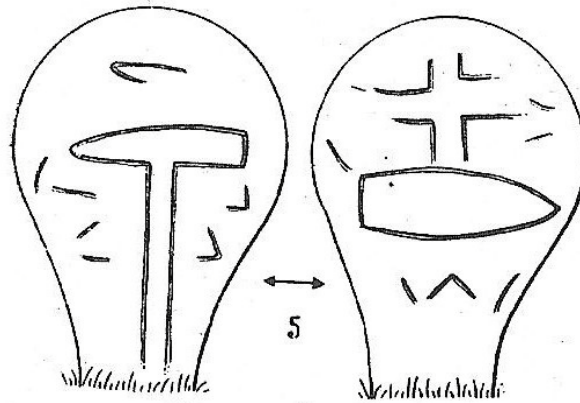
**Figura 136** – Motivos indeterminados em estelas medievais do Distrito de Beja (des. José D. Malveiro).



**Figura 137** – Marca de canteiro patente na Torre de Menagem do Castelo de Beja (fot. de José D. Malveiro).



**Figura 138** – Dobadoira, Porto (seg. Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, p. 116, fig. 56 B).



**Figura 139** – Estela de Azoz, Espanha (seg. E. Frankowski, 1910, p. 67, fig. 20, nº 5).



**Figura 140** – Estelas francesas de D’Airoux, Montferrand, e de St. Michel de Lanes. Com conjuntos de três elementos convergentes (retirado dia 25-11-2012; <http://sgdelestaing.pagesperso-orange.fr/Francais/StelesMontferrand.htm>).

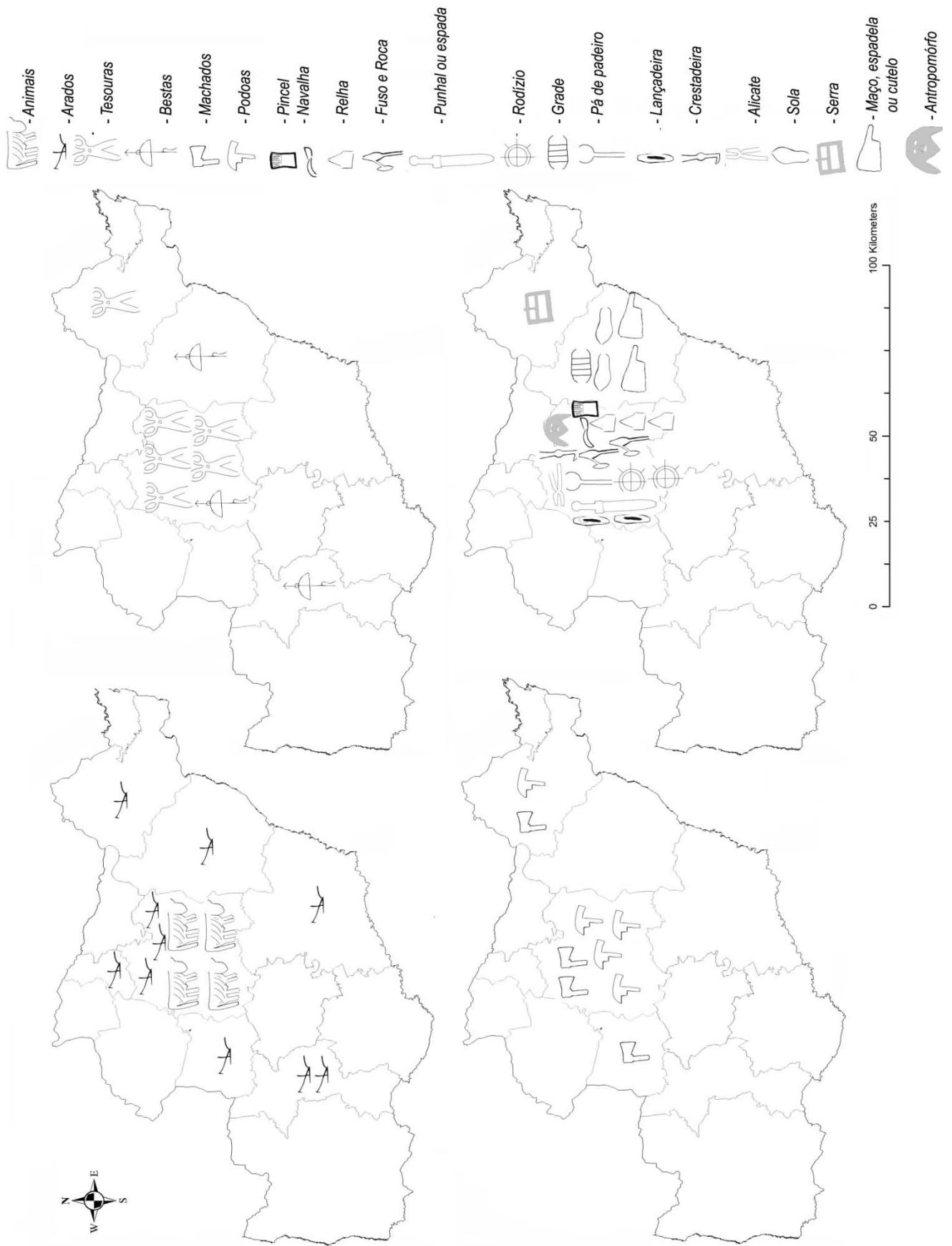


## VI – CONCLUSÕES

O presente trabalho conduziu às seguintes principais conclusões:

- As estelas medievais do Distrito de Beja concentram-se nos antigos grandes centros urbanos, nomeadamente Beja, onde surgiram em maior número. Podemos, mesmo, dizer que se trata sobretudo de um fenómeno urbano. Por outro lado, a presença daqueles monumentos relaciona-se com o poder económico daqueles a quem eram dedicados e das suas famílias, correspondendo principalmente a estratos sociais que habitavam os centros urbanos;
- A totalidade das estelas encontrava-se associada a templos urbanos. São excepções as estelas da Igreja de São Romão (Alvito), Igreja de Nossa Senhora da Visitação ou Nossa Senhora do Outeiro (Albergaria dos Fusos), Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Alfundão), Igreja de Santa Margarida (Peroguarda), Igreja Matriz de Vila Ruiva (Vila Ruiva) e Igreja de Santa Maria de Vilas Boas (Ferreira do Alentejo), uma vez que provêm de pequenas igrejas rurais;
- As rochas locais predominam no conjunto estudado, enquanto as rochas regionais provenientes de maior distância, mais de 20 km, escasseiam. A principal matéria-prima usada nas estelas medievais do Distrito de Beja foi o mármore, nomeadamente o da região São Brissos - Trigaches. Esta matéria-prima oferece melhor qualidade e aspecto estético, designadamente destaque, que as restantes rochas, o granito, o xisto e o calcário, também usadas;
- A forma mais utilizada nas estelas foi a discóide, sendo raro as rectangulares, aspecto que se deve, por certo, ao simbolismo daquela, não só de carácter antropomórfico, como solar. Não esqueçamos que aqueles monólitos deveriam representar os defuntos, mas também ligando-se à dimensão transcendente. A pedra erecta, a forma e os símbolos de profissão de fé e de ofícios, parecem comprovar o que referimos;
- A cruz de braços iguais, nas suas formas e dimensões variadas, designadamente na que é considerada a cruz templária, constitui o motivo mais recorrente da iconografia das estelas medievais estudadas;

- Registaram-se cerca de dezasseis ofícios ou ocupações, que abragem diversos estatutos sociais, expressados por simbologia que abrange largo espectro, desde a de carácter eclesiástico ou militar (besteiros), até às ocupações próprias de sectores menos abastados ou economicamente mais frágeis, como os pequenos artesãos. Todavia estas são em menor número, o que seria de esperar;
- Entre a simbologia registada importa relevar, dada a sua raridade, as estelas que apresentam ofícios que, por ora, não possuem paralelos, como as de Beja (BEJA.MRB-24, BEJA.MRB-21) e de Serpa (SERP.MMAS-05 e SERP.MMAS-16), correspondendo às ocupações profissionais relacionadas com a produção têxtil, a apicultura, a metalurgia do ferro ou a profissão de magarefe;
- As estelas encontravam-se em necrópoles *in ambitus murorum*, junto aos templos (*ecclesia*), de carácter urbano mas também rural;
- As sepulturas, com estelas ou sem elas, formavam junto aos templos o cemitério das localidades, integrado durante a Idade Média na sua topografia urbana “*Elas situavam-se ad impluvium, ou seja ritualmente dispostas sob as águas que corriam pelos telhados daquele templo, sob protecção do qual se encontravam, sendo portanto purificadas.*” (Gomes, 2006, p. 324).
- *Os pequenos cemitérios medievais eram espaços verdes e públicos, não raro plantados com árvores odoríferas e belas, como o loureiro e o cipreste ou, até árvores de fruta, simbolizando o renascimento e a imortalidade e, por isso, psicopompas*” (Gomes, 1996, p. 11). Isidoro de Sevilha (560-636) refere o teixo, como capaz de produzir “*sombra mortal para aqueles que nela dormem*”. Ciprestes e figueiras ainda hoje permanecem em locais que outrora eram cemitérios, verificando-se tal ocorrência no largo da Igreja de Salvador (Serpa) e no local onde foi o cemitério medieval de Garvão.
- A cronologia das estelas medievais do Distrito de Beja não permite atribuições diacrónicas finas. Todavia, podemos indicar que elas terão começado a ser utilizadas após a Reconquista (séculos XII-XIII) e previveram até ao século XV; não se excluindo a hipótese de haver ocorrências ulteriores;



**Figura 141** – Distribuição das ocupações profissionais registados nas estelas medievals do Distrito de Beja.





## BIBLIOGRAFIA

- ADAMSON, W. M. (2004) – *Food in Medieval Times*, Greenwood Press, London.
- ALMEIDA, P. C. A. F. de (1968) – *Vias Medievais, entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- ALARCÃO, J. de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- AUSSIBAL, R. (1990) – Nouvelles découverts de stèles en Languedoc – Roussillon et Midi-Pyrénées. *Signalisations de Sépultures et Stèles Discoidales, Ve - XIXe Siècles*, pp. 77-101, Centre d'Archéologie Médiévale du Languedoc, Carcassonne.
- AUSSIBAL, R. (1994) – Le symbolisme marial des stèles discoidales, *Actas del IV Congreso Internacional sobre la Estela Funeraria*, pp. 493-514, Sociedad de Estudios Vascos, Donostia.
- BRITO, J. P. de (coord.) (1996) – *O Voo do Arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.
- BORRÁS, F. X. S.; BES, J. M. (1994) – Técnicas de talla en las estelas funerárias de época medieval en Catalunya, *Cuadernos de Sección. Antropología – Etnografía* 10, pp. 515-536, Donostia.
- BORRELA, L. (1995) – Igreja de São João Baptista III, *Diário do Alentejo* (13 a 19 de Outubro de 1995), p. 24, Beja.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA (C.M.B), Divisão Sócio-Cultural (1987) – *Caracterização do Concelho de Beja*, Associação de Municípios do Distrito de Beja, Beja.
- CARDOSO, G.; LUNA, I. de (2006) – Novas cabeceiras de sepultura do concelho de Torres Vedras, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 423-478, Lisboa.
- CARDOSO, G. (2006) – Estelas do concelho de Cascais, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 571-595, Lisboa.

- CASA-MARTÍNEZ, C. DE LA; ESTEBAN, M. D.; MENCHON I BES, J. (1994) – Estelas medievales del monasterio cisterciense de Las Huelgas de Burgos, *Cuadernos de Sección. Antropología – Etnografía* 10, pp. 193-214, Donostia.
- CASA-MARTÍNEZ, C. DE LA; ESTEBAN, M. D (1993) – La estela funerária hispano cristiana, *Actas do V Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, pp. 445-461, Diputación Provincial de Soria, Soria.
- CASA-MARTINEZ, C. DE LA; ESTEBAN, M. D. (1983) – *Estelas Medievales de la Provincia de Soria*, Coleccion Temas Sorianos – nº 6, Casa e Doménech Publicaciones de la Excma. Diputacion Provincial de Soria, Soria.
- CATARINO, H. (1994) – O Castelo de Paderne (Albufeira). Resultados da primeira intervenção arqueológica, *Arqueologia Medieval*, nº 3, pp. 73-87.
- CORREIA, V. (1919) – *Monumentos e Esculturas Séculos III-XVI*, Imprensa Libano da Silva, Lisboa.
- CORREIA, V. (1918) – Cabeceiras de sepultura medievaes, *Terra Portuguesa*, nºs 25/26, pp. 20-24.
- COSTA, T. (1999) – *Estelas Discóides do Museu Arqueológico de Serpa*, FCSH–UNL, texto policopiado, Lisboa.
- CUNHA, C.; AMARO, C. (2006) – Castelo de Torres Vedras – Cabeceiras de sepultura medievais, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 253-266, Lisboa.
- CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. (1992) – *Dicionário dos Símbolos*, Teorema, Lisboa.
- D`ARCHIMBAUD, G. D. (1980) – *Les Fouilles de Rougiers (Var)*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- DIAS, J. (1982) – *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, Gráfica Maiadouro, Vila da Maia.
- DIAS, J. (1983) – *Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

- DUARTE, L. M. (1995) – A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média: Tentativa de síntese, *Revista da Faculdade de Letras – História*, IIª Série, vol. XII, pp. 75-111.
- ELIADE, M. (2004) – *Tratado de História das Religiões*, Edições ASA, Porto.
- ENCARNAÇÃO, J.; MOREIRA, J. B. (2006) – Cabeceiras de sepultura portuguesas epigrafadas, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 543-569, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, 2 vols, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.
- EGRY, A. (1972) – *O Apocalipse do Lorvão*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- FALCÃO, J. A. (2006) – *A a Z: Arte Sacra da Diocese de Beja*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja.
- FIALHO, M. C.; ENCARNAÇÃO, J.; ALVAR, J. (coord.) (2008) – *O Sol Grego-Romano*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Coimbra.
- FERREIRA, F. E. (2008) – Determinação da estatura com base no comprimento do calcâneo, *Arqueologia e História*, vols 56-57, pp. 111-113.
- FERNANDES, M. C. (2002) - A Ordem Militar de Santiago no século XIV, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- FRANKOWSKI, E. (1918) – As cabeceiras de sepultura e as suas transformações, *Terra Portuguesa*, n.ºs 25, 26, pp. 9-19.
- FRANKOWSKI, E. (1920) – *Estelas Discóides de la Península Ibérica*, Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Madrid.
- GANDRA, M. J. (2001) – Subsídio para o catálogo do *corpus* gliptográfico português, *Cadernos da Tradição*, n.º 2, pp. 15-227.
- GOMES, A. (1988) – *Moedas Portuguesas no Território Português, Antes da Fundação da Nacionalidade*, Associação Numismática Portuguesa, Lisboa.

- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2006) – Estelas discóides da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal). Contexto e cronologia, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 309-330, Lisboa.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; SANTOS, M. F. (1993) – O santuário exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora), *Actas V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 93-108, Lisboa.
- GOMES, M. V. (1996) – Estelas discóides do Museu de Loulé, *Al-Ulyã*, n.º 4, pp. 31-43.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2001/02) – Representação de D. Afonso V, conservada em Loulé, *Al-Ulyã*, n.º 8, pp. 147-158.
- GUEDES, J.; COSTA, L. (2003) – Cabeceiras de sepultura do adro da Igreja Matriz de Loures, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 199-214.
- GREW, F.; NEERGAARD, M. (1988) – *Shoes and Pattens – Medieval Finds from Excavations in London*, Museum of London, London.
- GONÇALVES, A. (1993) – Novos dados sobre a vila antiga de Montemor-o-Novo – resultados dos trabalhos de 1992-1993. Montemor-o-Novo, *Almansor*, n.º11, pp. 5-27.
- MACIEL, M. J.; COUTINHO, H. (1990) – A utilização dos mármore em Portugal na época Romana, (consultado a 07-01-2013, [http:// ler.letras.up.pt /uploads/ficheiros/2860.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2860.pdf)).
- MALVEIRO, J. P. (2003) – *Garvão: Herança Histórica*, Gráfica amdbeja, Beja.
- MALVEIRO, J. P. (2012) – *O Foral-Velho de Garvão*, Dissertação de Mestrado em Ciências das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- MATTOSO, J. (1995) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa.
- MATTOSO, J. (1995) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*, vol. II, Editorial Estampa, Lisboa.
- MATTOSO, J. (1993) – *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de O. (1976) – *História de Portugal*, vol. I, Palas Editores, Lisboa.

MARQUES, A. H. de O. (1978) – *Introdução à Historia da Agricultura em Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed, Edições Cosmos, Lisboa.

MARQUES, A. H. de O. (1993) – *Nova História de Portugal*, vol. II, Editorial Presença, Lisboa.

MARQUES, A. H. de O. (1997) – *História de Portugal*, vol. I, Editorial Presença, Lisboa.

MENCHON I BES, J. (1988) – Aspectes metodològics i terminològics al voltant de l'estela discoidal, *Les Esteles Discoidals dels Països Catalans, Estat de la Qüestió*, pp. 51-75, Carrutxa, Reus.

MENCHON I BES, J. (2006) – Estelas Funerarias del Monasterio Cisterciense de Santa Maria de Poblet (Tarragona, España). Siglos XII-XIV, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 345-367, Lisboa.

MOREIRA, J. B. (1982) – *Catálogo das Cabeceiras de Sepultura do Museu de Torres Vedras*, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, Torres Vedras.

MOREIRA, J. B. (1982-1983) – *Subsídios para o Estudo das Cabeceiras de Sepultura no Concelho de Sintra*, Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, Museu regional de Sintra – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, Sintra.

MOREIRA, J. B. (1984) – Typologie des stèles discoidales du Portugal, *Actes du Colloque International sur la Stèle Discoidale*, Hil Harriak, pp. 319-345, Bayonne.

MOREIRA, J. B. (1990) – Instrumentos de ofício de lavrador em estelas discóides portuguesas, *Signalisations de Sepultures et Stèles Discoidales. V<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> Siècles*, pp.191-198, Centre d'Arqueologie Médiévale du Languedoc, Carcassonne.

MOREIRA, J. B. (1993) – Mais algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas, *Actas do V Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, pp. 663-693, Diputación Provincial de Soria, Soria.

MOREIRA, J. B. (1994) – Algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas, *Cuadernos de Sección. Antropología – Etnografía*, vol. 10, pp. 271-296.

- MOREIRA, J. B. (2006) – Cabeceiras de sepultura do Museu Nacional de Arqueologia, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 283-308, Lisboa.
- MOREIRA, J. B. (2002) – Profissões representadas em estelas rectangulares portuguesas, *Actas del VII Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, tomo III, pp. 759-769, Fundación Marcelino Botín, Santander.
- OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F.; PEREIRA, B (1976) – *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Instituto Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa.
- OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F.; PEREIRA, B (1978) – *A Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa.
- OLIVEIRA, A. C. (2006) – Cabeceiras de sepultura do Concelho de Loures, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 215-242, Lisboa.
- OLIVEIRA, C. (direc.), (1996) – *História dos Municípios e do Poder Local*, Círculo dos Leitores, Lisboa.
- OTTAWAY, R.; ROGERS, N. (2002) – *Craft, Industry and Everyday Life: Finds from Medieval York. The Archaeology of York – The small finds 17/15*, York Archaeological Trust, York.
- PAULO, L. C. (2007) – O simbolismo da purificação. O “Vaso de Tavira”: Iconografia e interpretação, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10, nº 1, pp. 289-316.
- BARROCA, M. J.; MONTEIRO, J. G., (2000) – *Pera Guerrejar - Armamento Medieval no Espaço Português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- GÓMEZ, S. (coord.) (2008) – *Alcáçova do Castelo de Mértola, 1978-2008, Trinta anos de arqueologia*, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- RIBEIRO, J. C. (2006) – A estela funerária medieval: questões de origem e de terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 507-612, Lisboa.

- RODRIGUES, A. B. (coord.) (1981) – *Bovinos em Portugal*, Direcção Geral dos Serviços Veterinários, Lisboa.
- SERRA, M. (no prelo) – *Intervenção de Salvaguarda na Necrópole de Época Moderna de São Salvador, Serpa. Trabalhos realizados em 2009*.
- SERRÃO, J. (1993) – *Pequeno Dicionário de História de Portugal*, Figueirinhas, Porto.
- SERDON, V. (2005) – *Armes du Diable – Arcs et Arbalètes au Moyen Âge*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- SOEIRO, T. (2003-2004) – *Pauzeiros, Tamanqueiros, Sapateiros e Ofícios Correlativos*. Cadernos do Museu, pp. 5-76, Museu Municipal de Penafiel, Penafiel.
- SOARES, A. M.; BRAGA, J. R. (1986) – Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa, *Arquivo de Beja*, 2ª série, vol. III, pp. 167-198.
- SOUSA, J. M. C. (1937) – *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- SOUSA, M. (2003) – *Reis e Rainhas de Portugal*, Sporpress, Lisboa.
- TORRES, C.; BOIÇA, J.; LOPES, V.; PALMA, M. (1991) – *Museu de Mértola, Núcleo do Castelo – Catálogo*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- TORRES, C; CORREIA, F. B. (1993) – *Núcleo Visigótico. Museu Regional de Beja*, Museu Regional de Beja, Beja.
- VACAS, M. N. (2000) – *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo*, Edições Colibri, Lisboa.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1895) – Cabeceiras de Sepulturas Chistãs, *O Archeologo Português*, vol. 1, p. 280.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1917) – Coisas Velhas, *O Archeologo Português*, vol. 22, pp. 108-110.
- VIANA, A. (1949) – Estelas discóides do Museu de Beja, *Arquivo de Beja*, vol. VI, pp. 37-85.

VIANA, A. (1950) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, vol. VII, pp. 3-40.

VIANA, A. (1954) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. XI, pp. 3-31.

VIANA, A. (1955) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. XII, pp. 3-53.

VIANA, A. (1956) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. XIII, pp. 110-167.

VIANA, A. (1962) – *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, edição do autor, Beja.